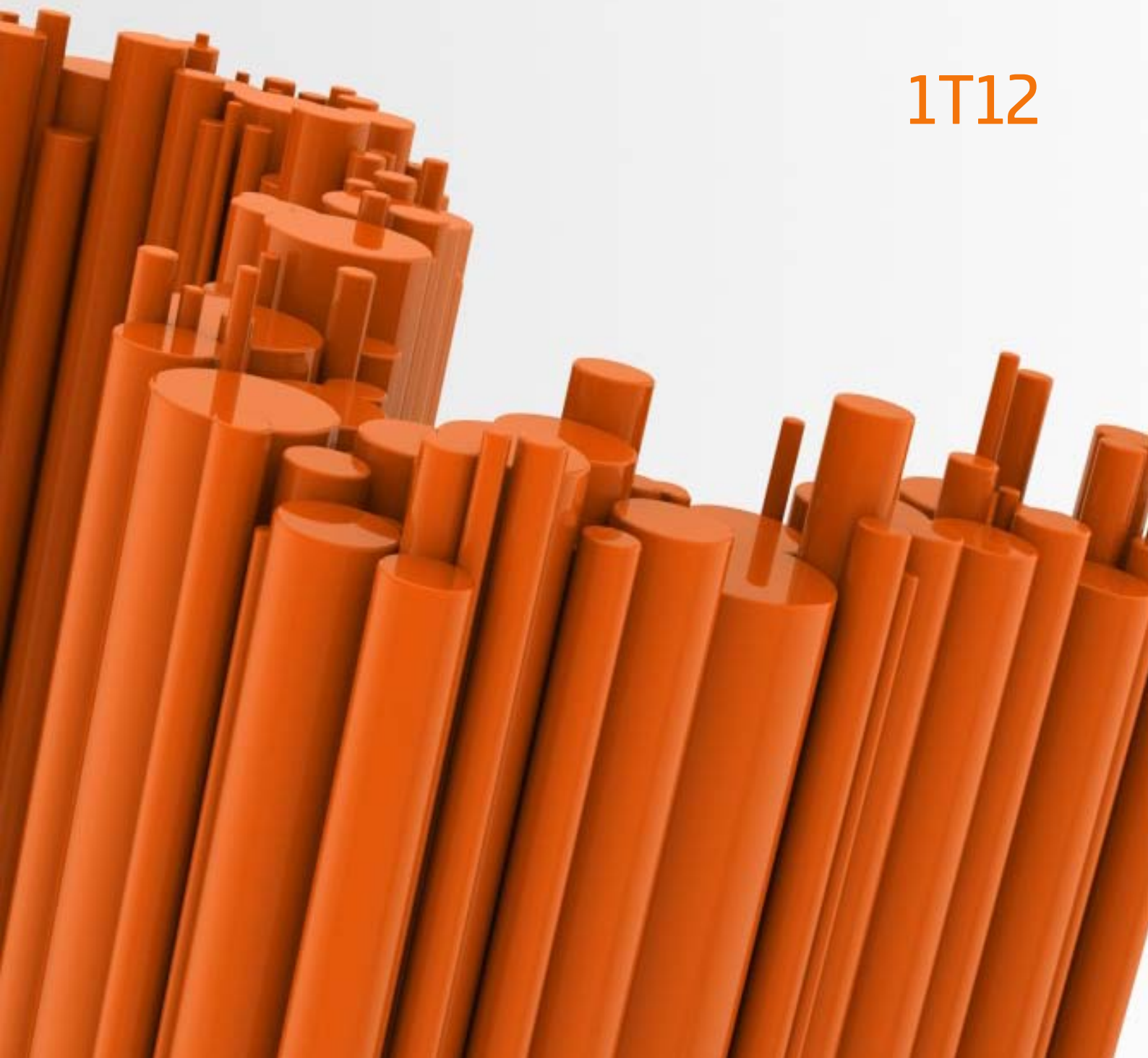


Relatório e Contas Consolidadas

1T12



Notas:

A informação financeira consolidada contida neste reporte é não-auditada e está baseada em Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), tal como adoptadas pela União Europeia.

Durante o 1T12, em linha com as melhores práticas do sector, o Grupo alterou a forma de contabilização dos custos incorridos com contratos de fidelização de clientes, os quais eram, até à data, registados como custo no exercício em que eram incorridos. Desde 1 de Janeiro de 2012, os custos incorridos com contratos de fidelização de clientes são capitalizados e amortizados de acordo com o período dos respectivos contratos, uma vez que é agora possível efectuar, de forma fidedigna, a alocação dos custos aos respectivos contratos, cumprindo assim o critério para a sua capitalização, conforme exigido pela IAS 38. Assim, de forma a reflectir este tratamento contabilístico, os resultados de 2011 foram reexpressos.

Índice

0. O nosso negócio.....	4
1. Resultados Consolidados.....	5
2. Optimus.....	7
2.1. Negócio Móvel da Optimus.....	7
2.1.1. Indicadores Operacionais.....	7
2.1.2. Indicadores Financeiros.....	8
2.2. Negócio Fixo da Optimus.....	9
2.2.1. Indicadores Operacionais.....	9
2.2.2. Indicadores Financeiros.....	10
3. Software e Sistemas de Informação (SSI)	11
3.1. Indicadores Operacionais.....	11
3.2. Indicadores Financeiros.....	12
4. <i>Online e Media</i>	13
5. Principais Desenvolvimentos Regulatórios no 1T12.....	14
6. Principais Desenvolvimentos Corporativos no 1T12.....	14
7. Eventos Subsequentes.....	15
8. Apresentação de Resultados 1T12 - Anexo.....	16
9. Informação Histórica.....	19
10. Informação Financeira.....	21
10.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonaecom SGPS.....	21
10.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	29
10.3. Demonstrações Financeiras Individuais da Sonaecom SGPS.....	80
10.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais.....	87

Destaques

- Volume de Negócios de 202,5 milhões de euros
- EBITDA a atingir 60,3 milhões de euros
- EBITDA-Capex Operacional de 34,7 milhões de euros
- Resultado Líquido a alcançar 17,0 milhões de euros
- FCF de 10,3 milhões de euros (excluindo investimento em espectro, securitização e pagamento de IVA a recuperar)
- Rácio da Dívida Líquida face ao EBITDA de 1,5x
- Optimus lança a primeira oferta comercial de 4G
- WeDo acelera a expansão nos EUA através da aquisição da Connectiv Solutions

"No primeiro trimestre de 2012, o desempenho da Sonaecom continuou a evidenciar a nossa resiliência e solidez. É de destacar, em particular, o crescimento da rentabilidade em todos os negócios, com a margem de EBITDA no Móvel a atingir 42,1%."

"...após o sucesso obtido no leilão de espectro no final de 2011, a Optimus alcançou mais uma etapa na liderança nos dados móveis, com o anúncio da sua oferta 4G, em Março..."

"...estes resultados confirmam a clareza da nossa estratégia e a capacidade de execução da equipa de excepção que temos na Sonaecom..."

Ângelo Paupério, CEO da Sonaecom

O nosso negócio

Na Sonaecom, o desempenho ao nível do Volume de Negócios, combinado com as eficiências alcançadas pela Optimus, permitiu-nos obter um crescimento no EBITDA de 8,8%¹ face ao 1T11, para 60,3 milhões de euros. Evidenciando um desempenho consistente na geração de *cash*, o FCF alcançou 10,3 milhões de euros, excluindo efeitos extraordinários, representando um aumento de 19,8% face aos 8,6 milhões obtidos no ano anterior. Já o Resultado Líquido aumentou 24,0%, para 17,0 milhões de euros.

Na Optimus, o enfoque está nos serviços 4G, tendo sido lançada já durante o 1T12 a primeira oferta comercial. Neste trimestre, devido ao plano de optimização em vigor na Optimus, a rentabilidade operacional manteve a sua tendência de evolução positiva, aumentando 5,6% face ao 1T11, para 55,4 milhões de euros, com a margem EBITDA a atingir 42,1%, 4,0pp acima do período homólogo.

Na área de Software e Sistemas de Informação (SSI) continuámos a expandir a nossa presença internacional. Já em Abril de 2012, com a aquisição da *Connectiv Solutions*, a WeDo Technologies assegurou uma sólida base nos EUA, com uma operação de *Software as a Service* (SaaS) reforçando, deste modo, a sua posição no mercado de *business assurance* em telecomunicações. Actualmente, a WeDo Technologies possui mais de 150 clientes em 80 países, tendo as suas Receitas Internacionais alcançado 70,0% do Volume de Negócios no 1T12.

Perspectivas para 2012

Na posse da combinação ideal de espectro e suportada numa rede de telecomunicações de vanguarda, a Optimus continuará apostada no desenvolvimento da rede 4G, atenta a todas as oportunidades, com o objectivo de liderar nos dados móveis.

Na SSI, a WeDo Technologies irá focar-se no mercado dos EUA, um dos mais importantes a nível global, tendo agora uma posição local relevante em alguns dos maiores operadores de telecomunicações norte americanos através do seu *portfolio SaaS*.

Ao longo de 2012, apesar do impacto visível nos níveis de consumo, esperamos continuar a reforçar a nossa posição competitiva.

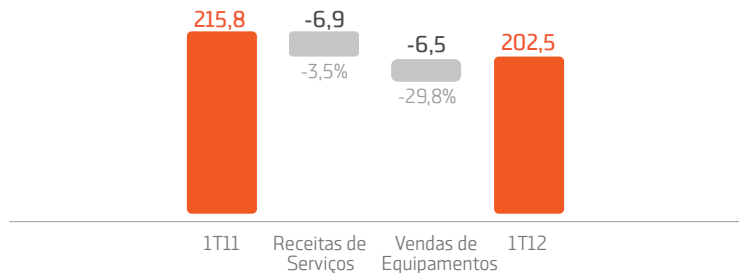
¹ Excluindo o efeito da alteração contabilística efectuada, descrita nas notas anteriores, o EBITDA teria aumentado 9,9% face ao 1T11, para 54,9 milhões de euros.

1. Resultados Consolidados

Volume de Negócios

No 1T12, o Volume de Negócios Consolidado ascendeu a 202,5 milhões de euros, 6,2% abaixo do 1T11, em resultado de uma diminuição de 3,5% nas Receitas de Serviços e uma diminuição de 29,8% nas Vendas de Equipamentos.

A evolução negativa ao nível das Receitas de Serviços foi motivada pela queda das Receitas de Operadores do negócio Móvel, devido ao efeito das tarifas reguladas (tarifas de terminação móvel e tarifas de *roaming-in*), pela queda das Receitas de Clientes no Negócio Móvel, em resultado do ambiente de austeridade em Portugal, e pela queda das Receitas de Clientes no Negócio Fixo, consequência da nossa opção estratégica no segmento residencial. Apesar do aumento das Vendas de Equipamentos da Optimus, a evolução negativa registada ao nível das Vendas de Equipamentos é justificada pela Bizdirect, na SSI, devido ao efeito do final do Programa e-iniciativas, do Governo Português.

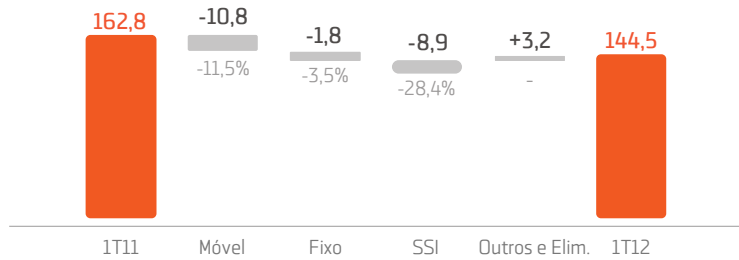


Custos Operacionais

Os Custos Operacionais diminuíram 11,3% entre o 1T11 e o 1T12, para 144,5 milhões de euros.

O plano de optimização implementado nos últimos anos na Optimus, tem permitido a criação de uma organização mais eficiente, gerando resultados positivos em todas as áreas de negócio.

Entre o 1T11 e o 1T12, os Custos Operacionais, como percentagem do Volume de Negócios, diminuíram 4,1pp.



EBITDA

O EBITDA Consolidado aumentou 8,8%, para os 60,3 milhões de euros, tendo mais do que compensado a tendência de queda ao nível do Volume de Negócios, com todas as empresas a contribuírem positivamente entre os dois períodos. Excluindo o efeito da recente alteração no tratamento contabilístico dos encargos suportados com a aquisição de contratos de fidelização de clientes, o EBITDA atingiria 54,9 milhões de euros, um aumento de 9,9% face ao 1T11.

A margem EBITDA aumentou de 25,7% para 29,8%, sendo de realçar que a margem EBITDA do negócio Móvel atingiu 42,1%.

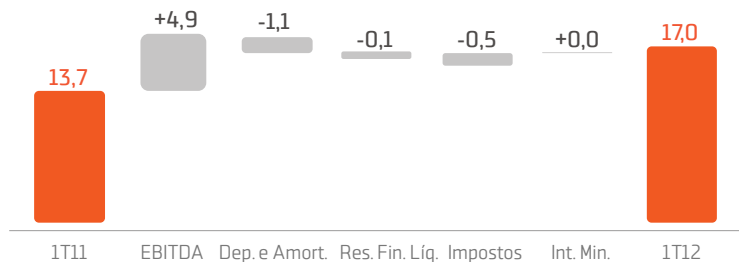


Resultado Líquido

O Resultado Líquido atribuível ao Grupo ascendeu a 17,0 milhões de euros, um aumento de 24,3% face ao 1T11, em resultado de uma melhoria do desempenho ao nível do EBITDA.

Os Resultados Financeiros Líquidos estabilizaram entre o 1T11 e 1T12, apesar de um maior custo médio da dívida no 1T12.

A rubrica de Impostos apresentou um custo de 4,3 milhões de euros no 1T12, face aos 3,8 milhões de euros no 1T11, fruto de um aumento do nível de resultados antes de Impostos.

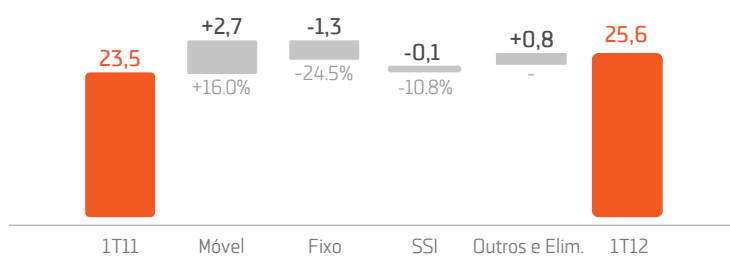


Capex Operacional

Durante o 1T12, o Capex Operacional atingiu 25,6 milhões de euros. O nível de investimento aumentou 8,7% face ao período homólogo, devido aos investimentos efectuados no negócio Móvel. Durante o 1T12, a Optimus continuou a implementar soluções que permitem a redução de custos de *backhaul* no Móvel, assim como a redução da dependência da infra-estrutura de terceiros. Já durante o 1T12, a Optimus iniciou a implementação da sua rede 4G.

Excluindo o efeito da recente alteração no tratamento contabilístico dos encargos suportados com a aquisição de contratos de fidelização de clientes, o Capex Operacional ascenderia a 20,2 milhões de euros, um aumento de 11,6% face ao 1T11.

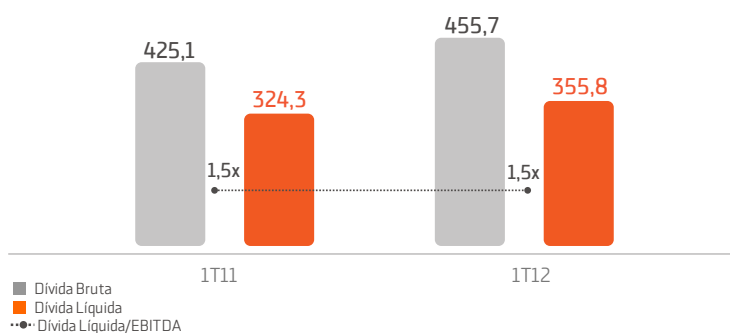
Em resultado da nossa performance ao nível do Volume de Negócios e do Capex, o Capex Operacional como percentagem do Volume de Negócios aumentou de 10,9% no 1T11 para 12,6% no 1T12.



Estrutura de Capital

A Dívida Líquida Consolidada atingiu os 355,8 milhões de euros, um aumento de 9,7% face ao 1T11, e que compara com os 269,9 milhões de euros no final de 2011. Em resultado da melhoria ao nível do EBITDA, que compensou um maior nível de Dívida Líquida, o rácio da Dívida Líquida face ao EBITDA atingiu 1,5x no 1T12.

No 1T12, as linhas de crédito disponíveis ascenderam a 544 milhões de euros enquanto o custo médio *all-in* da dívida atingiu os 3,4%.



Free Cash Flow (FCF)

O FCF atingiu os 86,5 milhões de euros negativos no 1T12, impactado (i) pelo pagamento de 5 milhões de euros relativos à operação de securitização, (ii) pelo pagamento de 83 milhões de euros, durante o mês de Janeiro, relativo à aquisição do espectro, e (iii) por um efeito extraordinário resultante de uma transacção efectuada dentro do Grupo Sonaecom, que originou um pagamento de IVA de, aproximadamente, 8,8 milhões de euros, que se espera recuperar no segundo trimestre. Assim, não é expectável que este último efeito extraordinário tenha impacto no FCF de 2012.

Excluindo estes efeitos, o FCF do 1T12 ascenderia a 10,3 milhões de euros, um aumento de 19,8% face aos 8,6 milhões de euros alcançados no 1T11 (excluindo também a securitização e o pagamento extraordinário de IVA, reembolsado no 2T11).

2. Optimus



- EBITDA da Optimus de 58,4 milhões de euros, a crescer 6,4% face ao 1T11
- Base de Clientes Móvel de 3,61 milhões, +0,1% face ao 1T11
- Margem EBITDA da Optimus Móvel de 42,1% no 1T12, a aumentar 4.0pp
- Receitas de Dados a representar 31,3% das Receitas de Serviços no 1T12, +0.1pp face ao 1T11

O caminho da Optimus no LTE

Após garantir, em Novembro de 2011, uma combinação ideal de espectro nas três bandas: 800Mhz, 1800Mhz e 2600Mhz, a Optimus encontra-se agora focada no desenvolvimento da sua rede LTE.

A tecnologia 4G representa uma prioridade para a Optimus, continuamente focada em revolucionar o acesso móvel a serviços de Internet, em aumentar a experiência do utilizador e em explorar novas oportunidades em áreas tais como o entretenimento, a segurança, a saúde ou a educação. No 1T12, a Optimus lançou a sua primeira oferta 4G, o que nos dá novos argumentos para sustentar a nossa estratégia de liderança nos dados móveis.

2.1. Negócio Móvel da Optimus

Durante o 1T12, devido ao crescimento do número de clientes pós-pagos, a Optimus reforçou a sua base de Clientes em 0,1% face ao 1T11, suportada pela sua vasta oferta de Banda Larga, *smartphones* e terminais e pela sua avançada infraestrutura de rede.

Apesar da pressão ao nível das Receitas, a margem EBITDA do negócio Móvel ascendeu a 42,1%, um *benchmark* para os terceiros operadores no mercado Europeu, beneficiando das eficiências alcançadas com a implementação do plano de optimização em curso.

2.1.1. Indicadores Operacionais

NEG. MÓVEL - INDIC. OPERACIONAIS	1T11	1T12	Δ 12/11	4T11	Δ T/T
Clientes (EoP) ('000)	3.605,8	3.609,9	0,1%	3.639,4	-0,8%
Clientes pré-pagos ('000)	2.409,0	2.398,5	-0,4%	2.435,6	-1,5%
Clientes pós-pagos ('000)	1.196,8	1.211,3	1,2%	1.203,8	0,6%
Novos Clientes ('000)	1,7	-29,5	-	0,8	-
Receitas Dados como % Rec. Serviços	31,2%	31,3%	0,1pp	32,8%	-1,5pp
Receitas Dados não SMS como % Rec. Serviços	76,7%	76,4%	-0,3pp	75,1%	1,3pp
Total #SMS/mês/Cliente	42,2	40,6	-3,9%	44,0	-7,8%
MOU ⁽¹⁾ (min.)	125,5	122,2	-2,6%	126,1	-3,1%
ARPU ⁽²⁾ (euros)	12,6	12,0	-4,9%	12,5	-3,7%
Cliente	11,0	10,6	-3,4%	10,9	-2,7%
Interligação	1,7	1,4	-14,5%	1,6	-10,6%
ARPM ⁽³⁾ (euros)	0,10	0,10	-2,3%	0,10	-0,7%

(1) Minutos de Utilização por Cliente por mês; (2) Receita Média Mensal por Utilizador; (3) Receita Média por Minuto.

Base de Clientes

A base de subscritores do Móvel alcançou 3,61 milhões, crescendo 0.1% face ao período homólogo de 2011, apesar do nível negativo de adições líquidas no trimestre, reflectindo principalmente o final do programa e-iniciativas, lançado pelo Governo e, ainda, o impacto causado pela implementação das medidas de austeridade em Portugal.

É importante salientar que o crescimento na base de subscritores do Móvel foi suportado pelo aumento de 1,2% no número de clientes pós-pagos.

A receita média mensal por cliente ("ARPU") foi de 12,0 euros, diminuindo 0,6 euros quando comparada com o 1T11. Esta evolução deveu-se a uma combinação de menores Receitas de Interligação, que diminuíram de 1,7 euros para 1,4 euros, e uma menor facturação média por cliente, que diminuiu de 11,0 euros para 10,6 euros. Os minutos de utilização por cliente por mês diminuíram 2,6% face ao período homólogo, para 122 minutos.

Receitas de Dados e Banda Larga Móvel

No 1T12, as receitas de Dados representaram 31,3% das Receitas de Serviços, aumentando 0,1pp face ao 1T11, impulsionadas pelo aumento da utilização de terminais móveis, apesar da ainda modesta penetração de *smartphones*, uma importante oportunidade de crescimento. Apesar do impacto negativo causado pelo final do programa e-iniciativas no segmento da banda larga Móvel, o peso das Receitas de Serviços de Dados (excluindo receitas de SMS) manteve-se praticamente estável entre os dois períodos.

2.1.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	1T11 ^(a)	1T12	Δ 12/11	4T11 ^(a)	Δ T/T
NEGÓCIO MÓVEL - DEM. RESULTADOS					
Volume de Negócios	137,4	131,5	-4,3%	140,6	-6,5%
Receitas de Serviço	133,4	127,0	-4,8%	131,4	-3,3%
Receitas de Clientes	115,7	111,9	-3,3%	114,5	-2,3%
Receitas de Operadores	17,7	15,1	-14,4%	16,9	-10,2%
Vendas de Equipamento	4,0	4,5	11,2%	9,2	-51,2%
Outras Receitas	8,7	6,8	-21,8%	8,0	-15,4%
Custos Operacionais	93,7	82,9	-11,5%	98,7	-16,0%
Custos com Pessoal	13,4	12,0	-10,0%	12,4	-3,1%
Custos Directos de Serviços Prestados ⁽¹⁾	36,2	29,5	-18,4%	28,6	3,2%
Custos Comerciais ⁽²⁾	16,9	13,6	-19,6%	25,7	-47,1%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	27,3	27,8	2,0%	32,1	-13,2%
EBITDA	52,4	55,4	5,6%	49,9	10,9%
Margem EBITDA (%)	38,1%	42,1%	4,0pp	35,5%	6,6pp
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	17,1	19,8	16,0%	146,7	-86,5%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	12,4%	15,1%	2,6pp	104,4%	-89,3pp
EBITDA - CAPEX Operacional	35,3	35,5	0,6%	-96,8	-
CAPEX Total	17,1	19,8	15,9%	146,8	-86,5%

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros, Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

(a) Os resultados de 2011 foram reexpressos, de forma a refletir o tratamento contabilístico dos encargos suportados com contratos de fidelização de clientes, os quais, a partir de 1 de Janeiro de 2012, passaram a ser capitalizados e amortizados de acordo com o período dos respectivos contratos.

Volume de Negócios

O Volume de Negócios do negócio Móvel diminuiu 4,3% no 1T12, face ao 1T11, para 131,5 milhões de euros, devido a um menor nível de Receitas de Clientes e de Receitas de Operadores. As Receitas de Clientes diminuíram 3,3% entre o 1T11 e 1T12, para 111,9 milhões de euros, evidenciando, tal como já antecipado, o impacto negativo do contexto de austeridade. As Receitas de Operadores diminuíram 14,4% face ao 1T11, para 15,1 milhões de euros, devido aos actuais níveis de tarifas reguladas, tarifas de terminação móvel e *roaming-in*.

Custos Operacionais

Em resultado do programa de eficiência da Optimus, com vista a criar uma organização mais otimizada, os Custos Operacionais diminuíram 11,5% face ao período homólogo do ano anterior, para 82,9 milhões de euros, beneficiando de: (i) uma diminuição de 10,0% nos Custos com Pessoal; (ii) uma diminuição de 18,4% nos Custos Directos de Serviços Prestados, devido a um menor nível de circuitos alugados e custos de rede, consequência da maior independência da Optimus em relação à infra-estrutura alugada e, ainda, devido a menores Custos de Interligação, consequência dos níveis actuais de Tarifas de Terminação Móvel e, (iii) uma diminuição de 19,6% nos Custos Comerciais, essencialmente devido aos Custos de Publicidade.

EBITDA

O EBITDA do negócio Móvel aumentou 5,6%, face ao 1T11, para 55,4 milhões de euros, devido a uma diminuição de 11,5% nos Custos Operacionais.

A margem EBITDA alcançou 42,1% no 1T12, aumentando 4,0pp face aos 38,1% obtidos no 1T11.

Apesar do aumento de 16,0% no Capex Operacional, o EBITDA-Capex Operacional manteve a sua tendência de evolução positiva, aumentando de 35,3 milhões de euros, no 1T11, para 35,5 milhões de euros, no 1T12, um acréscimo de 0,6%.

Excluindo o efeito da recente alteração no tratamento contabilístico dos encargos suportados com contratos de fidelização de clientes, o EBITDA do negócio Móvel teria ascendido a 50,5 milhões de euros, aumentando 5,4% face ao 1T11. Já o Capex Operacional teria ascendido a 15,0 milhões de euros, crescendo 18,9% face ao 1T11.

2.2. Negócio Fixo da Optimus

Durante o 1T12, beneficiando das suas ofertas integradas e convergentes, a Optimus continuou a ser bem sucedida no segmento de Corporate e PME's.

Em 2011 e no início de 2012, foram introduzidas melhorias significativas no seu *portfolio* de produtos, diferenciando a Optimus e, conseqüentemente, reforçando a sua posição no segmento empresarial.

2.2.1. Indicadores Operacionais

NEG. FIXO - INDIC. OPERACIONAIS	1T11	1T12	Δ 12/11	4T11	Δ T/T
Total de Acessos	399.011	363.965	-8,8%	375.826	-3,2%
Corporate e PME's	152.645	155.246	1,7%	158.449	-2,0%
PTSN/RDIS	108.916	111.136	2,0%	113.643	-2,2%
Banda Larga	36.763	33.545	-8,8%	34.681	-3,3%
Outros	6.966	10.565	51,7%	10.125	4,3%
Residencial	246.366	208.719	-15,3%	217.377	-4,0%
PTSN/RDIS	120.181	94.059	-21,7%	100.254	-6,2%
Banda Larga	94.673	78.017	-17,6%	81.654	-4,5%
TV	31.512	36.643	16,3%	35.469	3,3%
Receita Média por Acesso - Retalho	24,1	23,0	-4,6%	22,5	2,3%

Base de Clientes

O segmento de Corporate e PME's continuou a aumentar a sua presença no mercado, com o número de acessos a crescer de 153 mil para 155 mil, evoluindo 1,7% entre o 1T11 e o 1T12.

No entanto, o número total de acessos diminuiu 8,8% face ao 1T11, para 364 mil acessos devido, inteiramente, ao decréscimo de 15,3% no número de acessos do negócio Fixo Residencial, influenciado pela decisão de abandonar a aquisição de clientes neste segmento através da infra-estrutura de cobre do operador incumbente, nomeadamente através de ULL, implementada há cerca de um ano.

2.2.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros

NEGÓCIO FIXO - DEM. RESULTADOS	1T11 ^(a)	1T12	Δ 12/11	4T11 ^(a)	Δ T/T
Volume de Negócios	54,7	53,4	-2,3%	56,9	-6,2%
Receitas de Serviço	54,6	52,4	-4,0%	54,9	-4,5%
Receitas de Clientes	27,7	24,0	-13,5%	24,6	-2,5%
Receitas de Operadores	26,9	28,4	5,7%	30,3	-6,0%
Vendas de Equipamento	0,1	1,0	-	2,0	-51,5%
Outras Receitas	0,1	0,2	76,0%	0,3	-47,3%
Custos Operacionais	52,3	50,5	-3,5%	54,3	-6,9%
Custos com Pessoal	0,7	1,0	39,9%	0,8	16,4%
Custos Directos de Serviços Prestados ⁽¹⁾	37,5	37,3	-0,6%	39,7	-6,1%
Custos Comerciais ⁽²⁾	3,0	3,6	21,5%	5,2	-30,1%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	11,1	8,7	-22,3%	8,6	0,9%
EBITDA	2,5	3,1	24,6%	3,0	3,4%
Margem EBITDA (%)	4,5%	5,7%	1,2pp	5,2%	0,5pp
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	5,6	4,3	-24,5%	7,9	-46,5%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	10,3%	8,0%	-2,3pp	14,0%	-6,0pp
EBITDA - CAPEX Operacional	-3,2	-1,2	62,4%	-5,0	76,0%
CAPEX Total	5,6	4,3	-24,5%	7,9	-46,5%

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

(a) Os resultados de 2011 foram reexpressos, de forma a refletir o tratamento contabilístico dos encargos suportados com contratos de fidelização de clientes, os quais, a partir de 1 de Janeiro de 2012, passaram a ser capitalizados e amortizados de acordo com o período dos respectivos contratos.

Volume de Negócios

O Volume de Negócios do negócio Fixo diminuiu 2,3%, face ao 1T11, para 53,4 milhões de euros, consequência de uma redução de 13,5% no nível de Receitas de Clientes e de um acréscimo de 5,7% nas Receitas de Operadores, para 28,4 milhões de euros. O aumento das Receitas de Operadores é resultado de um aumento de tráfego, apesar da diminuição de preços de tráfego *wholesale*.

Custos Operacionais

Os Custos Operacionais do negócio Fixo diminuíram 3,5%, face ao 1T11, para 50,5 milhões de euros. A linha de Custos Directos e Serviços Prestados diminuiu 0,6%, face ao 1T11, devido, maioritariamente, a uma redução no número de lacetes locais desagregados. Os Custos Comerciais aumentaram 21,5% e os Outros Custos Operacionais diminuíram 22,3%, beneficiando de um nível mais baixo de provisões.

EBITDA

Em resultado do nosso desempenho ao nível das Receitas e dos Custos, o EBITDA aumentou 24,6% no 1T12, para 3,1 milhões de euros. A margem EBITDA aumentou de 4,5% para 5,7%, evoluindo 1,2pp.

O EBITDA-Capex Operacional aumentou 62,4% entre os dois períodos, ascendendo a 1,2 milhões de euros negativos, suportado por um maior EBITDA e uma estratégia de *capital light*.

Excluindo o efeito da recente alteração no tratamento contabilístico dos encargos suportados com contratos de fidelização de clientes, o EBITDA do negócio Fixo teria ascendido a 2,5 milhões de euros, aumentando 67,8% face ao 1T11. O Capex Operacional teria ascendido a 3,7 milhões de euros, diminuindo 20,6% face ao 1T11.

3. Software e Sistemas de Informação (SSI)



A divisão de Software e Sistemas de Informação, criada no final de 2002, inclui actualmente 4 empresas: WeDo Technologies, Mainroad, Bizdirect e Saphety.

A WeDo Technologies, a maior empresa da SSI em termos de Receitas de Serviço, continuou a expandir a sua presença internacional focando-se, em simultâneo, na aquisição de novos projectos na área de *Business Assurance*. Actualmente, a WeDo Technologies serve mais de 150 clientes em 80 países. Durante o 1T12, as Receitas Internacionais cresceram 1,9% face ao 1T11 e representaram 70% do Volume de Negócios total.

A Mainroad, especializada em *IT management*, segurança e continuidade, apresentou um crescimento de 1,2% das suas Receitas de Serviço e mais do que duplicou o seu EBITDA entre o 1T11 e o 1T12, apesar das desafiantes condições de mercado.

A Bizdirect, afectada pelo final do programa e-iniciativas, apresentou uma quebra de mais de 50% no seu Volume de Negócios. Não obstante, conseguiu reforçar a sua posição de liderança na comercialização de soluções multimarca de equipamentos de IT, apoiada por parcerias com os principais fabricantes de *hardware* e pela gestão de contratos de licenciamento corporativo de *software*.

A Saphety, não só reforçou a sua posição como líder em soluções de simplificação e automatização de processos no mercado interno, como aumentou, simultaneamente, a sua base de clientes através da internacionalização, apresentando já 19,6% de receitas no mercado internacional.

3.1. Indicadores Operacionais

SSI - INDICADORES OPERACIONAIS	1T11	1T12	Δ 12/11	4T11	Δ T/T
Receitas Serv. IT/Colaboradores ⁽¹⁾ ('000 euros)	32,6	33,0	1,3%	37,4	-11,7%
Vendas Equipamento em % Vol. Negócios	45,9%	26,3%	-19,5pp	21,5%	4,9pp
Vendas Equipam./Colaborador ⁽²⁾ ('000 euros)	604,5	303,9	-49,7%	257,5	18,0%
EBITDA/Colaborador ('000 euros)	3,4	4,3	28,2%	6,6	-35,3%
Colaboradores	572	561	-1,9%	550	2,0%

(1) Excluindo colaboradores dedicados a Vendas de Equipamento; (2) Bizdirect.

As Receitas de Serviço IT por colaborador atingiram os 33,0 mil euros no 1T12, mais 1,3% do que no 1T11. Este crescimento é resultado de uma diminuição de 1,9%, para 561, no total de colaboradores da SSI, maioritariamente na WeDo Technologies.

As Vendas de Equipamento como percentagem do Volume de Negócios diminuíram de 45,9%, no 1T11, para 26,3% no 1T12, devido essencialmente ao final do programa e-iniciativas, o qual se reflectiu numa queda significativa na venda de PC's na Bizdirect.

3.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros

SSI CONSOLIDADO - DEM. RESULTADOS	1T11	1T12	Δ 12/11	4T11	Δ T/T
Volume de Negócios	33,0	24,2	-26,5%	25,2	-3,8%
Receitas de Serviço	17,8	17,8	0,0%	19,8	-9,8%
Vendas de Equipamento	15,1	6,4	-57,8%	5,4	18,0%
Outras Receitas	0,2	0,5	-	0,3	96,2%
Custos operacionais	31,2	22,4	-28,4%	21,8	2,5%
Custos com Pessoal	7,6	7,1	-6,1%	5,9	19,7%
Custos Comerciais ⁽¹⁾	15,1	6,5	-56,8%	5,8	13,0%
Outros Custos Operacionais ⁽²⁾	8,5	8,7	2,2%	10,1	-13,8%
EBITDA	1,9	2,4	25,5%	3,7	-34,1%
Margem EBITDA (%)	5,8%	9,9%	4,1pp	14,5%	-4,6pp
CAPEX Operacional ⁽³⁾	0,9	0,8	-10,8%	0,9	-16,9%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	2,6%	3,2%	0,6pp	3,7%	-0,5pp
EBITDA - CAPEX Operacional	1,1	1,6	55,0%	2,7	-39,9%
CAPEX Total	0,9	0,8	-10,8%	0,9	-16,9%

(1) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (3) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Volume de Negócios

O Volume de Negócios da SSI, impactado pelo cancelamento do programa e-iniciativas e consequente quebra de 57,8% na Venda de Equipamentos, diminuiu 26,5% face ao ano anterior, para 24,2 milhões de euros. Apesar do ambiente macroeconómico, as Receitas de Serviço mantiveram-se estáveis face ao 1T11.

Custos Operacionais

Face ao período homólogo, os Custos Operacionais da SSI diminuíram 28,4% para os 22,4 milhões de euros. A diminuição de 56,8% no nível de Custos Comerciais é uma consequência directa do menor nível de Custo das Vendas na Bizdirect. Os Custos com o Pessoal diminuíram 6,1% entre o 1T11 e o 1T12, em virtude de um menor número de colaboradores. O aumento nos Outros Custos Operacionais está maioritariamente relacionado com o aumento de custos de *outsourcing*.

EBITDA

Durante o 1T12, o EBITDA da SSI alcançou os 2,4 milhões de euros, representando um aumento de 25,5% face ao período homólogo. O menor nível de Custos Operacionais foi o principal responsável por esta evolução positiva. Como resultado do menor nível de Vendas de Equipamento e da diminuição dos Custos Operacionais, a margem EBITDA cresceu 4,1pp, de 5,8% para 9,9%.

4. Online e Media

O segmento de *Online* e *Media* da Sonaecom inclui um conjunto de negócios como o Miao.pt e o Público. O Público é um jornal de referência em Portugal, que já completou 22 anos de existência, sendo o Público.pt líder no segmento digital da imprensa em Portugal.

O Público tem recebido de forma continuada diversos prémios de reconhecimento da excelência e qualidade dos conteúdos e do seu *design*, quer da edição *online*, quer da edição impressa.

Sendo um dos pioneiros da informação digital em Portugal, o Público.pt está *online* desde 1995. Durante o 1T12, o site reforçou a sua posição de liderança face aos seus concorrentes directos no segmento de informação *online* generalista, registando melhorias significativas nos rankings. Com base no Netscope, o Público registou uma média mensal de 9,7 milhões de *unique visitors* durante o 1T12, ocupando o topo dos *rankings* de jornais *online*. Em termos de *page views*, o Público.pt também apresentou uma evolução positiva face ao período homólogo, aproximando-se do líder.

Consistentemente, o Público é líder nas redes sociais, excedendo os 250 mil seguidores no Facebook.

Em geral, o jornal continua a aumentar os índices de leitura *online* e impressa. O desafio de transformar em receita um aumento sem precedentes no número de leitores está a ser endereçado através do lançamento gradual de conteúdos pagos, disponíveis não apenas através do computador mas também através das aplicações desenvolvidas para *smartphones* e *tablets*.

A dinâmica de mercado no sector de imprensa diária generalista atravessa tempos desafiantes em termos de números de circulação e publicidade. Ainda assim, o Público conseguiu aumentar do nível de audiência de 4,5% para 5,0% entre o 1T11 e o 1T12 (fonte: Bareme Imprensa).

Em termos de indicadores financeiros, o nível consideravelmente mais baixo nas Receitas de Publicidade, fruto da deterioração do ambiente macroeconómico, tem tido um inevitável impacto negativo no EBITDA do negócio de *Online* e *Media*. Ainda assim, no 1T12, o EBITDA manteve-se praticamente estável face ao 1T11, nos 0,80 milhões de euros.

5. Principais desenvolvimentos Regulatórios no 1T12

Tarifas de Terminação Móvel

O ICP-ANACOM notificou a Comissão Europeia acerca da sua decisão relativa à evolução das tarifas de terminação móvel (TTM), prevendo uma descida das tarifas a partir de 30 de Abril. O projecto de decisão inicial, publicado em Outubro de 2011, previa uma diminuição a partir de 1 de Fevereiro de 2012 e apresentava tarifas relativamente menores (0,02 cêntimos):

Proposta de decisão - Outubro 2011		Proposta de decisão - Março 2012	
	TTM/€		TTM/€
-	0,035	-	0,035
1 Fevereiro 2012	0,0275	30 Abril 2012	0,0277
1 Maio 2012	0,0225	30 Junho 2012	0,0227
1 Agosto 2012	0,0175	30 Setembro 2012	0,0177
1 Novembro 2012	0,0125	30 Dezembro 2012	0,0127

De acordo com o ICP-ANACOM, esta decisão surgiu no seguimento da consulta Pública Nacional, tendo sido as variações de datas consequência de um atraso durante o processo de consulta, dada a complexidade do assunto, e o ligeiro aumento nos preços devido a uma actualização da inflação prevista para 2012.

Consulta Pública sobre Mercados 4 e 5

O ICP-ANACOM lançou uma consulta pública acerca da revisão e análise dos mercados 4 (acesso grossista à rede) e 5 (acesso grossista em banda larga). Quanto ao mercado 4, o regulador propõe a imposição do acesso à fibra (acesso virtual) em todo o país, com excepção de 17 concelhos. Quanto ao mercado 5, o regulador mantém a segmentação geográfica entre zonas competitivas e não competitivas, com base na conclusão de que nenhuma alteração significativa foi identificada no ambiente competitivo para justificar ajustamentos regulatórios. Como tal, a obrigação de fornecer uma oferta *bitstream* apenas em áreas não competitivas é mantida. Uma oferta com funcionalidade *multicast* pode também ser aplicada, dependendo do interesse explícito de operadores alternativos e da viabilidade económica. O regulador decidiu também não incluir fibra nas obrigações *bitstream*, justificando esta decisão com a falta de investimento em fibra pelo incumbente em zonas não competitivas.

6. Principais desenvolvimentos Corporativos no 1T12

Aquisição de acções próprias

12 de Março a 30 de Março de 2012

De acordo com as autorizações dadas pela Assembleia Geral de Accionistas e com o intuito de cumprir as obrigações decorrentes dos Planos de Incentivo de Médio Prazo dos colaboradores, a Sonaecom adquiriu, de 12 a 30 de Março de 2012, um total de 722.271 acções próprias, representativas de aproximadamente 0,20% do seu capital social, através do *Euronext Lisbon Stock Exchange*. A 31 de Março de 2012, a Sonaecom detinha 5.020.529 acções próprias, correspondentes a 1,37% do seu capital social.

7. Eventos Subsequentes

Assembleia Geral de Accionistas

Foram deliberados pelos accionistas da Sonaecom, em Assembleia Geral ordinária da Sociedade, realizada a 27 de Abril de 2012, os seguintes pontos:

1. Aprovação do Relatório de Gestão, Balanço e Contas, individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2011, tal como apresentados.
 2. Aprovação da proposta de aplicação de resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, nos seguintes termos:
 - (i) Resultado líquido relativo às contas individuais, no montante de 7.960.681,56 Euros negativos, aplicado em Reservas Livres;
 - (ii) O montante global de 25.637.280,76 Euros, da rubrica de Reservas Livres, distribuído pelos accionistas, correspondendo a um dividendo de 0,07 Euros ílíquidos por acção emitida, excluindo as acções próprias detidas pela Sociedade à data de pagamento;
 - (iii) Reservas Livres no montante remanescente.
- Foi ainda aprovado que, considerando que não será possível determinar com exactidão o número de acções próprias que estará em carteira à data do pagamento acima referido sem limitar a capacidade de intervenção da Sociedade, esclarece-se que:
- (i) A cada acção emitida corresponderá um dividendo ílíquido de 0,07 Euros;
 - (ii) O montante correspondente às acções que, no dia do pagamento do montante acima referido, pertencerem à própria Sociedade (calculado com base no mencionado montante unitário de 0,07 Euros ílíquidos por acção emitida), não será distribuído pelos accionistas, ficando registado em Reservas Livres.
3. Aprovação de um voto de louvor e confiança à actividade desempenhada pela Administração e Fiscalização da Sociedade durante o ano de 2011.
 4. Eleição dos membros para integrar os órgãos sociais durante o quadriénio 2012-2015.
 5. Eleger o Revisor Oficial de Contas da Sociedade para o quadriénio 2012-2015: Deloitte & Associados, SROC, representada por António Manuel Martins Amaral que pode ser substituído por João Luís Falua Costa da Silva.
 6. Aprovar a Declaração Relativa à Política de Remuneração dos Membros do Órgão de Administração e de Fiscalização da Sociedade e dos seus Dirigentes, bem como sobre o plano de atribuição de acções e respectivo regulamento, a aplicar pela Comissão de Vencimentos, nos termos da proposta por esta apresentada e previamente divulgada.
 7. Aprovar a remuneração da Comissão de Vencimentos, nos termos da proposta previamente divulgada.
 8. Autorizar o Conselho de Administração a, durante um período de 18 meses, proceder à aquisição e à alienação de acções próprias, dentro do limite legal de 10%, nos termos da proposta apresentada por este órgão e previamente divulgada.
 9. Autorizar a aquisição e/ou detenção de acções próprias da sociedade por sociedades dela dependentes, no período de 18 meses e dentro dos limites legais, nos termos da proposta apresentada pelo Conselho de Administração e previamente divulgada.

Tarifas de Terminação Móvel

A 2 de Maio de 2012, o ICP-Anacom publicou a decisão final sobre TTM. Esta decisão prevê uma diminuição das tarifas a partir de 7 de Maio de 2012.

	TTM/€
-	0,035
7 Maio 2012	0,0277
30 Junho 2012	0,0227
30 Setembro 2012	0,0177
30 Dezembro 2012	0,0127

Esta decisão final surge na sequência da indicação por parte da Comissão Europeia, em 26 de Abril, de não ter comentários à proposta que lhe havia sido notificada previamente pelo ICP-ANACOM.

8. Anexo

8.1. Demonstração de Resultados Consolidados da Sonaecom

Milhões de Euros	1T11 ^(a)	1T12	Δ 12/11	4T11 ^(a)	Δ T/T
DEM. RESULTADOS CONSOLIDADOS					
Volume de Negócios	215,8	202,5	-6,2%	213,3	-5,1%
Móvel	137,4	131,5	-4,3%	140,6	-6,5%
Fixo	54,7	53,4	-2,3%	56,9	-6,2%
SSI	33,0	24,2	-26,5%	25,2	-3,8%
Outros & Eliminações	-9,2	-6,6	27,8%	-9,3	28,8%
Outras Receitas	2,4	2,3	-2,2%	2,5	-7,3%
Custos Operacionais	162,8	144,5	-11,3%	160,7	-10,1%
Custos com Pessoal	24,3	22,0	-9,5%	21,4	3,0%
Custos Directos Serviços Prestados ⁽¹⁾	64,4	58,7	-8,9%	59,5	-1,3%
Custos Comerciais ⁽²⁾	35,5	25,6	-27,9%	37,2	-31,2%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	38,5	38,2	-0,9%	42,6	-10,5%
EBITDA	55,4	60,3	8,8%	55,2	9,3%
Margem EBITDA (%)	25,7%	29,8%	4,1pp	25,9%	3,9pp
Móvel	52,4	55,4	5,6%	49,9	10,9%
Fixo	2,5	3,1	24,6%	3,0	3,4%
SSI	1,9	2,4	25,5%	3,7	-34,1%
Outros & Eliminações	-1,4	-0,5	62,5%	-1,3	61,6%
Depreciações e Amortizações	35,7	36,8	3,1%	42,9	-14,2%
EBIT	19,7	23,5	19,2%	12,3	90,9%
Resultados Financeiros	-2,3	-2,3	-2,2%	-2,1	-11,9%
Proveitos Financeiros	1,5	2,2	45,7%	3,1	-30,0%
Custos Financeiros	3,7	4,5	19,4%	5,1	-13,2%
EBT	17,5	21,2	21,4%	10,3	106,8%
Impostos	-3,8	-4,3	-11,9%	-4,7	10,1%
Resultado Líquido	13,7	17,0	24,0%	5,5	-
Atribuível ao Grupo	13,7	17,0	24,3%	5,5	-
Atribuível a Interesses Sem Controlo	0,0	0,0	-	0,0	-

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketinge Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros custos.

(a) Os resultados de 2011 foram reexpressos, de forma a refletir o tratamento contabilístico dos encargos suportados com contratos de fidelização de clientes, os quais, a partir de 1 de Janeiro de 2012, passaram a ser capitalizados e amortizados de acordo com o período dos respectivos contratos.

8.2. Balanço Consolidado da Sonaecom

Milhões de euros	1T11 ^(a)	1T12	Δ 12/11	4T11 ^(a)	Δ T/T
BALANÇO CONSOLIDADO					
Total do Activo Líquido	1871,2	1.898,9	1,5%	2.037,5	-6,8%
Activos não Correntes	1503,3	1.582,0	5,2%	1.598,0	-1,0%
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	870,4	961,1	10,4%	972,5	-1,2%
Goodwill	526,1	521,1	-1,0%	521,1	0,0%
Investimentos	0,2	0,2	1,7%	0,2	0,0%
Impostos Diferidos Activos	106,4	99,3	-6,7%	103,9	-4,4%
Outros	0,2	0,3	43,3%	0,3	14,2%
Activos Correntes	368,0	316,9	-13,9%	439,5	-27,9%
Clientes	106,2	107,4	1,1%	146,1	-26,5%
Liquidez	100,8	99,9	-0,9%	189,4	-47,2%
Outros	160,9	109,6	-31,9%	104,0	5,4%
Capital Próprio	1.001,0	1.052,8	5,2%	1.034,4	1,8%
Grupo	1.000,5	1.052,4	5,2%	1.033,9	1,8%
Interesses Sem Controlo	0,5	0,4	-25,2%	0,5	-28,4%
Total Passivo	870,3	846,1	5,2%	1.003,1	-15,6%
Passivo não Corrente	458,9	399,3	-13,0%	441,9	-9,6%
Empréstimos Bancários	363,2	289,6	-20,3%	320,2	-9,6%
Provisões para outros Riscos e Encargos	33,6	47,5	41,2%	48,5	-2,2%
Outros	62,1	62,2	0,2%	73,2	-14,9%
Passivo Corrente	411,4	446,8	8,6%	561,2	-20,4%
Empréstimos Bancários	41,1	143,3	-	118,4	21,0%
Fornecedores	146,6	134,4	-8,3%	172,6	-22,2%
Outros	223,7	169,1	-24,4%	270,2	-37,4%
CAPEX Operacional ⁽¹⁾	23,5	25,6	8,7%	156,3	-83,6%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	10,9%	12,6%	1,7pp	73,3%	-60,6pp
CAPEX Total	23,5	25,6	8,6%	156,3	-83,6%
EBITDA - CAPEX Operacional	31,9	34,7	8,9%	-101,1	-
Cash Flow Operacional ⁽²⁾	-25,3	-76,3	-	16,6	0,0%
FCF ⁽³⁾	-35,2	-86,5	-145,6%	10,2	-
Dívida Bruta	425,1	455,7	7,2%	459,2	-0,8%
Dívida Líquida	324,3	355,8	9,7%	269,9	31,8%
Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses	1,5 x	1,5 x	0,0x	1,1 x	0,3x
EBITDA/Juros ⁽⁴⁾ últimos 12 meses	15,0 x	15,3 x	0,3x	15,3 x	-0,1x
Dívida / (Dívida + Capital Próprio)	29,8%	30,2%	0,4pp	30,7%	-0,5pp
Excluindo a operação de Securitização:					
Dívida Líquida	378,6	387,6	2,4%	309,5	25,2%
Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses	1,7 x	1,6 x	-0,1x	1,3 x	0,3x
EBITDA/Juros ⁽⁴⁾ últimos 12 meses	15,0 x	15,3 x	0,3x	15,3 x	-0,1x

(1) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros, Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais;

(2) Cash Flow Operacional = EBITDA - CAPEX Operacional - Variação de Fundo de Manio - Itens não Monetários e Outros; (3) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos; (4) Cobertura de Juros

(a) Os resultados de 2011 foram reexpressos, de forma a refletir o tratamento contabilístico dos encargos suportados com contratos de fidelização de clientes, os quais, a partir de 1 de Janeiro de 2012, passaram a ser capitalizados e amortizados de acordo com o período dos respectivos contratos.

8.3. FCF Alavancado da Sonaecom

Milhões de Euros	1T11	1T12	Δ 12/11	4T11	Δ T/T
FREE CASH FLOW ALAVANCADO					
EBITDA-CAPEX Operacional	31,9	34,7	8,9%	-101,1	-
Variação de Fundo de Maneio	-58,7	-109,5	-86,6%	98,7	-
Itens não monetários e Outros	1,4	-1,6	-	18,9	-
Cash Flow Operacional	-25,3	-76,3	-	16,6	-
Securitização	-5,0	-5,0	0,0%	-5,0	0,0%
Acções Próprias	-2,2	-0,7	66,8%	0,0	-
Resultados Financeiros	-1,9	-3,2	-65,8%	-0,4	-
Impostos	-0,7	-1,2	-71,8%	-0,9	-32,3%
FCF	-35,2	-86,5	-145,6%	10,2	-

8.4. Colaboradores da Sonaecom

Sonaecom	1T11	1T12	Δ 12/11	4T11	Δ T/T
Total Colaboradores	2.074	2.011	-3,0%	2.016	-0,2%
Serviços Partilhados e Centro Corporativo	141	137	-2,8%	140	-2,1%
Telecomunicações	1.100	1.061	-3,5%	1.074	-1,2%
SSI	572	561	-1,9%	550	2,0%
Online e Media	261	252	-3,4%	252	0,0%

8.5. Demonstração de Resultados Consolidados da Optimus

Milhões de Euros	1T11 ^(a)	1T12	Δ 12/11	4T11 ^(a)	Δ T/T
OPTIMUS DEM RESULTADOS					
Volume de Negócios	182,8	176,7	-3,3%	188,6	-6,3%
Receitas de Serviço	178,7	171,3	-4,1%	177,4	-3,4%
Receitas de Clientes	143,0	135,4	-5,3%	138,7	-2,3%
Receitas de Operadores	35,7	35,8	0,5%	38,7	-7,4%
Vendas de Equipamento	4,1	5,5	32,9%	11,2	-51,5%
Outras Receitas	3,2	2,6	-17,3%	2,8	-6,4%
Custos Operacionais	131,1	120,9	-7,7%	138,5	-12,7%
Custos com Pessoal	14,0	13,0	-7,4%	13,2	-1,8%
Custos Directos de Serviços Prestados ⁽¹⁾	64,3	58,5	-9,0%	59,3	-1,5%
Custos Comerciais ⁽²⁾	19,9	17,2	-13,5%	30,8	-44,3%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	32,9	32,3	-1,8%	35,1	-8,1%
EBITDA	54,9	58,4	6,4%	52,9	10,4%
Margem EBITDA (%)	30,0%	33,1%	3,0pp	28,0%	5,0pp
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	22,8	25,5	11,9%	155,0	-83,6%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	12,5%	14,4%	2,0pp	82,2%	-67,7pp
EBITDA - CAPEX Operacional	32,1	32,9	2,5%	-102,1	-
CAPEX Total	22,8	25,5	11,7%	155,0	-83,6%

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

(a) Os resultados de 2011 foram reexpressos, de forma a refletir o tratamento contabilístico dos encargos suportados com contratos de fidelização de clientes, os quais, a partir de 1 de Janeiro de 2012, passaram a ser capitalizados e amortizados de acordo com o período dos respectivos contratos.

9. Informação Histórica

9.1. Demonstração de Resultados Consolidados

Milhões de Euros	1T11R	2T11R	3T11R	4T11R	2011R
DEM. RESULTADOS CONSOLIDADOS					
Volume de Negócios	215,8	209,6	224,9	213,3	863,6
Outras Receitas	2,4	2,0	2,0	2,5	8,8
Custos Operacionais	162,8	149,6	163,9	160,7	637,0
Custos com Pessoal	24,3	22,9	23,8	21,4	92,4
Custos Directos de Serviços Prestados ⁽¹⁾	64,4	60,1	63,2	59,5	247,2
Custos Comerciais ⁽²⁾	35,5	27,7	38,1	37,2	138,4
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	38,5	38,9	38,9	42,6	158,9
EBITDA	55,4	61,9	62,9	55,2	235,5
Margem EBITDA (%)	25,7%	29,6%	28,0%	25,9%	27,3%
Depreciações e Amortizações	35,7	37,2	37,6	42,9	153,3
EBIT	19,7	24,7	25,4	12,3	82,2
Resultados Financeiros	-2,3	-2,5	-2,1	-2,1	-8,9
Proveitos Financeiros	1,5	1,7	2,3	3,1	8,6
Custos Financeiros	3,7	4,2	4,4	5,1	17,5
EBT	17,5	22,2	23,3	10,3	73,3
Impostos	-3,8	-4,1	1,7	-4,7	-11,0
Resultado Líquido	13,7	18,1	25,0	5,5	62,3
Atribuível ao Grupo	13,7	18,1	25,0	5,5	62,3
Atribuível a Interesses Sem Controlo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	23,5	30,2	28,4	156,3	238,3
CAPEX Total	23,5	30,2	28,4	156,3	238,5

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros, Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

9.2. Balanço Consolidado

Milhões de Euros	1T11R	2T11R	3T11R	4T11R	2011R
BALANÇO CONSOLIDADO					
Total do Activo Líquido	1.871,2	1.853,4	1.927,4	2.037,5	2.037,5
Activos não Correntes	1.503,3	1.493,3	1.486,0	1.598,0	1.598,0
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	870,4	863,3	853,9	972,5	972,5
Goodwill	526,1	526,1	526,1	521,1	521,1
Investimentos	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Impostos Diferidos Activos	106,4	103,5	105,4	103,9	103,9
Outros	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3
Activos Correntes	368,0	360,1	441,4	439,5	439,5
Clientes	106,2	109,5	133,2	146,1	146,1
Liquidez	100,8	126,1	183,0	189,4	189,4
Outros	160,9	124,4	125,2	104,0	104,0
Capital Próprio	1.001,0	1.002,5	1.028,1	1.034,4	1.034,4
Grupo	1.000,5	1.002,1	1.027,6	1.033,9	1.033,9
Interesses Sem Controlo	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Total Passivo	870,3	850,9	899,3	1.003,1	1.003,1
Passivo não Corrente	458,9	460,9	405,1	441,9	441,9
Empréstimos Bancários	363,2	370,2	319,1	320,2	320,2
Provisões para outros Riscos e Encargos	33,6	34,2	34,5	48,5	48,5
Outros	62,1	56,5	51,5	73,2	73,2
Passivo Corrente	411,4	390,0	494,2	561,2	561,2
Empréstimos Bancários	41,1	30,3	121,9	118,4	118,4
Fornecedores	146,6	143,7	155,8	172,6	172,6
Outros	223,7	216,0	216,5	270,2	270,2

9.3. Demonstração de Resultados do negócio Móvel

Milhões de Euros	1T11R	2T11R	3T11R	4T11R	2011R
NEGÓCIO MÓVEL - DEM. RESULTADOS					
Volume de Negócios	137,4	142,9	149,8	140,6	570,7
Outras Receitas	8,7	8,3	7,2	8,0	32,2
Custos Operacionais	93,7	93,7	98,2	98,7	384,3
Custos com Pessoal	13,4	12,5	12,8	12,4	51,0
Custos Directos de Serviços Prestados ⁽¹⁾	36,2	33,8	32,3	28,6	130,9
Custos Comerciais ⁽²⁾	16,9	19,7	25,1	25,7	87,3
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	27,3	27,8	28,0	32,1	115,1
EBITDA	52,4	57,5	58,8	49,9	218,6
Margem EBITDA (%)	38,1%	40,2%	39,2%	35,5%	38,3%
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	17,5	23,4	24,1	146,8	211,8
CAPEX Total	17,5	23,4	24,1	146,9	211,9

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros, Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

9.4. Demonstração de Resultados do negócio Fixo

Milhões de Euros	1T11R	2T11R	3T11R	4T11R	2011R
NEGÓCIO FIXO - DEM. RESULTADOS					
Volume de Negócios	54,7	52,2	56,6	56,9	220,4
Outras Receitas	0,1	0,3	0,3	0,3	1,0
Custos Operacionais	52,3	48,9	52,9	54,3	208,4
Custos com Pessoal	0,7	0,7	0,6	0,8	2,8
Custos Directos de Serviços Prestados ⁽¹⁾	37,5	35,5	40,1	39,7	152,8
Custos Comerciais ⁽²⁾	3,0	2,0	2,0	5,2	12,1
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	11,1	10,7	10,2	8,6	40,6
EBITDA	2,5	3,7	3,9	3,0	13,0
Margem EBITDA (%)	4,5%	7,0%	6,9%	5,2%	5,9%
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	5,9	6,5	3,8	8,0	24,1
CAPEX Total	5,9	6,5	3,8	8,0	24,1

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros, Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

9.5. Demonstração de Resultados da Optimus

Milhões de Euros	1T11R	2T11R	3T11R	4T11R	2011R
OPTIMUS DEM RESULTADOS					
Volume de Negócios	182,8	186,2	197,2	188,6	754,7
Outras Receitas	3,2	2,9	2,6	2,8	11,4
Custos Operacionais	131,1	127,9	137,0	138,5	534,5
Custos com Pessoal	14,0	13,1	13,4	13,2	53,8
Custos Directos de Serviços Prestados ⁽¹⁾	64,3	60,0	63,0	59,3	246,6
Custos Comerciais ⁽²⁾	19,9	21,7	27,1	30,8	99,4
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	32,9	33,0	33,5	35,1	134,6
EBITDA	54,9	61,2	62,7	52,9	231,7
Margem EBITDA (%)	30,0%	32,9%	31,8%	28,0%	30,7%
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	23,5	29,9	27,9	155,1	236,4
CAPEX Total	23,5	29,9	28,0	155,1	236,5

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros, Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

10. Informação Financeira

10.1. Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom

Balanços consolidados

Para os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011 (reexpresso), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (reexpresso) e para 1 de janeiro de 2011 (reexpresso)

(Montantes expressos em Euros)	Notas	março de 2012	março de 2011 (reexpresso)	dezembro de 2011 (reexpresso)	1 janeiro 2011 (reexpresso)
Ativo					
Ativos não correntes					
Ativos fixos tangíveis	1.d), 1.i) e 6	575.671.916	583.386.928	583.413.555	592.369.741
Ativos intangíveis	1.e), 1.f) e 7	385.408.619	286.966.292	389.121.882	290.906.832
Diferenças de consolidação	1.g) e 9	521.103.723	526.111.722	521.103.723	526.141.552
Investimentos disponíveis para venda	1.h), 8 e 10	212.323	212.323	212.323	212.323
Outros ativos não correntes	1.s) e 1.t)	302.168	208.301	264.973	174.363
Impostos diferidos ativos	1.q), 1.t) e 11	99.271.674	106.382.083	103.853.881	109.587.224
Total de ativos não correntes		1.581.970.423	1.503.267.649	1.597.970.337	1.519.392.035
Ativos correntes					
Existências	1.j)	6.859.854	19.871.333	7.365.390	17.473.750
Clientes	1.h), 1.k) e 8	107.408.958	106.241.168	146.137.974	143.294.200
Outras dívidas de terceiros	1.h), 1.k) e 8	28.713.991	65.320.384	25.933.462	61.302.698
Outros ativos correntes	1.s)	74.064.685	75.736.251	70.723.575	69.839.130
Caixa e equivalentes de caixa	1.l), 8 e 12	99.898.634	100.808.101	189.350.054	68.577.903
Total de ativos correntes		316.946.122	367.977.237	439.510.455	360.487.681
Total do ativo		1.898.916.545	1.871.244.886	2.037.480.792	1.879.879.716
Capital próprio e passivo					
Capital próprio					
Capital social	13	366.246.868	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Ações próprias	1.v) e 14	(7.289.051)	(13.625.492)	(13.594.518)	(15.030.834)
Reservas	1.u)	676.506.792	634.187.418	618.945.566	593.009.788
Resultado líquido consolidado do período		16.977.541	13.655.537	62.287.398	43.669.651
		1.052.442.150	1.000.464.331	1.033.885.314	987.895.473
Interesses sem controlo		369.228	493.665	515.654	593.790
Total do capital próprio		1.052.811.378	1.000.957.996	1.034.400.968	988.489.263
Passivo					
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1.m), 1.n), 8 e 15	289.558.835	363.173.473	320.176.857	305.038.006
Outros passivos financeiros não correntes	1.i), 8 e 16	19.852.885	18.401.802	17.990.531	19.253.869
Provisões para outros riscos e encargos	1.p), 1.t) e 17	47.484.133	33.632.496	48.549.956	33.150.028
Titularização de créditos	8 e 18	14.981.949	34.809.214	19.951.846	39.740.412
Impostos diferidos passivos	1.q), 1.t) e 11	3.336.162	5.529.885	5.186.711	5.559.170
Outros passivos não correntes	1.s), 1.t), 1.y)	24.063.386	3.359.355	30.041.779	2.739.617
Total de passivos não correntes		399.277.350	458.906.225	441.897.680	405.481.102
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.m), 1.n), 8 e 15	143.325.091	41.067.999	118.405.031	30.942.240
Fornecedores	8	134.383.857	146.563.075	172.622.586	178.732.746
Outros passivos financeiros	1.i), 8 e 19	2.945.208	2.420.049	2.645.498	2.171.140
Titularização de créditos	8 e 18	19.838.393	19.679.793	19.802.596	19.634.161
Outras dívidas a terceiros	8	12.539.734	19.620.541	23.832.672	56.752.155
Outros passivos correntes	1.s), 1.y)	133.795.534	182.029.208	223.873.761	197.676.909
Total de passivos correntes		446.827.817	411.380.665	561.182.144	485.909.351
Total do passivo e capital próprio		1.898.916.545	1.871.244.886	2.037.480.792	1.879.879.716

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2012 e 2011 (reexpresso - Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza

Para os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011 (reexpresso) e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (reexpresso)

(Montantes expressos em Euros)	Notas	março 2012	março 2011 (reexpresso)	dezembro 2011 (reexpresso)
Vendas	23	15.342.473	21.854.101	77.172.088
Prestações de serviços	23	187.109.040	193.977.864	786.462.327
Outros proveitos operacionais	23	2.330.901	2.382.704	8.809.285
		204.782.414	218.214.669	872.443.700
Custo das vendas	1.j)	(16.540.367)	(22.834.642)	(85.401.524)
Fornecimentos e serviços externos	1.i), 20 e 23	(96.169.825)	(106.160.957)	(419.762.108)
Custos com o pessoal	1.y) e 27	(22.034.315)	(24.340.884)	(92.443.327)
Amortizações e depreciações	1.d), 1.e), 1.g), 1.x), 6 e 7	(36.780.549)	(35.672.873)	(153.301.640)
Provisões e perdas de imparidade	1.k), 1.p), 1.x) e 17	(5.669.856)	(5.583.698)	(23.698.647)
Outros custos operacionais		(4.057.858)	(3.875.239)	(15.663.550)
		(181.252.770)	(198.468.293)	(790.270.796)
Perdas em empresas associadas	1.b)	-	-	(54.422)
Outros custos financeiros	1.n), 1.w), 1.x), 21 e 23	(4.465.678)	(3.740.124)	(17.413.177)
Outros proveitos financeiros	1.w), 21 e 23	2.157.174	1.480.865	8.575.532
Resultados correntes		21.221.140	17.487.117	73.280.837
Imposto sobre o rendimento	1.q), 11 e 22	(4.255.576)	(3.804.450)	(10.955.640)
Resultado líquido consolidado do período		16.965.564	13.682.667	62.325.197
Atribuível a:				
Acionistas da empresa mãe	26	16.977.541	13.655.537	62.287.398
Interesses sem controlo		(11.977)	27.130	37.799
Resultados por ação				
Incluindo operações em descontinuação:				
Básicos		0,05	0,04	0,17
Diluídos		0,05	0,04	0,17
Excluindo operações em descontinuação:				
Básicos		0,05	0,04	0,17
Diluídos		0,05	0,04	0,17

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2012 e 2011 (reexpresso - Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações consolidadas do rendimento integral

Para os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011 (reexpresso) e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (reexpresso)

(Montantes expressos em Euros)	Notas	março 2012	março 2011 (reexpresso)	dezembro 2011 (reexpresso)
Resultado líquido consolidado do período		16.965.564	13.682.667	62.325.197
Componentes de outro rendimento integral consolidado do período, líquido de imposto				
Variação de reservas de conversão cambial e outros	1.w)	(281.393)	94.263	(297.463)
Rendimento integral consolidado do período		16.684.171	13.776.930	62.027.734
Atribuível a:				
Acionistas da empresa mãe		16.696.148	13.749.800	61.989.935
Interesses sem controlo		(11.977)	27.130	37.799

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2012 e 2011 (reexpresso - Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011 (reexpresso)

(Montantes expressos em Euros)			Reservas								
	Capital social	Ações próprias (Nota 14)	Reserva legal	Prêmios de emissão de ações	Outras reservas	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 27)	Reservas de ações próprias	Total de reservas	Interesses sem controlo	Resultado líquido	Total
2012											
Saldo em 31 de dezembro 2011 (reexpresso)	366.246.868	(13.594.518)	7.991.192	775.290.377	(185.050.510)	7.119.989	13.594.518	618.945.566	-	62.287.398	1.033.885.314
Aplicação do resultado consolidado de 2011 (reexpresso)	-	-	-	-	62.287.398	-	-	62.287.398	-	(62.287.398)	-
Rendimento integral consolidado do período findo em 31 de março de 2012	-	-	-	-	(281.393)	-	-	(281.393)	-	16.977.541	16.696.148
Aquisição de ações próprias	-	(883.554)	-	-	(883.554)	-	883.554	-	-	-	(883.554)
Entrega de ações próprias no âmbito dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1.y) e 27)	-	7.189.021	-	-	5.585.629	(4.006.035)	(7.189.021)	(5.609.427)	-	-	1.579.594
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1.y) e 27)	-	-	-	-	-	1.164.648	-	1.164.648	-	-	1.164.648
Saldo em 31 de março de 2012	366.246.868	(7.289.051)	7.991.192	775.290.377	(118.342.430)	4.278.602	7.289.051	676.506.792	-	16.977.541	1.052.442.150
Interesses sem controlo											
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (reexpresso)	-	-	-	-	-	-	-	-	515.654	-	515.654
Interesses sem controlo no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.977)	-	(11.977)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(124.500)	-	(124.500)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.949)	-	(9.949)
Saldo em 31 de março de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	369.228	-	369.228
Total	366.246.868	(7.289.051)	7.991.192	775.290.377	(118.342.430)	4.278.602	7.289.051	676.506.792	369.228	16.977.541	1.052.811.378

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio (continuação)

Para os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011 (reexpresso)

(Montantes expressos em Euros)	Capital social	Ações próprias (Nota 14)	Reservas						Interesses sem controle	Resultado líquido	Total
			Reserva legal	Prêmios de emissão de ações	Outras reservas	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 27)	Reservas de ações próprias	Total de reservas			
2011											
Saldo em 31 de dezembro 2010 (reexpresso)	366.246.868	(15.030.834)	1.221.003	775.290.377	(203.345.179)	4.812.753	15.030.834	593.009.788	-	43.669.651	987.895.473
Aplicação do resultado consolidado de 2010 (reexpresso)	-	-	6.770.189	-	36.899.462	-	-	43.669.651	-	(43.669.651)	-
Rendimento integral consolidado do período findo em 31 de março de 2011	-	-	-	-	94.263	-	-	94.263	-	13.655.537	13.749.800
Aquisição de ações próprias	-	(2.223.287)	-	-	(2.223.287)	-	2.223.287	-	-	-	(2.223.287)
Entrega de ações próprias no âmbito dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1.y) e 27)	-	3.628.629	-	-	1.752.301	(1.604.799)	(3.628.629)	(3.481.127)	-	-	147.502
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1.y) e 27)	-	-	-	-	-	894.843	-	894.843	-	-	894.843
Saldo em 31 de março de 2011 (reexpresso)	366.246.868	(13.625.492)	7.991.192	775.290.377	(166.822.440)	4.102.797	13.625.492	634.187.418	-	13.655.537	1.000.464.331
Interesses sem controle											
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (reexpresso)	-	-	-	-	-	-	-	-	593.790	-	593.790
Interesses sem controle no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	27.130	-	27.130
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(124.500)	-	(124.500)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.755)	-	(2.755)
Saldo em 31 de março de 2011 (reexpresso)	-	-	-	-	-	-	-	-	493.665	-	493.665
Total	366.246.868	(13.625.492)	7.991.192	775.290.377	(166.822.440)	4.102.797	13.625.492	634.187.418	493.665	13.655.537	1.000.957.996

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2012 e 2011 (reexpresso - Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigo Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011

(Montantes expressos em Euros)	março 2012		março 2011	
Atividades operacionais				
Recebimentos de clientes	222.059.977		243.396.685	
Pagamentos a fornecedores	(144.718.809)		(163.063.660)	
Pagamentos ao pessoal	(31.157.230)		(32.086.550)	
Fluxo gerado pelas operações	46.183.938		48.246.475	
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(1.172.552)		(725.627)	
Outros recebimentos/pagamentos relativos a atividades operacionais	(2.701.629)		(36.215.629)	
Fluxos das atividades operacionais (1)	42.309.757	42.309.757	11.305.219	11.305.219
Atividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	663.618		5.059.575	
Ativos fixos intangíveis	-		13.694	
Juros e proveitos similares	1.774.056	2.437.674	1.395.534	6.468.803
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	-		(8.860.291)	
Ativos fixos tangíveis	(30.972.213)		(28.535.162)	
Ativos intangíveis	(86.303.934)	(117.276.147)	(5.111.038)	(42.506.491)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(114.838.473)		(36.037.688)
Atividades de financiamento				
Recebimentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	65.000	65.000	70.750.000	70.750.000
Pagamentos respeitantes a:				
Amortizações de contratos de locação financeira	(556.121)		(517.937)	
Juros e custos similares	(5.486.929)		(3.268.032)	
Dividendos	(124.500)		(124.500)	
Aquisição de ações próprias	(738.425)		(2.223.287)	
Empréstimos obtidos	(10.032.148)	(16.938.123)	(5.031.847)	(11.165.603)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(16.873.123)		59.584.397
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(89.401.839)		34.851.928
Efeito das diferenças de câmbio		13.073		(68.807)
Caixa e seus equivalentes no princípio do período		189.031.758		66.024.199
Caixa e seus equivalentes no final do período		99.642.992		100.807.320

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2012 e 2011 (reexpresso - Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Anexo às Demonstrações consolidadas dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011

1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais

	março 2012	março 2011
Pagamento de aquisições de anos anteriores		
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	8.860.291
	-	8.860.291

2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes

	março 2012	março 2011
Numerário	155.989	281.751
Depósitos à ordem	4.400.949	6.986.351
Aplicações de Tesouraria	95.341.696	93.540.000
Depósitos à ordem (saldos credores)	(255.642)	(782)
Caixa e seus equivalentes	99.642.992	100.807.320
Depósitos à ordem (saldos credores)	255.642	782
Disponibilidades constantes do balanço	99.898.634	100.808.102

3. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias

	março 2012	março 2011
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	111.352.068	80.000.000
b) Compra de empresas através da emissão de ações	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

4. Repartição do fluxo de caixa por ramo de actividade

Actividade	Fluxo das actividades operacionais	Fluxo das actividades de investimento	Fluxo das actividades de financiamento	Variação de caixa e seus equivalentes
Telecomunicações	44.656.975	(114.758.611)	(6.557.790)	(76.659.426)
Multimédia	(1.390.716)	(189.473)	(45.293)	(1.625.482)
Sistemas de Informação	(326.974)	(481.659)	(90.319)	(898.952)
Holding	(629.528)	591.270	(10.179.721)	(10.217.979)
	<u>42.309.757</u>	<u>(114.838.473)</u>	<u>(16.873.123)</u>	<u>(89.401.839)</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2012 e 2011 (reexpresso - Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Santos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

10.2. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

A SONAECOM, S.G.P.S., S.A. (“Empresa” ou “Sonaecom”) foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 2 e 3 (“Grupo”).

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A. Desde então, o objeto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a Empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (acionista da Sonaecom, **doravante designada “Sonae”**). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 ações a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, S.G.P.S., S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros, de 296.526.868 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

Os negócios do Grupo consistem, essencialmente, nas seguintes atividades:

- Operador de telecomunicações móveis, fixas e internet;
- Multimédia;
- Consultoria em sistemas de informação.

O Grupo desenvolve a sua atividade em Portugal, com algumas subsidiárias (da área de consultoria em sistemas de informação) a operar em cerca de 13 países.

Desde 1 de janeiro de 2001, as empresas do Grupo sediadas na Zona euro passaram a adotar o euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

As demonstrações financeiras consolidadas são também apresentadas em euros, arredondados à unidade, e as transações em moeda estrangeira são incluídas, de acordo com as políticas contabilísticas abaixo apresentadas.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do Grupo Sonaecom e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 2 e 3), os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") tal como adotadas pela União Europeia. Estas demonstrações foram preparadas tendo por base o custo histórico, exceto para a reavaliação de certos instrumentos financeiros.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*.

A data de 1 de janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IAS/IFRS, de acordo com a SIC 8 (First time adoption of IAS).

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras não existem normas, interpretações, emendas e revisões, que foram, aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia e cuja aplicação seja obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 1 - Alterações (Isenção para hiperinflação severa e remoção das datas fixas) As emendas relativas à Isenção para hiperinflação severa e remoção das taxas fixas:1) substituem as datas fixas estabelecidas na exceção para desreconhecimento e na exceção relacionada com a mensuração inicial ao justo valor dos instrumentos financeiros; e 2) incluem uma isenção específica ao custo considerado na primeira adoção das IFRS para as entidades que operavam anteriormente em economias classificadas como hiper-inflacionárias.	1-jul-11
IFRS 1 - Alterações (Empréstimos do Governo) As emendas relativas aos empréstimos do Governo referem como se deve adotar pela primeira vez a norma relativamente aos empréstimos do Governo com uma taxa de juro abaixo da praticada pelo mercado e propõem a permissão da aplicação prospectiva da IAS 20.	1-jan-13

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 7 - Alterações (Activos e Passivos Financeiros: Divulgações) A emenda requer divulgações com vista a um melhor entendimento das transações de ativos financeiros (por exemplo: securitização de ativos), incluindo a compreensão dos efeitos possíveis de eventuais riscos remanescentes após a transferência. São ainda requeridas divulgações adicionais se uma quantidade desproporcional de transações de ativos ocorrer perto do final do período de relato.	1-jan-13
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros e alterações posteriores) Esta norma é o primeiro passo no projeto de substituição da IAS 39, e introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	1-jan-15
IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas) A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o fator determinante para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo.	1-jan-13
IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente) Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como é atualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas.	1-jan-13
IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades) Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço.	1-jan-13
IFRS 13 (Mensuração ao Justo Valor) Prevê melhorar a consistência e reduzir a complexidade, fornecendo, pela primeira vez, uma definição precisa do justo valor, uma única fonte de mensuração deste e requisitos de divulgação para o seu uso em IFRS.	1-jan-13
IAS 1 - Alterações (Apresentação de itens em Outros Resultados Integrais) Os itens de outros resultados integrais, que podem ser reclassificados para demonstração de resultados, serão apresentados de forma agrupada.	1-jul-12
IAS 12 - Alterações (Imposto diferido: Recuperação de activos subjacentes) Esta alteração estabelece que, no caso das propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, existe a presunção de que a sua recuperação será normalmente feita pela venda para efeitos de determinação do respetivo impacto fiscal. Como resultado, a SIC 21 - "Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de ativos não depreciáveis revalorizados" deixa de se aplicar a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor. As restantes orientações contidas na SIC 21 são também vertidas para a IAS 12, sendo a SIC 21 retirada.	1-jan-12

Nome da interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 19 - Alterações (Benefícios dos Empregados)	1-jan-13
Eliminação da opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas, conhecida como o "método do corredor", melhoria na comparabilidade e fidelidade de apresentação, racionalização da apresentação de alterações nos ativos e passivos decorrentes de planos de benefícios definidos e melhoria dos requisitos de divulgação para os planos de benefício definidos.	
IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas)	1-jan-13
Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.	
IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures)	1-jan-13
O objetivo da IAS 28 (revista em 2011) é o de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.	
IAS 32 - Alterações (Activos e Passivos Financeiros)	1-jan-14
A IAS 32 é alterada para passar a referir as divulgações obrigatórias no que respeita às compensações.	
IFRIC 20 Interpretação (Custos da remoção do terreno de cobertura na fase produtiva de uma mina de superfície)	1-jan-13
A interpretação clarifica quando estes tipos de custos deverão ser considerados como ativo e como esse ativo deverá ser mensurado (quer no reconhecimento inicial quer na mensuração subsequente).	

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas futuras do Grupo.

Durante o período findo em 31 de março de 2012, o Grupo, alinhado com as melhores práticas do setor das telecomunicações, alterou a política de contabilização dos encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, os quais eram, até à data, registados como custo no exercício em que eram incorridos. A partir de 1 de janeiro de 2012, os encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, os quais incluem cláusulas de indemnização em caso de rescisão antecipada, são capitalizados na rubrica "Ativos intangíveis" e amortizados de acordo com o período dos respetivos contratos, uma vez que apenas agora é possível efetuar, de forma fidedigna, a alocação dos custos aos respetivos contratos, bem como a identificação de qual a receita gerada pelos clientes associados a cada contrato, cumprindo assim o critério para a sua capitalização, conforme exigido pela IAS 38 – Ativos intangíveis. Quando um contrato é rescindido o valor líquido do ativo intangível associado a esse contrato é de imediato reconhecido como custo na demonstração dos resultados.

Esta política contabilística permite que as demonstrações financeiras revelem de forma mais fiável e relevante a sua posição e desempenho financeiro, uma vez que permite alinhar os encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, com a receita por si gerada. Adicionalmente, e com a periodicidade entendida relevante, são efetuados testes de imparidade a este ativo intangível de forma a garantir que o valor atual da receita que se estima gerar com cada contrato de fidelização de clientes é superior ao encargo que se encontra capitalizado relativo a esse contrato.

Conforme previsto pela IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, a alteração de política foi aplicada retrospectivamente, pelo que, a 1 de janeiro de 2011, o Grupo reconheceu um ativo intangível relacionado com o montante de encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes até essa data líquido das respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas. A demonstração de resultados consolidada de 2011 foi ajustada para refletir: (1) a capitalização dos encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização e; (ii) a amortização e as perdas por imparidade do ativo intangível reconhecido no exercício e em exercícios anteriores. Consequentemente, foram efetuadas alterações nos Balanços consolidados a 1 de janeiro de 2011, a 31 de março de 2011 e a 31 de dezembro de 2011 e nas Demonstrações Consolidadas dos resultados por natureza para o período findo em 31 de março de 2011 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, conforme segue:

Balanço a 1 de janeiro de 2011

(Montantes expressos em Euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Balanço reexpresso
Ativo			
Ativos tangíveis	592.369.741	-	592.369.741
Ativos intangíveis	272.896.942	18.009.890	290.906.832
Diferenças de consolidação	526.141.552	-	526.141.552
Outros Ativos	470.461.591	-	470.461.591
Total do Ativo	1.861.869.826	18.009.890	1.879.879.716
Passivo			
Passivos não correntes	400.708.481	4.772.621	405.481.102
Passivos correntes	485.909.351	-	485.909.351
Total do passivo	886.617.832	4.772.621	891.390.453
Capital próprio excl. interesses sem controlo	974.658.204	13.237.269	987.895.473
Interesses sem controlo	593.790	-	593.790
Total do capital próprio	975.251.994	13.237.269	988.489.263
Total do capital próprio e do passivo	1.861.869.826	18.009.890	1.879.879.716

Balanço a 31 de março de 2011

(Montantes expressos em Euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Balanço reexpresso
Ativo			
Ativos tangíveis	583.386.928	-	583.386.928
Ativos intangíveis	268.953.495	18.012.797	286.966.292
Diferenças de consolidação	526.111.722	-	526.111.722
Outros Ativos	474.779.944	-	474.779.944
Total do Ativo	1.853.232.089	18.012.797	1.871.244.886
Passivo			
Passivos não correntes	454.132.834	4.773.391	458.906.225
Passivos correntes	411.380.665	-	411.380.665
Total do passivo	865.513.499	4.773.391	870.286.890
Capital próprio excl. interesses sem controlo	987.224.925	13.239.406	1.000.464.331
Interesses sem controlo	493.665	-	493.665
Total do capital próprio	987.718.590	13.239.406	1.000.957.996
Total do capital próprio e do passivo	1.853.232.089	18.012.797	1.871.244.886

Balanco a 31 de dezembro de 2011

(Montantes expressos em Euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Balanco reexpresso
Ativo			
Ativos tangíveis	583.413.555	-	583.413.555
Ativos intangíveis	371.429.260	17.692.622	389.121.882
Diferenças de consolidação	521.103.723	-	521.103.723
Outros Ativos	543.841.632	-	543.841.632
Total do Ativo	2.019.788.170	17.692.622	2.037.480.792
Passivo			
Passivos não correntes	437.209.135	4.688.545	441.897.680
Passivos correntes	561.182.144	-	561.182.144
Total do passivo	998.391.279	4.688.545	1.003.079.824
Capital próprio excl. interesses sem controlo	1.020.881.237	13.004.077	1.033.885.314
Interesses sem controlo	515.654	-	515.654
Total do capital próprio	1.021.396.891	13.004.077	1.034.400.968
Total do capital próprio e do passivo	2.019.788.170	17.692.622	2.037.480.792

Balanco a 31 de março de 2012

(Montantes expressos em Euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Balanco reexpresso
Ativo			
Ativos tangíveis	575.671.916	-	575.671.916
Ativos intangíveis	367.899.788	17.508.831	385.408.619
Diferenças de consolidação	521.103.723	-	521.103.723
Outros Ativos	416.732.287	-	416.732.287
Total do Ativo	1.881.407.714	17.508.831	1.898.916.545
Passivo			
Passivos não correntes	395.947.927	3.329.423	399.277.350
Passivos correntes	446.827.817	-	446.827.817
Total do passivo	842.775.744	3.329.423	846.105.167
Capital próprio excl. interesses sem controlo	1.038.262.742	14.179.408	1.052.442.150
Interesses sem controlo	369.228	-	369.228
Total do capital próprio	1.038.631.970	14.179.408	1.052.811.378
Total do capital próprio e do passivo	1.881.407.714	17.508.831	1.898.916.545

Demonstração de resultados a 31 de dezembro de 2011

(Montantes expressos em Euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Demonstração de resultados reexpressa
Receitas totais	872.443.700	-	872.443.700
Custos e perdas			
Fornecimentos e serviços externos	(442.250.912)	22.488.804	(419.762.108)
Amortizações	(130.495.567)	(22.806.073)	(153.301.640)
Outros custos operacionais	(217.207.048)	-	(217.207.048)
Resultado antes de result. Financ. e impostos	82.490.173	(317.269)	82.172.904
Resultados financeiros	(8.892.067)	-	(8.892.067)
Imposto sobre o rendimento	(11.039.716)	84.076	(10.955.640)
Resultado líquido consolidado	62.558.390	(233.193)	62.325.197
Atribuível a interesses sem controlo	37.799	-	37.799
Atribuível a acionistas da empresa mãe	62.520.591	(233.193)	62.287.398
Resultados por ação			
Incluindo operações em descontinuação:			
Básicos	0,18	0,00	0,17
Diluídos	0,18	0,00	0,17
Excluindo operações em descontinuação:			
Básicos	0,18	0,00	0,17
Diluídos	0,18	0,00	0,17

Demonstração de resultados a 31 de março de 2011

(Montantes expressos em Euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Demonstração de resultados reexpressa
Receitas totais	218.214.669	-	218.214.669
Custos e perdas			
Fornecimentos e serviços externos	(111.611.668)	5.450.711	(106.160.957)
Amortizações	(30.225.069)	(5.447.804)	(35.672.873)
Outros custos operacionais	(56.634.463)	-	(56.634.463)
Resultado antes de result. Financ. e impostos	19.743.469	2.907	19.746.376
Resultados financeiros	(2.259.259)	-	(2.259.259)
Imposto sobre o rendimento	(3.803.680)	(770)	(3.804.450)
Resultado líquido consolidado	13.680.530	2.137	13.682.667
Atribuível a interesses sem controlo	27.130	-	27.130
Atribuível a acionistas da empresa mãe	13.653.400	2.137	13.655.537
Resultados por ação			
Incluindo operações em descontinuação:			
Básicos	0,04	0,00	0,04
Diluídos	0,04	0,00	0,04
Excluindo operações em descontinuação:			
Básicos	0,04	0,00	0,04
Diluídos	0,04	0,00	0,04

Demonstração de resultados a 31 de março de 2012

(Montantes expressos em Euros)	Antes da alteração	Efeitos da alteração	Demonstração de resultados reexpressa
Receitas totais	204.782.414	-	204.782.414
Custos e perdas			
Fornecimentos e serviços externos	(101.564.771)	5.394.946	(96.169.825)
Amortizações	(31.201.813)	(5.578.736)	(36.780.549)
Outros custos operacionais	(48.302.396)	-	(48.302.396)
Resultado antes de result. Financ. e impostos	23.713.434	(183.790)	23.529.644
Resultados financeiros	(2.308.504)	-	(2.308.504)
Imposto sobre o rendimento	(5.614.697)	1.359.121	(4.255.576)
Resultado líquido consolidado	15.790.233	1.175.331	16.965.564
Atribuível a interesses sem controlo	(11.977)	-	(11.977)
Atribuível a acionistas da empresa mãe	15.802.210	1.175.331	16.977.541
Resultados por ação			
Incluindo operações em descontinuação:			
Básicos	0,04	0,00	0,05
Diluídos	0,04	0,00	0,05
Excluindo operações em descontinuação:			
Básicos	0,04	0,00	0,05
Diluídos	0,04	0,00	0,05

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo Grupo a 31 de março de 2012, com exceção do ponto anteriormente referido, são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo
As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas as demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido

destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respetivamente, na rubrica "Interesses sem controlo".

O rendimento integral total é atribuído aos proprietários da empresa-mãe e aos interesses sem controlo mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição (ou de tomada de controlo) ou até à data da sua venda (ou cedência de controlo). As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do Grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 2.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas
Os 'Investimentos em empresas associadas' correspondem a investimentos nos quais o Grupo tem influência significativa (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) e são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de 'Outras reservas'. Anualmente é efetuada uma avaliação dos investimentos em associadas, de modo a verificar se existem situações de imparidade.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, altura em que procede ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos para esse efeito.

Os 'Investimentos em empresas associadas' encontram-se descritos na Nota 4.

c) Empresas controladas conjuntamente
As demonstrações financeiras das empresas controladas conjuntamente foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação

proporcional, desde a data em que o controlo conjunto foi adquirido. De acordo com este método, os ativos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo. O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis da empresa controlada conjuntamente na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 9). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do período, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo e empresas controladas conjuntamente são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente, entre outros aspetos, é determinada com base nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se descritas na Nota 3.

d) Ativos fixos tangíveis
Os 'ativos fixos tangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização do ativo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios	50
Outras construções	10-40
Redes de telecomunicações	10-40
Outros equipamentos básicos	1-16
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	1-10
Ferramentas e utensílios	4-8
Outros ativos fixos tangíveis	4-8

Durante o período findo em 31 de março de 2011, o Conselho de Administração do Grupo procedeu, com efeitos prospetivos, à revisão da vida útil estimada de um conjunto de ativos associados às redes de telecomunicações fixa e móvel, tendo como base relatórios de avaliação produzidos por entidades especializadas, independentes.

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os custos estimados de desmantelamento e remoção de bens corpóreos, em cuja obrigação o Grupo incorre, são capitalizados e amortizados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos fixos tangíveis ainda em fase de construção/ desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão. Boas condições em termos de cobertura de rede e/ou condições necessárias para assegurar um serviço mínimo em termos de qualidade e fiabilidade técnica são exemplos das condições avaliadas pela gestão.

e) Ativos intangíveis

Os 'ativos intangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os 'ativos intangíveis' só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o mesmo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os 'ativos intangíveis' compreendem, essencialmente, software (excluindo aquele que se encontra associado a 'ativos fixos tangíveis' – software de sites de telecomunicações), propriedade industrial, encargos incorridos com as licenças de operador de rede móvel (GSM, UMTS e o espectro para serviços de 4ª Geração) e de rede fixa, os encargos incorridos com a aquisição de carteiras de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) e os encargos suportados com a angariação dos contratos de fidelização de clientes.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (um a seis anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas, sendo as licenças de operador de rede móvel e de rede fixa

amortizadas pelo período de tempo estimado da concessão, pelo que a licença UMTS, está a ser amortizada até 2030. Custos adicionais com a licença, nomeadamente, os associados com os compromissos assumidos com a Sociedade de Informação, encontram-se a ser amortizados até ao termo estimado da licença acima indicado. As amortizações das carteiras de clientes são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que as compõem (6 anos).

As despesas com ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento, são registadas como custo no momento em que são incorridas. As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como ativo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o ativo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

Os encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, os quais incluem cláusulas de indemnização em caso de rescisão antecipada, são capitalizados na rubrica "Ativos intangíveis" e amortizados de acordo com o período dos respetivos contratos. Quando um contrato é rescindido o valor líquido do ativo intangível associado a esse contrato é de imediato reconhecido como custo na demonstração dos resultados. Adicionalmente, e com a periodicidade entendida relevante, são efetuados testes de imparidade a este ativo intangível de forma a garantir que o valor atual da receita que se estima gerar com cada contrato de fidelização de clientes é superior ao encargo que se encontra capitalizado relativo a esse contrato.

As amortizações do exercício dos 'ativos intangíveis' são registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

f) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimada. Nos casos em que a vida útil é indefinida, as mesmas não são amortizadas, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

O Grupo Sonaecom não detém quaisquer marcas e/ou patentes com vida útil indefinida, pelo que não é aplicável a segunda parte do parágrafo supra.

g) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas acrescido do valor dos interesses sem controlo, e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de 'Diferenças de consolidação' e, quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento,

são registadas diretamente na demonstração de resultados. O Grupo optará numa base de transação a transação, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou de acordo com o justo valor dos interesses sem controlo. Até 1 de janeiro de 2010, os interesses sem controlo eram valorizados exclusivamente de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor da 'Diferença de consolidação', mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto na 'Diferença de consolidação' ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

Até 1 de janeiro de 2004, as 'Diferenças de consolidação' eram amortizadas durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' do exercício. A partir de 1 de janeiro de 2004, de acordo com a IFRS 3 – "Concentrações de atividades empresariais", o Grupo suspendeu a amortização das 'Diferenças de consolidação', sujeitando as mesmas a testes de imparidade (alínea x). A partir dessa data, as perdas de imparidade do exercício relativas às 'Diferenças de consolidação' são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

h) Instrumentos financeiros

O Grupo classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/ líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de

transação, sendo a única exceção os 'investimentos registrados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'investimentos disponíveis para venda' e os 'investimentos registrados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registrados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registrados ao justo valor através de resultados' são registrados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registrado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, o Grupo valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O Grupo efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de

resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.

i) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ("ALD"), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

j) Existências

As 'existências' são valorizadas ao custo de aquisição, deduzido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflete o seu valor estimado de realização.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração e são registrados na Demonstração de Resultados, em 'Custo das vendas'.

k) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de 'Clientes' e as 'Outras dívidas de terceiros' são registradas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando o Grupo empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

Os montantes destas rubricas encontram-se deduzidos de eventuais perdas de imparidade, que são registados na Demonstração de Resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditadas na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

l) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O Grupo classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

m) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

n) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos

obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

o) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo Grupo.

Os instrumentos financeiros derivados (*cash flow hedges*) utilizados normalmente pelo Grupo respeitam a:

- (i) *Swaps* de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos *swaps* de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos *swaps* de cobertura de cash-flow é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios "Reservas de cobertura";
- (ii) *Forward's* cambiais para cobertura do risco cambial, particularmente, de recebimentos de clientes da subsidiária Wedo Consulting. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 31 de março de 2012, o Grupo não se encontrava a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado, para além dos referidos na Nota 1.y).

p) Provisões e contingências

As 'Provisões' são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso o Grupo possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

q) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento' do período inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12 – "Impostos sobre rendimento". A Sonaecom é abrangida, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Para as empresas não abrangidas pelo regime especial de tributação, o imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'Impostos diferidos ativos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 11).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

r) Subsídios atribuídos pelo Governo

Subsídios atribuídos para financiar formação de pessoal são reconhecidos como proveitos durante o período de tempo durante o qual o Grupo incorre nos respetivos custos e são apresentados na demonstração de resultados na linha de 'Outros Proveitos Operacionais'.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos são registados no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. No caso dos investimentos em ativos fixos tangíveis, tais subsídios são reconhecidos durante o período de vida útil estimado para os bens em causa e, no caso de outro tipo de investimentos, à medida que este vai sendo realizado.

s) Especialização de exercícios e Rébito

Os custos e os proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros ativos não correntes', 'Outros ativos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (alínea p)).

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. A faturação destes serviços é efetuada numa base mensal. Os valores não faturados, desde o último ciclo de faturação até ao final do mês, são registados por estimativa com base na valorização global do tráfego realmente ocorrido. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos

possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas antes de impostos e líquidas de descontos.

Os proveitos relacionados com os cartões pré-pagos são reconhecidos à medida que os minutos são consumidos. No final de cada período é efetuada uma estimativa dos minutos por consumir e o valor de receita associado a estes minutos é diferido.

Os encargos com os programas de fidelização de clientes através da atribuição de pontos, atribuídos pela filial Optimus - Comunicações, S.A., são quantificados tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que são gerados por contrapartida da rubrica 'Outros passivos correntes'.

Os custos e proveitos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos.

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

t) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões para outros riscos e encargos' são classificados como ativos e passivos não correntes (Notas 11 e 17).

u) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'Reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica

seguem o regime estabelecido para a 'Reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo

De acordo com a IFRS 2 – "Pagamentos com base em ações", a responsabilidade com os Planos de Incentivo de Médio Prazo liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de *cash flow* que se consideram eficazes (Nota 1.o)), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de ações próprias

As 'Reservas de ações próprias' refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS. Assim, a 31 de março de 2012, a Sonaecom, SGPS, S.A., dispunha de reservas que, pela sua natureza, são consideradas distribuíveis no montante de cerca de 176,8 milhões de euros.

v) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

w) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que, operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proventos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média do período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica 'Outras reservas'.

As 'Diferenças de consolidação' e os ajustamentos de justo valor gerados nas aquisições de entidades estrangeiras com moeda funcional diferente do euro são convertidos à data de fecho do balanço.

As cotações utilizadas para conversão em euros das contas das filiais estrangeiras e dos saldos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2012		2011	
	31 de março	Média	31 de março	Média
Libra inglesa	1,1992	1,1984	1,1316	1,1714
Real brasileiro	0,4111	0,4319	0,4337	0,4388
Dólar americano	0,7487	0,7630	0,7039	0,7314
Zloti (Polónia)	0,2408	0,2364	0,2493	0,2535
Dólar australiano	0,7791	0,8050	0,7280	0,7349
Pesos mexicanos	0,0588	0,0588	0,0591	0,0606
Libra Egípcia	0,1240	0,1259	0,1187	0,1239
Ringgit (Malásia)	0,2444	0,2493	0,2327	0,2401
Peso Chileno	0,0015	0,0016	0,0015	0,0015
Dólar de Singapura	0,5961	0,6034	0,5586	0,5727
Franco suiço	0,8302	0,8278	0,7689	0,7770
Coroa Sueca	0,1131	0,1130	-	-
Sul	0,0977	0,0983	-	-
Kwanza (Angola)	0,0079	0,0080	-	-
Dinar de Marrocos	0,0896	0,0898	-	-

x) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e de Diferenças de consolidação, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado

do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portefólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Para o valor das Diferenças de consolidação e de Investimentos financeiros, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo. Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e estatística, que lhe permite efetuar uma previsão dos montantes em imparidade. No caso das Existências, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação das existências.

y) Planos de Incentivo de Médio Prazo

O tratamento contabilístico dos Planos de Incentivo de Médio Prazo é baseado na IFRS 2 – "Pagamento com Base em Ações".

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pelo Grupo são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa ao Grupo, que

assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros ativos não correntes' e 'Outros ativos correntes';
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

A 31 de março de 2012, apenas um plano de ações Sonaecom em aberto estava totalmente coberto através da detenção de ações próprias. O impacto associado aos planos de ações dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a ações Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe, a Empresa efetuou, para dois planos, contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas ações,

pelo que a responsabilidade com os mesmos se encontra registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

z) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

aa) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de março de 2012 e 2011 incluem:

- (i) Vidas úteis do ativo tangível e intangível;
- (ii) Análises de imparidade das diferenças de consolidação e de outros ativos tangíveis e intangíveis;
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (Contas a Receber e Existências) e provisões;
- (iv) Cálculo da responsabilidade associada aos programas de fidelização de clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8 – "Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros".

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

ab) Gestão do Risco Financeiro

A atividade do Grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de

projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.0)).

Risco de mercado

a) Risco de taxa de câmbio

O Grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar em países com moeda diferente do euro, nomeadamente, no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egito, no Chile, no Panamá, em Singapura e na Malásia (sucursal), estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o Grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o Grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.0)).

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do euro, sendo imaterial o risco associado à atividade operacional.

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*natural hedge*); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Grupo apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos

de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;

- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/ transação que está a ser coberta; e
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios do Grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 15) encontra-se indexado a taxas variáveis, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados, quando tal é considerado necessário, como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os *swaps* de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, o Grupo acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do Grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de Balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Risco de liquidez

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária; e
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade dos empréstimos obtidos é apresentada na Nota 15.

Risco de Crédito

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo fato de o Grupo, no que respeita a operadores de telecomunicações, apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do Grupo. O Grupo recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, assim como seguros de crédito, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

2. Empresas incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, atividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 31 de março de 2012 e 2011, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Porcentagem do capital detido			
				2012		2011	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
Empresa-mãe SONAECON, S.G.P.S., S.A. ("Sonaecom")	Maia	Gestão de participações sociais.		-	-	-	-
Subsidiárias							
Be Artis - Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ("Artis")	Maia	Conceção, construção, gestão e exploração de redes de comunicações eletrónicas e dos respetivos equipamentos e infra-estruturas, gestão de ativos tecnológicos próprios ou de terceiros e prestação de serviços conexos.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Be Towering - Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. ("Be Towering")	Maia	Implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamentos de telecomunicações.	Optimus	100%	100%	100%	100%
Cape Technologies Limited ("Cape Technologies")	Dublin	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A. ("Digitmarket" - usando a marca "Bizdirect")	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	Sonae com SI	75,10%	75,10%	75,10%	75,10%
Lugares Virtuais, S.A. ("Lugares Virtuais")	Maia	Organização e gestão de portais eletrónicos <i>on-line</i> , aquisição de conteúdos, gestão de leilões eletrónicos, aquisição e disponibilização de produtos e serviços por via eletrónica e quaisquer atividades conexas.	Miauger	100%	100%	100%	100%
Mainroad - Serviços em Tecnologias de Informação, S.A. ("Mainroad")	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Miauger - Organização e Gestão de Leilões Eletrónicos, S.A. ("Miauger")	Maia	Organização e gestão de leilões eletrónicos <i>on-line</i> de produtos e serviços.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
M3G - Edições Digitais, S.A. ("M3G") (a)	Maia	Edições digitais, edição eletrónica e produção de conteúdos na internet.	Público	Dissolvida		100%	100%
Optimus - Comunicações, S.A. ("Optimus")	Maia	Implementação, operação, exploração e oferta de redes e prestação de serviços de comunicações eletrónicas, bem como quaisquer recursos conexos e, ainda, fornecimento e comercialização de produtos e equipamentos de comunicações eletrónicas.	Sonaecom Sonae Telecom Sonaecom BV	64,14% 35,86% -	64,14% 35,86% -	54,15% 35,86% 9,00%	54,15% 35,86% 9,00%
Per-Mar - Sociedade de Construções, S.A. ("Per-Mar")	Maia	Compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais.	Optimus	100%	100%	100%	100%
Praesidium Services Limited ("Praesidium Services")	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do UK	100%	100%	100%	100%
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ("PCJ")	Maia	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas e a exploração de estações e estúdios de rádio e de televisão.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Público - Comunicação Social, S.A. ("Público")	Maia	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%

*Porcentagem de capital detido pela Sonaecom

(a) Empresa dissolvida em outubro de 2011.

Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	2012		2011	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
Saphety Level – Trusted Services, S.A. ("Saphety")	Maia	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, e certificação eletrônica de dados; comercialização, desenvolvimento e representação de <i>software</i> .	Sonae com SI	86,995%	86,995%	86,995%	86,995%
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A. ("Sonaecom SP") (b)	Maia	Prestação de serviços de apoio às empresas, consultorias de gestão e administração, designadamente nas áreas de contabilidade, fiscalidade, procedimentos administrativos, logística, recursos humanos e formação.	Sonaecom	100%	100%	-	-
Sonae com - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae com SI")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de <i>corporate venturing</i> e <i>joint-ventures</i> .	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaecom - Sistemas de Información Españá, S.L. ("SSI Españá")	Madrid	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Sonaecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Telecom")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito das telecomunicações.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaetelecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. ("Sontária")	Maia	Realização de urbanizações e construções de edifícios, planeamento, gestão urbanística, realização de estudos, construção e gestão de imóveis, compra e venda de bens imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Tecnológica Telecomunicações, LTDA. ("Tecnológica")	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e telecomunicações.	We Do Brasil	99,99%	99,90%	99,99%	99,90%
We Do Consulting – Sistemas de Informação, S.A. ("We Do")	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Wedo do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. ("We Do Brasil")	Rio de Janeiro	Comercialização de <i>software</i> e <i>hardware</i> ; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%
We Do Poland Sp. Z.o.o. ("We Do Poland")	Poznan	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Americas, Inc ("We Do US")	Wilmington	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Australia PTY Limited ("We Do Asia")	Sidney	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV ("We Do BV")	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV – Sucursal Malásia ("We Do Malásia")	Kuala Lumpur	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Chile SpA ("We Do Chile")	Chile	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Egypt LLC ("We Do Egypt")	Cairo	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV Sonaecom BV Sonaetelecom BV	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%
We Do Technologies (UK) Limited ("We Do UK")	Berkshire	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Mexico, S de R.L. ("We Do Mexico")	Cidade do México	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom BV We Do BV	5% 95%	5% 95%	5% 95%	5% 95%
We Do Technologies Panamá S.A. ("We Do Panamá")	Cidade do Panamá	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Singapore PTE. LTD. ("We Do Singapura")	Singapura	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%

* Percentagem efetiva de capital detido pela Sonaecom

(b) Empresa constituída em janeiro de 2012.

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pela IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa).

3. Empresas controladas conjuntamente

Em 31 de março de 2012 e 2011, o Grupo controla conjuntamente e consolida pelo método proporcional as seguintes empresas:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Porcentagem do capital detido			
				2012		2011	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
Unipress – Centro Gráfico, Lda. ("Unipress")	Vila Nova de Gaia	Comércio, indústria de artes gráficas e impressão de jornais.	Público	50%	50%	50%	50%
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. ("S.I.R.S." – usando a marca "Rádio Nova") (a)	Porto	Atividade de radiodifusão sonora.	Público	45%	45%	-	-

*Porcentagem de capital detido pela Sonaecom

(a) Empresa incluída na consolidação pelo método da equivalência patrimonial em março de 2011.

Em dezembro de 2011, a consolidação da SIRS foi alterada do Método de Equivalência Patrimonial para a consolidação proporcional, considerando os direitos de governo societário atribuídos à Sonaecom no âmbito dos acordos de acionistas da Empresa. Esta alteração não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de março de 2012.

Em 31 de março de 2012 e 2011, os principais impactos decorrentes da consolidação pelo método proporcional, das entidades acima referidas, é o seguinte (débito/(crédito)):

	2012	2011
Ativos não correntes	2.146.540	2.509.856
Ativos correntes	1.078.501	789.750
Passivos não correntes	(1.888.338)	(2.285.263)
Passivos correntes	(745.990)	(518.065)
Resultado líquido	(64.576)	(76.414)
Total de proveitos	(482.619)	(437.345)
Total de custos	418.043	360.931

4. Investimentos em empresas associadas

Em 31 de março de 2011, esta rubrica inclui o investimento numa empresa associada, cuja sede social, atividade principal, detentor do capital, proporção do capital detido e valor de balanço, eram os seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	2012		2011		Valor de balanço	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*	2012	2011
Empresas associadas:									
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. ("S.I.R.S." – usando a marca "Rádio Nova")	Porto	Atividade de radiodifusão sonora.	Público	-	-	45%	45%	(b)	(a)

*Percentagem efetiva de capital detido pela Sonaecom

(a) Participação que se encontra registada por um valor nulo.

(b) Empresa controlada conjuntamente em 31 de março de 2012 (Nota 3).

A 31 de março de 2011 a empresa associada foi incluída na consolidação, pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 1.b), não tendo sido necessário efetuar qualquer ajustamento de uniformização as políticas contabilísticas da empresa associada com as políticas contabilísticas do Grupo, dado não existirem diferenças significativas.

Em 31 de março de 2011, o valor dos ativos, passivos, proveitos, e resultado líquido da empresa associada foi como se segue:

Empresa	Ativo	Passivo	Total de proveitos	Resultado líquido
2011				
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	504.568	517.326	230.113	17.676

5. Alterações ocorridas no Grupo

Durante os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011, verificaram-se as seguintes alterações no grupo:

a) Constituições

Participante	Participada	Data	Capital	% participação atual
2012				
Sonaecom	Sonaecom SP	jan-12	50.000 EUR	100,00%

6. Ativos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

								2012
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto								
Saldo em 31 dezembro 2011	302.416.354	1.039.039.573	184.996	201.461.205	1.181.254	5.677.521	36.269.347	1.586.230.250
Adições	65.771	1.498.254	-	3.717.429	220	1.025	13.024.288	18.306.987
Alienações	(75.531)	(14.960.003)	-	(158.745)	-	(18.892)	-	(15.213.171)
Transferências e abates	2.838.813	8.796.132	-	157.320	419	28.731	(12.771.472)	(950.057)
Saldo em 31 março 2012	305.245.407	1.034.373.956	184.996	205.177.209	1.181.893	5.688.385	36.522.163	1.588.374.009
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas								
Saldo em 31 dezembro 2011	161.265.292	655.832.295	136.116	179.673.009	1.137.465	4.772.518	-	1.002.816.695
Amortizações do período	2.572.374	14.281.883	8.192	4.452.520	3.104	120.894	-	21.438.967
Alienações	(24.466)	(11.387.647)	-	(132.514)	-	(5.117)	-	(11.549.744)
Transferências e abates	(419)	(2.345)	-	(1.061)	-	-	-	(3.825)
Saldo em 31 março 2012	163.812.781	658.724.186	144.308	183.991.954	1.140.569	4.888.295	-	1.012.702.093
Valor líquido	141.432.626	375.649.770	40.688	21.185.255	41.324	800.090	36.522.163	575.671.916

								2011
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto								
Saldo em 31 dezembro 2010	293.165.987	1.035.279.721	185.510	191.447.203	1.164.237	5.543.321	40.982.832	1.567.768.811
Adições	24.397	1.321.664	-	3.261.930	7.675	-	14.151.577	18.767.243
Alienações	(39.509)	(41.418.086)	-	(3.101.835)	(2.096)	-	-	(44.561.526)
Transferências e abates	3.172.889	22.469.623	-	672.227	2.332	989	(30.231.740)	(3.913.680)
Saldo em 31 março 2011	296.323.764	1.017.652.922	185.510	192.279.525	1.172.148	5.544.310	24.902.669	1.538.060.848
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas								
Saldo em 31 dezembro 2010	153.589.162	647.567.969	103.516	169.023.979	1.124.067	3.990.377	-	975.399.070
Amortizações do período	3.219.136	12.562.801	8.224	4.283.823	4.650	189.498	-	20.268.132
Alienações	(2.402)	(34.815.073)	-	(3.101.835)	(790)	-	-	(37.920.100)
Transferências e abates	(994.674)	(1.932.680)	-	(141.826)	(4.002)	-	-	(3.073.182)
Saldo em 31 março 2011	155.811.222	623.383.017	111.740	170.064.141	1.123.925	4.179.875	-	954.673.920
Valor líquido	140.512.542	394.269.905	73.770	22.215.384	48.223	1.364.435	24.902.669	583.386.928

As adições dos períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011 incluem um conjunto de ativos associados à operação de UMTS (Universal Mobile Telecommunications Service), ao HSDPA (Kanguru Express), GSM (Global Standard for Mobile Communications), GPRS (General Packet Radio Service), ao FTTH (Fibre-to-the-Home) e ao LTE (Long Term Evolution), parte dos quais estão associados a projetos em curso, pelo que se mantêm registados em 'Ativos fixos tangíveis em curso'.

As alienações dos períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011 correspondem essencialmente à venda de um conjunto de ativos relacionados com as redes 2G, 3G e Micro-ondas (MW).

O custo de aquisição dos 'Ativos fixos tangíveis' detidos pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 31 de março de 2012 e 2011, ascendia a 34.866.677 euros e a 30.541.539 euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 20.362.503 euros e 17.514.106 euros, respetivamente.

Em 31 de março de 2012 os 'Ativos fixos tangíveis' incluem o montante de 22,4 milhões de euros (19,5 milhões de euros em 2011) relativo ao valor líquido do equipamento de telecomunicações cedido a clientes, ao abrigo de contratos de comodato com um período pré-definido, o qual se encontra a ser amortizado durante o período de duração desses mesmos contratos.

Em 31 de março de 2012 e 2011, a rubrica de 'Ativos fixos tangíveis' não inclui qualquer bem dado como penhor ou em garantia da liquidação de empréstimos ou passivos, exceção feita aos ativos afetos a contratos de locação financeira.

As transferências do período incluem a transferência para "Ativos intangíveis" de um conjunto de bens que até à data estavam classificados como "Ativos tangíveis em curso" (Nota 7).

O 'Ativo fixo tangível em curso' apresentava, em 31 de março de 2012 e 2011, a seguinte composição:

	2012	2011
Desenvolvimento da rede fixa e móvel	30.207.793	23.143.180
Sistemas de informação	2.495.594	76.451
Outros projetos em curso	3.818.776	1.683.038
	36.522.163	24.902.669

Em 31 de março de 2012 e 2011, o valor dos compromissos assumidos perante terceiros respeitantes a investimentos a efetuar era como segue:

	2012	2011
Investimentos da área técnica	38.006.060	18.534.167
Investimentos em sistemas de informação	1.101.275	1.593.282
	39.107.335	20.127.449

7. Ativos intangíveis

Nos períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2012
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2011 (reexpresso)	361.690.451	296.368.784	117.812.807	775.872.042
Adições	6.769.955	254.489	3.645.093	10.669.537
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	(6.030.032)	6.376.539	(5.477.316)	(5.130.809)
Saldo em 31 março 2012	362.430.374	302.999.812	115.980.584	781.410.770
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2011 (reexpresso)	153.193.021	233.557.139	-	386.750.160
Amortizações do período	10.031.884	5.309.698	-	15.341.582
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	(6.070.036)	(19.555)	-	(6.089.591)
Saldo em 31 março 2012	157.154.869	238.847.282	-	396.002.151
Valor líquido	205.275.505	64.152.530	115.980.584	385.408.619

				2011
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2010 (reexpresso)	359.491.468	264.381.328	16.085.854	639.958.650
Adições	6.587.747	177.901	3.950.670	10.716.318
Alienações	-	(14.858)	-	(14.858)
Transferências e abates	(13.021)	9.503.783	(8.818.818)	671.944
Saldo em 31 março 2011 (reexpresso)	366.066.194	274.048.154	11.217.706	651.332.054
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2010 (reexpresso)	137.409.894	211.641.924	-	349.051.818
Amortizações do período	10.093.007	5.311.734	-	15.404.741
Alienações	-	(2.077)	-	(2.077)
Transferências e abates	(257)	(88.463)	-	(88.720)
Saldo em 31 março 2011 (reexpresso)	147.502.644	216.863.118	-	364.365.762
Valor líquido	218.563.550	57.185.036	11.217.706	286.966.292

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Optimus – Comunicações S.A. assumiu compromissos na área da promoção da Sociedade de Informação no montante total de cerca de 274 milhões de euros, os quais terão de ser cumpridos até ao final de 2015.

Em conformidade com o Acordo estabelecido em 5 de junho de 2007 com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (“MOPTC”), uma parte desses compromissos, até 159 milhões de euros, tinha de ser realizado através de projetos próprios qualificáveis como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal atividade da Optimus - Comunicações S.A. (investimentos em rede e tecnologia que não derivem da necessidade de cumprimento das obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS e atividades de pesquisa, desenvolvimento e promoção de serviços, conteúdos e aplicações), os quais terão de ser reconhecidos pelo MOPTC e por entidades especialmente constituídas para o efeito. Em 31 de março de 2012, a totalidade do valor já foi realizado e validado por aquelas entidades, pelo que relativamente a estes compromissos não existem à data responsabilidades adicionais. Estes encargos foram registados nas demonstrações financeiras anexas à medida que os respetivos projetos foram sendo realizados e os custos estimados conhecidos.

Os restantes compromissos, até ao montante de cerca de 116 milhões de euros, serão realizados nos termos acordados entre a Optimus - Comunicações S.A. e o MOPTC, através de contribuições para o projeto “Iniciativas E” (oferta de modems, descontos nas tarifas, contribuições monetárias, entre outras, afetas à generalização da utilização da Internet de banda larga para alunos e professores), contribuições essas efetuadas através do Fundo para a Sociedade de Informação, atualmente designado por Fundação para as Comunicações Móveis, constituído pelos três operadores móveis a desenvolver a sua atividade em Portugal. A responsabilidade total está reconhecida como um encargo adicional da licença UMTS, por contrapartida das rubricas ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’. Desta forma, em 31 de março de 2012, a totalidade das responsabilidades com tais compromissos encontram-se integralmente registadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Em 31 de março de 2012 e 2011, o valor líquido da rubrica ‘Propriedade industrial e outros direitos’, inclui o valor de 92,3 e 98,6 milhões de Euros, respetivamente, correspondente ao valor presente desta responsabilidade estimada com o projeto “Iniciativas E”, registados em junho de 2008 e atualizados em setembro de 2009 e em dezembro de 2011 e cerca de 17,5 e 18,0 milhões, respetivamente, referentes a encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes da subsidiária Optimus de acordo com a política contabilística descrita na Nota 1 e).

Em 31 de março de 2012 e 2011, o Grupo mantinha registado na rubrica ‘Ativos intangíveis’ 177.899.536 euros e 188.847.655 euros, respetivamente, correspondentes sobretudo ao investimento, líquido de amortizações, realizado no desenvolvimento da rede UMTS, nos quais se incluem: (i) 56.255.402 euros (59.255.690 euros, em 2011) relativos à licença, (ii) 18.796.992 euros (19.799.499 euros, em 2011) relativos ao contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis a operar em Portugal, (iii) 5.773.124 euros (6.081.024 euros, em 2011) relativos à contribuição, estabelecida em 2007, para o Capital Social da Fundação para as Comunicações Móveis no âmbito do acordo celebrado entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os três operadores de telecomunicações a operar em Portugal e (iv) 92.267.526 euros (98.648.604 euros, em 2011)

relativos ao programa Iniciativas E, estes dois últimos relativos aos compromissos assumidos pelo Grupo no âmbito da Sociedade de Informação.

O ativo intangível em curso, em 31 de março de 2012 era composto, essencialmente, pelo valor atual dos encargos relativos à aquisição do Espectro para 4ª Geração, no valor de 110,4 milhões de Euros.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis para os segmentos móvel e fixo é efetuada de acordo com o descrito na Nota 9 ('Diferenças de consolidação'), na medida em que tais ativos estão intimamente relacionados com a atividade global do segmento, pelo que os mesmos não podem ser analisados separadamente.

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis incluem juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, diretamente relacionados com a construção de determinados ativos fixos tangíveis ou intangíveis em curso.

Em 31 de março de 2012 e 2011, o total do valor líquido destes custos ascende a 10.279.410 euros e 10.977.953 euros, respetivamente. Os valores capitalizados nos exercícios findos em 31 de março de 2012 e 2011 foram de 1.056.285 euros e 194.805 euros, respetivamente. Para este efeito, foi utilizada uma taxa de capitalização de 2,89% em 2012 (2,00% em 2011) a qual corresponde à taxa média ponderada de remuneração dos financiamentos obtidos pelo Grupo.

8. Classes de instrumentos financeiros

Em 31 de março de 2012 e 2011, as classes de instrumentos financeiros detidos pelo Grupo eram como segue:

					2012
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes					
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	212.323	212.323	-	212.323
	-	212.323	212.323	-	212.323
Ativos correntes					
Clientes	107.408.958	-	107.408.958	-	107.408.958
Outras dívidas de terceiros	21.009.340	-	21.009.340	7.704.651	28.713.991
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	99.898.634	-	99.898.634	-	99.898.634
	228.316.932	-	228.316.932	7.704.651	236.021.583

					2011
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes					
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	212.323	212.323	-	212.323
	-	212.323	212.323	-	212.323
Ativos correntes					
Clientes	106.241.168	-	106.241.168	-	106.241.168
Outras dívidas de terceiros	22.765.846	-	22.765.846	42.554.538	65.320.384
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	100.808.101	-	100.808.101	-	100.808.101
	229.815.115	-	229.815.115	42.554.538	272.369.653

					2012
	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 15)	289.558.835	-	289.558.835	-	289.558.835
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 18)	-	19.852.885	19.852.885	-	19.852.885
Titularização de créditos (Nota 18)	14.981.949	-	14.981.949	-	14.981.949
	<u>304.540.784</u>	<u>19.852.885</u>	<u>324.393.669</u>	<u>-</u>	<u>324.393.669</u>
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	143.325.091	-	143.325.091	-	143.325.091
Fornecedores	-	134.383.857	134.383.857	-	134.383.857
Outros passivos financeiros (Nota 19)	-	2.945.208	2.945.208	-	2.945.208
Titularização de créditos (Nota 18)	19.838.393	-	19.838.393	-	19.838.393
Outras dívidas a terceiros	-	2.281.947	2.281.947	10.257.787	12.539.734
	<u>163.163.484</u>	<u>139.611.012</u>	<u>302.774.496</u>	<u>10.257.787</u>	<u>313.032.283</u>

					2011
	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 15)	363.173.473	-	363.173.473	-	363.173.473
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	18.401.802	18.401.802	-	18.401.802
Titularização de créditos (Nota 18)	34.809.214	-	34.809.214	-	34.809.214
	<u>397.982.687</u>	<u>18.401.802</u>	<u>416.384.489</u>	<u>-</u>	<u>416.384.489</u>
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	41.067.999	-	41.067.999	-	41.067.999
Fornecedores	-	146.563.075	146.563.075	-	146.563.075
Outros passivos financeiros (Nota 19)	-	2.420.049	2.420.049	-	2.420.049
Titularização de créditos (Nota 18)	19.679.793	-	19.679.793	-	19.679.793
Outras dívidas a terceiros	-	2.825.704	2.825.704	16.794.837	19.620.541
	<u>60.747.792</u>	<u>151.808.828</u>	<u>212.556.620</u>	<u>16.794.837</u>	<u>229.351.457</u>

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros ativos/ passivos correntes e não correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem constituídas por saldos não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

9. Diferenças de consolidação

Nos períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos na rubrica “Diferenças de consolidação” foram os seguintes:

	2012	2011
Saldo inicial	521.103.723	526.141.552
Movimentos do período	-	(29.830)
Saldo final	521.103.723	526.111.722

Nos períodos findos em 31 de março 2011, a rubrica “Movimentos do período” inclui a atualização cambial das diferenças de consolidação.

Em 31 de março de 2012 e 2011, a rubrica “Diferenças de consolidação” tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Optimus	485.092.375	485.092.375
Público	15.000.000	20.000.000
Cape Technologies	17.476.354	17.476.354
We Do	1.971.668	1.971.668
Praesidium Services	1.183.662	1.118.841
Unipress	321.698	321.698
Per-Mar	47.253	47.253
Be Towering	10.713	10.713
SIRS	-	72.820
	521.103.723	526.111.722

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de diferenças de consolidação registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas geralmente, taxas de crescimento de cerca de 3% ou outras consideradas mais prudentes para casos específicos. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas.

	Taxa de desconto
Telecomunicações	9,50%
Multimédia	10,00%
Sistemas de Informação	11,50%

10. Investimentos disponíveis para venda

Em 31 de março de 2012 e 2011, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

	%	2012	2011
Lusa – Agência de Notícias e Portugal, S.A.	1,38%	197.344	197.344
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL	10,00%	5.000	5.000
Outros	-	9.979	9.979
		212.323	212.323

Durante os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011 a rubrica de "Investimentos disponíveis para venda" não apresentou quaisquer movimentos.

Em 31 de março de 2012, estes investimentos correspondem a participações de valor imaterial em empresas não cotadas e nas quais o Grupo não detém influência significativa, pelo que o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respetivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respetivas imparidades identificadas.

A aferição da existência, ou não, de imparidades para os investimentos acima descritos é efetuada recorrendo a comparações com a quota-parte do valor dos capitais próprios pertencentes ao grupo e com múltiplos de vendas e de EBITDA de empresas do mesmo setor.

A informação financeira relativa a estes investimentos pode ser resumida como segue (em milhares de euros):

	Ativo	Capital próprio	Dívida Bruta	Volume de Negócios	Resultado Operacional	Resultado Líquido
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. ⁽¹⁾	15.237	6.681	1.637	19.387	337	613
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL ⁽¹⁾	22	(35)	-	53	(18)	(18)

⁽¹⁾ Valores em milhares de euros reportados a 31-12-2011.

11. Impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos, em 31 de março de 2012 e 2011, no montante de 99.271.674 euros e 106.382.083 euros, respetivamente, decorrem, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, de diferenças temporárias e da diferença entre o valor contabilístico e fiscal de alguns ativos fixos.

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011 foi como segue:

	2012	2011
Saldo inicial	103.853.881	109.587.224
Efeito em resultados:		
Movimento nos impostos diferidos ativos, relativos a prejuízos fiscais reportáveis, registados em exercícios anteriores	(115.820)	-
Registo de impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais de exercícios anteriores	-	3.561.317
Ajustamentos IAS/IFRS	(1.683.613)	(1.556.996)
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente e nos benefícios fiscais	540.720	-
Diferenças temporárias resultantes da Licença UMTS	(91.260)	(84.034)
Movimentos, líquidos, nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos	(2.469.150)	(4.339.394)
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos (Optimus)	(805.000)	(805.000)
Sub-total do efeito em resultados (Nota 22)	(4.624.123)	(3.224.107)
Outros	41.916	18.966
Saldo final	99.271.674	106.382.083

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foram constituídos impostos diferidos ativos no montante de 16,1 milhões de euros, decorrentes da operação de titularização de créditos futuros concretizada em dezembro de 2008 (Nota 18). Em resultado desta operação, e de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 219/2001, de 4 de Agosto, os 100 milhões de euros foram acrescidos para efeitos do apuramento do resultado fiscal relativo ao exercício de 2008, gerando assim uma diferença temporária entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal, tendo sido registados impostos diferidos ativos na extensão em que era provável, com razoável segurança, a sua utilização. Até 31 de março de 2012, foi revertido um montante de 10,75 milhões de euros, correspondente à reversão da respetiva diferença temporária.

Os impostos diferidos relacionados com os Ajustamentos IAS/IFRS correspondem a diferenças temporárias geradas nas empresas incluídas na consolidação e resultam do facto de os ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, registados nestas empresas, à data de 31 de dezembro de 2009, já considerados nas demonstrações financeiras consolidadas em IAS/IFRS, de exercícios anteriores, apenas serem considerados para efeitos fiscais, linearmente, pelo período de 5 anos entre 2010 e 2014.

Os impostos diferidos relacionados com a Licença UMTS referem-se a diferenças temporárias relativas ao valor da licença UMTS, da subsidiária Optimus. Nas demonstrações financeiras consolidadas e de acordo com as IAS/IFRS, a licença foi amortizada linearmente, pelo período estimado de vida útil. Para efeitos fiscais, até ao exercício de 2009, a licença UMTS foi amortizada utilizando, nos primeiros cinco anos de operação comercial, de 2004 a 2008, quotas progressivas em função da capacidade da rede instalada, após o que seriam aplicadas

quotas constantes até ao termo da licença. Deste modo, o grupo registou impostos diferidos ativos relativos à diferença temporária entre o valor da licença para efeitos fiscais e o valor registado nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de março de 2012 e 2011, foi efetuada uma avaliação dos impostos diferidos a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, ativos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 9.

Em 31 de março de 2012 e 2011, a taxa de imposto utilizada nas empresas portuguesas, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais foi de 25%. No caso das diferenças temporárias, nomeadamente das provisões não aceites e perdas de imparidade, a taxa utilizada foi de 26,5%. Os benefícios fiscais, por se tratarem de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação encontra-se dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios fiscais. Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa. Para as empresas estrangeiras foi utilizada a taxa em vigor em cada um dos países.

De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam ativos por impostos diferidos, o detalhe dos mesmos em 31 de março de 2012, por situação geradora, era como segue:

Situação geradora	Empresas incluídas no RETGS	Empresas excluídas do RETGS							Total Grupo Sonaecom
		Digitmarket	Cape Technologies	We Do Brasil	We Do USA	Sonecom Sistemas de Informação Espanha	We Do Mexico	Total	
Prejuízos fiscais reportáveis:									
A serem utilizados até 2015	6.199.247	-	-	-	-	-	-	-	6.199.247
A serem utilizados até 2021	-	-	-	-	-	-	76.790	76.790	76.790
A serem utilizados até 2025	-	-	-	-	-	158.938	-	158.938	158.938
A serem utilizados até 2030	-	-	-	-	142.929	-	-	142.929	142.929
Sem limite de utilização	-	-	134.506	324.538	-	-	-	459.044	459.044
Prejuízos fiscais	6.199.247	-	134.506	324.538	142.929	158.938	76.790	837.701	7.036.948
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	26.621.530	31.920	-	121.935	-	-	248.123	401.978	27.023.508
Benefícios Fiscais (SIFIDE)	3.536.742	-	-	-	-	-	-	-	3.536.742
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	18.519.162	579	-	-	-	-	-	579	18.519.741
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	5.635.000	-	-	-	-	-	-	-	5.635.000
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	-	-	-	-	-	-	-	-	37.506.068
Outros	-	-	-	(5.958)	5.933	-	13.692	13.667	13.667
Total	60.511.681	32.499	134.506	440.515	148.862	158.938	338.605	1.253.925	99.271.674

Em 31 de março de 2012 e 2011, os valores de impostos diferidos não registados por, atualmente, não ser provável a existência de lucros fiscais futuros suficientes para os absorver eram como se segue:

	2012	2011
Prejuízos fiscais	27.364.673	44.921.465
Diferenças temporárias (provisões não aceites e outras diferenças temporárias)	44.356.433	36.538.083
Outros	12.386.796	10.643.352
Total	84.107.902	92.102.900

Em 31 de março de 2012 e 2011, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais não registados têm as seguintes datas limite de utilização:

Limite de utilização	2012	2011
2011	-	4.456.587
2012	4.576.414	12.014.180
2013	13.847.153	13.878.056
2014	492.722	652.942
2015	4.396.373	6.305.886
2016	373.425	1.204.308
2017	156.996	1.771.661
2018	327.826	409.870
2019	51.352	1.453.372
2020	10.202	-
2021	66.903	-
2022	13.860	-
2027	32.918	-
Sem limite de utilização	3.018.529	2.774.603
	27.364.673	44.921.465

Os anos de 2016 e seguintes são aplicáveis a subsidiárias localizadas em países com um período de reporte de prejuízos fiscais superior a 4 anos.

Os passivos por impostos diferidos em 31 de março de 2012 e 2011 no montante de 3.336.162 euros e 5.529.885 euros, respetivamente, resultam essencialmente de ajustamentos de consolidação e de diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis referentes aos encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes (Nota 1).

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de março de 2012 e 2011, foi como segue:

	2012	2011 (reexpresso)
Saldo inicial (reexpresso)	(5.186.711)	(5.559.170)
Efeito em resultados:		
Diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis	1.359.734	29.285
Sub-total do efeito em resultados (Nota 22)	1.359.734	29.285
Outros	490.815	-
Saldo final	(3.336.162)	(5.529.885)

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011 é como segue:

	2012	2011 (reexpresso)
Resultado antes de imposto	21.221.140	17.487.117
Imposto (25%)	(5.305.285)	(4.371.779)
Ativos por impostos diferidos não registados nas contas individuais e/ou resultantes de ajustamentos de consolidação e outros ajustamentos à matéria coletável, tributação autónoma e derrama	(1.548.217)	(677.922)
Registo/(anulação) de ativos por impostos diferidos relativos a exercícios anteriores	732.922	850.000
Utilização de prejuízos fiscais e benefícios fiscais sem registo de imposto diferido ativo em exercícios anteriores	2.165.974	-
Diferenças temporárias do exercício sem registo de impostos diferidos ativos	(659.711)	-
Registo de passivos por impostos diferidos	-	29.285
Diferenças temporárias não registadas resultantes da operação de titularização de créditos	450.000	450.000
Movimento nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal da Licença UMTS	(91.260)	(84.034)
Impostos registados no exercício (Nota 22)	(4.255.576)	(3.804.450)

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa e das empresas participadas com sede social em Portugal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2008 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correcções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a subsidiária Optimus foi notificada do Relatório da Inspeção Tributária, onde se considera que é indevido o acréscimo, no apuramento do lucro tributável do exercício de 2008, do montante de 100 milhões de euros, respeitante ao preço inicial dos créditos futuros cedidos para titularização. A respetiva Nota de Liquidação foi recepcionada em abril de 2011, sendo que a Optimus impugnou esta decisão e é convicção do Conselho de Administração da Optimus e do Grupo de que existem argumentos sólidos para a obtenção de sentença favorável à Optimus, razão pela qual se manteve o registo dos impostos diferidos ativos associados a esta operação.

Conforme convicção do Conselho de Administração do Grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2012.

12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de março de 2012 e 2011, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2012	2011
Numerário	155.989	281.750
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	4.400.949	6.986.351
Aplicações de tesouraria	95.341.696	93.540.000
Caixa e equivalentes de caixa	99.898.634	100.808.101
Descobertos bancários (Nota 15)	(255.642)	(782)
	99.642.992	100.807.319

Em 31 de março de 2012 e 2011, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2012	2011
Sonae Investments BV	31.810.000	51.810.000
Aplicações bancárias	63.531.696	41.730.000
	95.341.696	93.540.000

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 31 de março de 2012, venceram juros a uma taxa média de 3,20% (2,21% em 2011).

13. Capital social

Em 31 de março de 2012 e 2011, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 ações correspondentes a ações ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 1 euro. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2012		2011	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	52,99%	183.374.470	50,07%
Ações dispersas em Bolsa	80.761.848	22,05%	72.990.796	19,93%
Atlas Service Belgium	73.249.374	20,00%	73.249.374	20,00%
Millenium BCP	12.500.998	3,41%	12.500.998	3,41%
Ações próprias (Nota 14)	5.020.529	1,37%	9.058.807	2,47%
Sonae SGPS	650.000	0,18%	838.649	0,23%
Efanor Investimentos, S.G.P.S., S.A.	1.000	0,00%	1.000	0,00%
Sonae Investments BV	-	-	10.500.000	2,87%
Santander Asset Management*	-	-	3.732.774	1,02%
	366.246.868	100,00%	366.246.868	100,00%

* Por já não corresponder a uma participação qualificada, o número de ações detidas pelo Santander Asset Management, com base na informação obtida em 16 de Fevereiro de 2011, foi incluído nas ações dispersas em Bolsa.

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

14. Ações próprias

Durante o período findo em 31 de março de 2012, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 4.746.942 ações próprias, no âmbito do seu Plano de Incentivo de Curto e Médio Prazo (1.750.550 ações durante o período findo em 31 de março de 2011).

Adicionalmente, durante o período findo em 31 de março de 2012, a Empresa adquiriu 722.271 novas ações (a um preço médio de 1,223 euros), detendo, à data de 31 de março de 2012, 5.020.529 ações próprias representativas de 1,37% do seu capital social, a um preço médio de 1,452 euros.

15. Empréstimos

Em 31 de março de 2012 e 2011, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2012	2011
Sonaecom	Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	jun-13	Final	150.000.000	150.000.000
SGPS	Obrigações Sonaecom SGPS 2011	100.000.000	mar-15	Final	100.000.000	-
	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	40.000.000	mar-15	Final	40.000.000	40.000.000
	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	30.000.000	fev-13	Final	-	30.000.000
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(2.539.092)	(1.714.640)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	1.370.935	1.072.845
					288.831.843	219.358.205
Sonaecom	Papel Comercial	150.000.000	jul-12	-	-	143.000.000
SGPS	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	-	(209.652)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	-	234.439
					-	143.024.787
Unipress	Empréstimo bancário	-	jun/ago-13 e jul-17	-	271.123	399.213
Saphety	Suprimentos de minoritários	-	-	-	455.870	391.268
					289.558.835	363.173.473

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2012	2011
Sonaecom SGPS	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	30.000.000	fev-13	Final	30.000.000	-
Sonaecom	Papel Comercial	150.000.000	jul-12	-	100.000.000	-
SGPS	Papel Comercial	25.000.000	abr-12	-	13.000.000	16.000.000
	Papel Comercial	40.000.000	mai-11	-	-	20.000.000
	Papel Comercial	15.000.000	jun-12	-	-	5.000.000
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(188.694)	-
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	258.143	67.217
					113.069.449	41.067.217
Diversas	Descobertos bancários (Nota 12)	-	-	-	255.642	782
					143.325.091	41.067.999

Empréstimos Obrigacionistas

Em junho de 2005, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 150 milhões de euros sem garantias e pelo prazo de 8 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Millenium BCP Investimento.

Em fevereiro e março de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de dois outros Empréstimos Obrigacionistas, ambos por subscrição particular, nos montantes de 30 e 40 milhões de euros, sem garantias, e pelos prazos de 3 e 5 anos, respetivamente. Ambos os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Estas emissões foram organizadas e montadas, respetivamente, pelo Banco Espírito Santo de Investimento e pelo Caixa – Banco de Investimento. Estas emissões obrigacionistas foram admitidas à negociação no mercado da Euronext Lisbon.

Em setembro de 2011, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 100 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 3,5 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo BNP Paribas, ING Belgium SA/NV e WestLB AG.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é, exclusivamente, garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da respetiva empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no período, foi de 3,52% (2,46%, em 2011).

Programas de Papel Comercial

Em julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa – Banco de Investimento. De acordo com as condições iniciais de emissão, este Programa foi reduzido para 150 milhões de euros em julho de 2010.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Adicionalmente, a Sonaecom dispõe de três Programas de Emissões de Papel Comercial, com garantias de subscrição, com as seguintes características:

Montante	Data de contratação	Garantia de subscrição	Maturidade
25 milhões de euros	abril de 2010	Bankia (representação em Portugal)	23-abr-2012
5 milhões de euros	abril de 2010	Banco BPI	1 ano, eventualmente renovável
15 milhões de euros	junho de 2010	Caixa Económica Montepio Geral	1 ano, eventualmente renovável
10 milhões de euros *	novembro de 2010	Banco Popular	1 ano, eventualmente renovável

* Pode também ser utilizado sob a forma de descoberto autorizado.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da respetiva empresa devedora.

Em 31 de março de 2012, os principais condicionalismos financeiros (*covenants*) incluídos em contratos de dívida estão relacionados com o empréstimo obrigacionista contraído pela Sonaecom em Setembro de 2011, no montante total de 100 milhões de euros e que estabelecem: (i) a obrigatoriedade de a Sonaecom, a Optimus, a Artis e a Sonae Telecom, assim como as empresas cujos ativos e EBITDA sejam iguais ou superiores a 15% dos ativos e do EBITDA consolidado (*material subsidiaries*) representem, no seu conjunto, 80% ou mais do EBITDA do Grupo e dos Ativos Consolidados do Grupo; e (ii) a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3 vezes o EBITDA consolidado. Adicionalmente, este e outros empréstimos da Sonaecom estão abrangidos por cláusulas de *Negative pledge*, as quais impõem determinadas restrições à oneração ou constituição de garantias reais sobre os ativos tangíveis das *material subsidiaries* e obrigam à manutenção de controlo sobre a Optimus. As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado do financiamento obtido.

Em 31 de março de 2012, a Sonaecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados.

Linhas de crédito bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 19 milhões de euros. Estas linhas de crédito têm prazos de até um ano, automaticamente renováveis excepto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

Em 31 de março de 2012 e 2011, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxa fixadas para cada tipo de empréstimo):

	mar-13	mar-14	mar-15	mar-16	mar-17
2012					
Empréstimo obrigacionista:					
Amortização	-	150.000.000	140.000.000	-	-
Juros	9.439.500	6.471.505	5.503.397	-	-
Papel comercial:					
Amortização	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	-	-
	9.439.500	156.471.505	145.503.397	-	-
2011					
Empréstimo obrigacionista:					
Amortização	-	30.000.000	150.000.000	40.000.000	-
Juros	5.580.447	5.416.485	2.119.844	1.383.189	-
Papel comercial:					
Amortização	-	143.000.000	-	-	-
Juros	1.887.627	624.052	-	-	-
	7.468.074	179.040.537	152.119.844	41.383.189	-

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de uma semana a seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de um a cinco anos, facto pelo qual se encontra classificado no passivo não corrente no período findo em 31 de março de 2011.

Os suprimentos de minoritários, não têm qualquer maturidade definida.

Em 31 de março de 2012 e 2011, as linhas de crédito disponíveis pelo Grupo são como segue:

Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
					Até 12 meses	Mais de 12 meses
2012						
Sonaecom	Papel comercial	150.000.000	100.000.000	50.000.000	x	
Sonaecom	Papel comercial	30.000.000	13.000.000	17.000.000	x	
Sonaecom	Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Sonaecom	Papel comercial	10.000.000	-	10.000.000	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	100.000.000	100.000.000	-		x
Sonaecom	Contas correntes	16.500.000	-	16.500.000	x	
Sonaecom	Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x	
Saphety	Descobertos autorizados	219.030	-	202.068	x	
SIRS	Descobertos autorizados	150.000	-	150.000	x	
Outras	Diversos	-	255.642	-	x	
		544.369.030	433.255.642	111.352.068		
2011						
Sonaecom	Papel Comercial	150.000.000	143.000.000	7.000.000		x
Sonaecom	Papel Comercial	40.000.000	20.000.000	20.000.000	x	
Sonaecom	Papel Comercial	30.000.000	16.000.000	14.000.000	x	
Sonaecom	Papel Comercial	15.000.000	5.000.000	10.000.000	x	
Sonaecom	Papel Comercial	10.000.000	-	10.000.000	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-		x
Sonaecom	Contas correntes	16.500.000	-	16.500.000	x	
Sonaecom	Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x	
Outras	Diversos	-	782	-	x	
		484.000.000	404.000.782	80.000.000		

Em 31 de março de 2012 e 2011 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro pelo que a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

16. Outros passivos financeiros não correntes

Em 31 de março de 2012 e 2011, esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de ativos fixos tangíveis relativos a contratos de leasing cujo vencimento é superior a um ano nos montantes de 19.852.885 euros e 18.401.802 euros, respetivamente.

O plano de reembolso previsto para estes saldos, a 31 de março de 2012 e 2011 era o seguinte:

	2012		2011	
	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing
2011	-	-	2.764.057	1.929.311
2012	2.789.323	2.178.702	3.074.257	2.225.603
2013	4.173.743	3.214.108	2.861.485	2.107.896
2014	3.258.098	2.436.404	2.025.951	1.349.567
2015	3.188.979	2.489.851	2.047.842	1.428.791
2016 e seguintes	15.231.952	12.479.028	14.351.553	11.780.683
	28.642.095	22.798.093	27.125.146	20.821.851
Juros	(5.844.002)	-	(6.303.294)	-
	22.798.093	22.798.093	20.821.851	20.821.851
Parcela curto prazo (Nota 19)	-	(2.945.208)	-	(2.420.049)
	22.798.093	19.852.885	20.821.851	18.401.802

Os acordos de médio e longo prazo estabelecidos com fornecedores de capacidade de rede de fibra óptica em que o Grupo tenha o direito de utilizar essa rede e esta seja considerada como um ativo específico são registados como locação financeira de acordo com a IAS 17 - Locações e com a IFRIC 4 - "Determinar se um acordo contém uma locação". Estes contratos têm uma duração entre 15 e 20 anos.

17. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Redução	Saldo final
2012					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	78.700.909	5.719.984	(12.336.050)	(18.075)	72.066.768
Perdas de imparidade acumuladas em existências	12.801.233	288.613	(119.438)	-	12.970.408
Provisões para outros riscos e encargos	48.549.956	914.013	(1.973.712)	(6.124)	47.484.133
	140.052.098	6.922.610	(14.429.200)	(24.199)	132.521.309
2011					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	70.410.631	5.256.962	(9.177.121)	(186.936)	66.303.536
Perdas de imparidade acumuladas em existências	14.930.606	993.438	(78.885)	-	15.845.159
Provisões para outros riscos e encargos	33.150.028	640.422	(146.239)	(11.715)	33.632.496
	118.491.265	6.890.822	(9.402.245)	(198.651)	115.781.191

O reforço das "Provisões para outros riscos e encargos" inclui o montante de 432.739 euros (26.220 euros, em 2011) relativo à provisão para desmantelamento de sites, conforme previsto na IAS 16 - "Ativos fixos tangíveis" (Nota 1.d)), e ainda o montante de 531.402 euros (287.466 euros em 2011) registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 22).

O reforço relativo a "Perdas de imparidade acumuladas em existências" encontra-se registado na demonstração de resultados, em "Custo das Vendas" (Nota 1.j)). Desta forma, o montante de reforço registado na demonstração de resultados na rubrica de "Provisões e perdas de imparidade" ascende a 5.669.856 euros (5.583.698 euros em 2011).

As utilizações referem-se, essencialmente, à utilização de provisões por contrapartida das contas correntes de clientes com imparidade da filial Optimus – Comunicações S.A., integralmente objeto de perdas de imparidade já reconhecidas na demonstração de resultados.

O valor da redução está registado na Demonstração de Resultados na rubrica ‘Outros Proveitos Operacionais’.

A 31 de março de 2012 e 2011, o detalhe das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

	2012	2011
Desmantelamento de sites	23.296.940	22.755.301
Contingências diversas	3.704.502	2.867.913
Processos judiciais em curso	3.185.629	2.577.284
Indemnizações a liquidar	742.151	721.002
Outras responsabilidades	16.554.911	4.710.996
	47.484.133	33.632.496

A rubrica de contingências diversas diz respeito a passivos prováveis resultantes de transações diversas efetuadas em exercícios anteriores e cuja saída de fundos é provável.

Relativamente às provisões constituídas para processos judiciais em curso e para outros riscos e encargos, dada a incerteza de tais processos, o Conselho de Administração não consegue estimar, com fiabilidade, o momento em que tais provisões terão de ser utilizadas, pelo que não se procedeu à atualização financeira dos mesmos.

A rubrica ‘Outras responsabilidades’ corresponde sobretudo ao valor de custos imputados ao período corrente ou a períodos passados, em relação aos quais não é possível estimar com grande fiabilidade o momento da concretização da despesa (Nota 1.s)), no montante de cerca de 13 milhões de euros, nos quais se inclui o montante de 6,8 milhões de euros relacionados com o diferendo relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001.

18. Titularização de Créditos

Em 30 de dezembro de 2008, a subsidiária Optimus - Comunicações, S.A., concretizou uma operação de titularização de créditos futuros, no montante de 100 milhões de euros (98.569.400 euros, líquidos de custos iniciais), através da qual cedeu os créditos futuros a serem gerados por uma carteira de contratos com clientes do segmento “Corporate”, ao abrigo do regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 453/99, de 5 de novembro (Nota 11).

Esta operação foi coordenada pelo Deutsche Bank, tendo os créditos sido alocados à sociedade TAGUS – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (“TAGUS”), que, para o efeito, procedeu à emissão de obrigações titularizadas denominadas “Magma No. 1 Securitisation Notes”, às quais foi atribuído, pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o código alfanumérico legalmente exigido (200812TGSSONSXXN0031).

As receitas futuras, nos montantes necessários para assegurar a realização pela TAGUS, dos pagamentos trimestrais de juros e capitais, devidos aos obrigacionistas da emissão associada a esta transação, bem como os outros pagamentos devidos aos demais credores desta operação, serão alocadas pela Optimus – Comunicações, S.A. ao longo dos exercícios de 2009 a 2013 até ao valor máximo de 213.840.362 euros. Nos termos da operação, o montante a alocar nos próximos 12 meses (19.838.393 euros) foi relevado no passivo corrente e o restante, no montante de 14.981.949 euros, registado no passivo não corrente.

Esta transação não implicou qualquer alteração no tratamento contabilístico dos créditos subjacentes, ou na relação com os respetivos clientes.

A 31 de março de 2012 e 2011, o valor registado em “Titularização de créditos” tinha o seguinte plano de maturidade:

	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Total
2012						
Titularização de créditos	19.838.393	14.981.949	-	-	-	34.820.342
2011						
Titularização de créditos	19.679.793	19.829.725	14.979.489	-	-	54.489.007

19. Outros passivos financeiros

Em 31 de março de 2012, a rubrica “Outros passivos financeiros” inclui o montante de 2.945.208 euros (2.420.049 euros em 2011) relativos à parcela de curto prazo dos contratos de leasing (Nota 16).

20. Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de março de 2012 e 2011, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” apresentava a seguinte composição:

	2012	2011 (reexpresso)
Custos de interligação	45.089.306	46.622.922
Trabalhos especializados	11.193.807	13.817.353
Rendas e Alugueres	8.867.530	8.863.583
Outros subcontratos	6.773.062	6.999.226
Comissões	4.554.012	5.549.873
Publicidade e propaganda	4.480.164	7.103.485
Aluguer de circuitos	2.888.863	5.194.739
Eletricidade	2.569.193	2.450.711
Conservação e Reparação	1.544.969	1.703.074
Comunicação	1.225.320	1.337.288
Deslocações e estadas	1.213.838	1.180.806
Honorários	659.335	1.033.226
Outros	5.110.426	4.304.671
	<u>96.169.825</u>	<u>106.160.957</u>

Os compromissos assumidos em 31 de março de 2012 e 2011 com contratos de locação operacional são como seguem:

	2012	2011
Pagamentos mínimos de locação operacional:		
2011	–	36.278.796
2012	28.701.991	43.919.422
2013	34.517.982	40.861.952
2014	31.662.992	38.681.802
2015	29.382.974	34.502.163
2016	25.738.102	32.696.183
2017	23.393.223	–
2018 e seguintes	33.101.264	32.521.116
Renováveis por 1 ano	<u>3.050.171</u>	<u>2.909.866</u>
	<u>209.548.699</u>	<u>262.371.300</u>

Durante o período findo em 31 de março de 2012 foram reconhecidos 10.982.777 euros (12.200.271 euros, em 2011) na rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” relativos a rendas de locações operacionais, repartidas entre as rubricas “Rendas e alugueres” e “Alugueres de circuitos”.

As rendas relativas a aluguer de espaço são maioritariamente compostas pelo contrato de aluguer do edifício Sonaecom em Lisboa, realizado durante o exercício de 2007 por um prazo de 5 anos e com a possibilidade de renovação anual. A atualização das rendas ocorrerá no final do primeiro ciclo do contrato, isto é, após os primeiros cinco anos.

21. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011, têm a seguinte composição:

	2012	2011
Custos financeiros:		
Juros suportados:	(3.664.102)	(3.277.227)
Empréstimos bancários	(2.695.478)	(2.109.210)
Juros securitização (Nota 18)	(551.197)	(783.653)
Juros de leasing	(223.399)	(243.072)
Outros juros	(194.028)	(141.292)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(561.349)	(265.380)
Outros custos financeiros	(240.227)	(197.517)
	<u>(4.465.678)</u>	<u>(3.740.124)</u>
Proveitos financeiros:		
Juros obtidos	1.710.354	1.395.820
Diferenças de câmbio favoráveis	446.727	83.312
Outros proveitos financeiros	93	1.733
	<u>2.157.174</u>	<u>1.480.865</u>

Nos períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011, a rubrica "Juros obtidos" inclui, principalmente, juros relativos a aplicações de tesouraria e juros de mora associados a processos em contencioso.

22. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2012	2011 (reexpresso)
Imposto corrente	(459.785)	(322.162)
Provisão para impostos liquida da redução (Nota 17)	(531.402)	(287.466)
Imposto diferido ativo (Nota 11)	(4.624.123)	(3.224.107)
Imposto diferido passivo (Nota 11)	1.359.734	29.285
	<u>(4.255.576)</u>	<u>(3.804.450)</u>

23. Partes relacionadas

Durante os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011, os saldos e transações mantidos com partes relacionadas respeitam, essencialmente, à atividade operacional do Grupo (prestação de serviços de telecomunicações e serviços de consultoria), bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transações mais significativos efetuados com entidades relacionadas (as quais se encontram descritas em anexo), durante os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011, foram os seguintes:

	Saldos em 31 de março de 2012			
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria (Nota 12)	Outros ativos / (passivos)
Sonae SGPS	20.939	-	-	5.617
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	957.927	642.292	-	(477.355)
Worten	2.322.444	-	-	(524.682)
Sonaecenter II	832.795	330.990	-	(73.705)
Sierra Portugal	1.037.284	29.686	-	(508.119)
Raso Viagens	96.798	268.462	-	(90.287)
Sonae Investments BV	-	-	31.810.000	4.959
France Télécom	1.761.098	1.954.613	-	(3.708.654)
	7.029.285	3.226.043	31.810.000	(5.372.226)

	Saldos em 31 de março de 2011			
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria (Nota 12)	Outros ativos / (passivos)
Sonae SGPS	34.364	3.552	-	5.817
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	1.297.637	1.796.650	-	(457.556)
Worten	1.031.708	-	-	(415.097)
Sonaecenter II	1.351.363	452.163	-	10.798
Sierra Portugal	1.555.078	140.073	-	58.702
Raso Viagens	148.232	214.342	-	(157.259)
Sonae Investments BV	-	-	51.810.000	9.157
France Télécom	-	1.281.101	-	(4.517.090)
	5.418.382	3.887.881	51.810.000	(5.462.528)

	Transações durante o período findo em 31 de março de 2012			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos / (suportados)	Proveitos suplementares
Sonae SGPS	(5.970)	4.500	119.568	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	1.676.019	623.454	-	112.143
Worten	241.407	484.566	-	-
Sonaecenter II	1.733.776	235.496	-	-
Sierra Portugal	1.384.667	238.007	-	(57)
Raso Viagens	72.675	456.179	-	-
Sonae Investments BV	-	-	304.031	-
France Télécom	3.222.602	3.532.357	-	-
	8.325.176	5.574.559	423.599	112.086

	Transações durante o período findo em 31 de março de 2011			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos / (suportados)	Proveitos suplementares
Sonae SGPS	23.892	50.000	-	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	189.350	99.035	-	88.729
Worten	(134.895)	732.756	-	3.810
Sonaecenter II	2.087.080	156.060	-	-
Sierra Portugal	1.637.224	491.734	-	5.223
Raso Viagens	118.633	553.878	-	-
Sonae Investimentos, SGPS, S.A.	-	-	-	-
Sonae Investments BV	-	-	419.386	-
France Télécom	3.344.310	2.511.392	-	-
	7.265.594	4.594.855	419.386	97.762

As transações efetuadas entre empresas do Grupo foram eliminadas no processo de consolidação, pelo que não são divulgadas nesta nota. Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas do Grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

24. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de março de 2012 e 2011, tinha a seguinte composição:

Empresa	Beneficiário da garantia	Descrição	2012	2011
Optimus	ICP - ANACOM	Aquisição do espectro para 4ª geração	30.000.000	-
Optimus e Sonaecom	Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	9.311.818	9.392.527
Optimus	Direção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IRC	4.039.639	1.711.219
Sonaecom	Direção de Contribuições e Impostos	Fiscalização Geral 2005	754.368	754.368
We Do, WeDo Egipto e WeDo México	AD Makedonski, Digi Telecommunications, Emirates Telecom. Corp., Pak Telecom, Scotiabank De Costa Rica, Sirilanka Telecom, Telcel e Oman Telecommunications	Boa execução de trabalhos a realizar	587.597	1.415.765
Optimus	Turismo do Porto e Norte	Concursos	480.000	-
We Do, Saphety e Digitmarket	IAPMEI	Projeto "HERMES" - QREN	417.797	436.822
Optimus	Direção Geral do Tesouro	IRC – Retenção de rendimentos a não residentes	306.954	307.348
Optimus	Câmara Municipal de Coimbra, Lisboa, Elvas, Mealhada, Barcelos, Loures, Oeiras, Sinta, Chaves e Covil	Boa execução de trabalhos a realizar	241.142	289.781
Optimus	Governo Civil de Lisboa	Garantir o cumprimento integral do plano de sorteios	104.650	-
Optimus e Público	Direção de Contribuições e Impostos	Processo de impugnação – IVA	18.000	598.000
Público	Tribunal de Trabalho de Lisboa	Processo de execução nº 199A/92	-	271.511
Várias	Outros		1.114.919	762.313
			47.376.883	15.939.654

Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas duas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.844.270 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da Optimus até ao montante de 9.264.267 euros.

Em 31 de março de 2012 e 2011, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

25. Informação por segmentos

Nos períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

- Telecomunicações;
- Multimídia;
- Sistemas de informação; e
- Atividades de Holding.

O segmento denominado "Atividades de Holding", engloba todas as operações realizadas pelas empresas do Grupo cuja atividade principal corresponde à gestão de participações sociais.

As restantes atividades do Grupo, para além das acima identificadas, encontram-se classificadas como não alocadas.

As transações ocorridas nos períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação. Todas estas transações foram efetuadas a preços de mercado.

As transferências e transações entre segmentos são efetuadas nas condições comerciais e termos contratuais idênticos aos praticados para entidades terceiras, sendo na sua maioria relativas a juros de aplicações de tesouraria e fees de gestão.

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 31 de março de 2012 e 2011, preparada de acordo com as mesmas políticas e critérios contabilísticos adoptados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é como segue:

	Telecomunicações		Multimídia		Sistemas de Informação		Atividades de Holding		Outros		Sub-Total		Eliminações		Total	
	mar-12	mar-11 (reexpresso)	mar-12	mar-11 (reexpresso)	mar-12	mar-11 (reexpresso)	mar-12	mar-11 (reexpresso)	mar-12	mar-11 (reexpresso)	mar-12	mar-11 (reexpresso)	mar-12	mar-11 (reexpresso)	mar-12	mar-11 (reexpresso)
Proveitos:																
Vendas e Prestações de ser	176.713.211	182.765.266	4.971.004	6.536.132	24.224.943	32.951.597	964.421	867.789	-	55.200	206.873.579	223.175.984	(4.422.066)	(7.344.019)	202.451.513	215.831.965
Outros proveitos operaciona	2.632.171	3.182.965	69.631	96.274	531.869	163.071	30.884	4.688	-	-	3.264.555	3.446.998	(933.654)	(1.064.294)	2.330.901	2.382.704
Total de proveitos	179.345.382	185.948.231	5.040.635	6.632.406	24.756.812	33.114.668	995.305	872.477	-	55.200	210.138.134	226.622.982	(5.355.720)	(8.408.313)	204.782.414	218.214.669
Amortizações e depreciação	(33.617.798)	(34.408.475)	(262.114)	(307.057)	(1.337.828)	(1.221.523)	(17.253)	(19.344)	-	(7.652)	(35.234.993)	(35.964.051)	(1.545.556)	291.178	(36.780.549)	(35.672.873)
Resultado operacional do se	24.788.134	20.487.736	(1.058.540)	(1.096.381)	1.068.166	695.321	(229.183)	(506.583)	-	20.283	24.568.577	19.600.376	(1.038.933)	146.000	23.529.644	19.746.376
Juros líquidos	(773.598)	(3.261.358)	(74.537)	(33.799)	(159.261)	(178.589)	(247.659)	1.735.377	-	(13.840)	(1.255.055)	(1.752.209)	(698.693)	(129.198)	(1.953.748)	(1.881.407)
Outros resultados financeir	(141.569)	(77.416)	(3.035)	(2.570)	(137.829)	(228.199)	85.606.090	(456.153)	-	(40)	85.323.657	(764.378)	(85.678.413)	386.526	(354.756)	(377.852)
Resultados antes de impost	23.872.967	17.148.961	(1.136.112)	(1.132.750)	771.076	288.533	85.129.248	772.641	-	6.403	108.637.179	17.083.788	(87.416.039)	403.329	21.221.140	17.487.117
Ativos:																
Ativos fixos tangíveis, intanç	961.699.506	865.153.593	3.994.662	4.134.226	67.660.069	69.099.202	346.439	417.949	-	3.244	1.033.700.676	938.808.214	448.483.582	457.656.728	1.482.184.258	1.396.464.942
Existências	5.408.757	18.970.083	693.388	750.016	757.709	151.234	-	-	-	-	6.859.854	19.871.333	-	-	6.859.854	19.871.333
Investimentos financeiros	-	1.282.025	209.829	441.509	2.494	2.494	1.127.542.297	1.132.033.850	-	-	1.127.754.620	1.133.759.878	(1.127.542.297)	(1.133.547.555)	212.323	212.323
Outros Ativos não corrente:	90.339.078	108.703.928	3.570	-	8.588.992	1.243.869	493.466.257	549.680.752	-	1.562.327	592.397.897	661.190.876	(492.824.055)	(554.600.492)	99.573.842	106.590.384
Outros ativos correntes do s	224.830.266	295.594.074	7.974.232	14.867.762	43.473.954	52.367.615	164.124.069	73.079.115	-	121.063	440.402.522	436.029.629	(130.316.254)	(87.923.725)	310.086.268	348.105.904
Passivos:																
Passivos do segmento	676.326.894	795.180.406	18.495.738	24.637.011	80.092.698	68.851.797	433.989.875	471.982.574	-	1.526.494	1.208.905.206	1.362.178.282	(362.800.039)	(491.891.392)	846.105.167	870.286.890
CAPEX	25.484.700	22.805.223	131.071	107.369	766.204	859.242	50.360	15.150.000	-	3.381	26.432.335	38.925.215	(868.533)	(15.381.332)	25.563.802	23.543.883

Apesar da fusão ocorrida em 2007, entre os negócios de telecomunicações móvel e fixo, ao nível de algumas rubricas de balanço e da demonstração de resultados, o Conselho de Administração do Grupo continua a separar a análise dos negócios conforme segue:

	Rede Móvel		Rede Fixa e Internet		Eliminações		Telecomunicações	
	mar-12	mar-11 (reexpresso)	mar-12	mar-11 (reexpresso)	mar-12	mar-11 (reexpresso)	mar-12	mar-11 (reexpresso)
Proveitos:								
Vendas e Prestações de serviços	131.473.954	137.409.837	53.400.503	54.677.194	(8.161.246)	(9.321.765)	176.713.211	182.765.266
Outros proveitos operacionais	6.806.116	8.707.376	174.626	99.237	(4.348.571)	(5.623.648)	2.632.171	3.182.965
Total de proveitos	138.280.070	146.117.213	53.575.129	54.776.431	(12.509.817)	(14.945.413)	179.345.382	185.948.231
Amortizações e depreciações	(25.419.275)	(25.125.086)	(8.137.330)	(9.243.449)	(61.193)	(39.940)	(33.617.798)	(34.408.475)
Resultado operacional do segmento	29.937.773	27.284.099	(5.080.840)	(6.790.978)	(68.799)	(5.385)	24.788.134	20.487.736
Ativos:								
Ativos fixos tangíveis e Goodwill	841.383.826	701.711.912	120.315.680	150.879.596	-	-	961.699.506	852.591.507
Existências	4.568.006	17.862.790	840.751	1.107.293	-	-	5.408.757	18.970.083
Investimentos financeiros	-	1.282.025	-	-	-	-	-	1.282.025
CAPEX	19.819.973	17.105.846	4.253.700	5.632.443	1.411.027	66.934	25.484.700	22.805.223

Durante os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011, as vendas e prestações de serviços inter-segmentos foram como segue:

	Telecomunicações	Multimédia	Sistemas de Informação	Atividades de Holding	Outros Sonaecom
2012					
Telecomunicações	-	-	2.804.540	826.779	-
Multimédia	256.163	-	8.157	42.892	-
Sistemas de Informação	355.953	15.025	-	88.800	-
Atividades de Holding	21.478	1.391	888	-	-
Outros Sonaecom	-	-	-	-	-
Outros	176.079.617	4.954.588	21.411.358	5.950	-
	176.713.211	4.971.004	24.224.943	964.421	-
2011					
Telecomunicações	-	-	5.616.319	864.933	55.200
Multimédia	330.825	-	49.342	1.428	-
Sistemas de Informação	369.392	21.500	-	1.428	-
Atividades de Holding	17.211	900	15.189	-	-
Outros Sonaecom	352	-	-	-	-
Outros	182.047.486	6.513.732	27.270.747	-	-
	182.765.266	6.536.132	32.951.597	867.789	55.200

26. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do período atribuível ao Grupo (16.977.541 euros em 2012 e 13.655.537 euros em 2011 reexpresso) pelo número médio de ações existente durante os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011, deduzidas das ações próprias (358.543.225 euros em 2012 e 357.056.361 euros em 2011).

27. Planos de Incentivo de Médio Prazo

Em junho de 2000, o Grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae SGPS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Durante o período findo em 31 de março de 2012, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Período de Diferimento			31 março 2012	
	Cotação na data de atribuição*	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de opções / ações
Ações Sonaecom					
Plano 2008	1,171	10 mar 2009	09 mar 2012	-	-
Plano 2009	1,685	10 mar 2010	08 mar 2013	387	2.439.263
Plano 2010	1,399	10 mar 2011	10 mar 2014	381	2.903.840
Plano 2011	1,256	09 mar 2012	09 mar 2015	378	2.989.375
Ações Sonae SGPS					
Plano 2008	0,616	10 mar 2009	09 mar 2012	-	-
Plano 2009	0,761	10 mar 2010	08 mar 2013	4	314.954
Plano 2010	0,811	10 mar 2011	10 mar 2014	8	379.903
Plano 2011	0,458	09 mar 2012	09 mar 2015	8	613.877

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição, para as ações Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de Acionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as ações Sonae SGPS.

Durante o período findo em 31 de março de 2012, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonaecom		Ações Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações	Número agregado de participantes	Número de ações
Saldo a 31 dezembro 2011:				
Ainda diferidas	1.155	8.892.470	16	1.100.633
Total	1.155	8.892.470	16	1.100.633
Movimentos no ano:				
Atribuídas	378	2.989.375	8	613.877
Vencidas	(380)	(3.761.450)	(4)	(405.776)
Canceladas / extintas / corrigidas / transferidas ⁽¹⁾	(7)	212.083	-	-
Saldo a 31 março 2012:				
Ainda diferidas	1.146	8.332.478	20	1.308.734
Total	1.146	8.332.478	20	1.308.734

(1) As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

Para os planos de ações Sonaecom, S.G.P.S., S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data da atribuição de cada plano. A responsabilidade de tais planos é de 4.278.602 euros e foi registada na rubrica "Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo". Para os planos de ações Sonae SGPS, com exceção de um dos planos, o Grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. A responsabilidade de tais planos é registada nas rubricas de "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes".

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do exercício que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no período findo em 31 de março de 2012, são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	31.075.127
Custos reconhecidos no período	1.362.094
Custo de planos exercidos em anos anteriores	(23.313.389)
Custos dos planos exercidos no período	(4.385.289)
Total de custos dos Planos	4.738.542
Registados em 'Outros passivos correntes'	219.459
Registados em 'Outros passivos não correntes'	240.481
Registado em Reservas	4.278.602

28. Outros Assuntos

Em 31 de março de 2012, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 euros e 29.913.608 euros, respetivamente, assim como saldos de "Outros ativos correntes" no valor de 411.649 euros, e de "Provisões para Outros Riscos e Encargos" no valor de 6.817.553 euros, que resultam de um diferendo mantido, essencialmente, com a TMN-Telecomunicações Móveis, S.A. relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001, tendo os respetivos custos e proveitos sido registados nesse ano. A Empresa considerou nas demonstrações financeiras as tarifas mais penalizadoras. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável à Optimus. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou novamente improcedentes os intentos da TMN. Contudo, a TMN voltou a recorrer desta decisão, agora para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual confirmou a decisão do Tribunal da Relação, por sentença já transitada em julgado, julgando improcedentes os intentos da TMN, concluindo assim que os preços de interligação do ano de 2001 não estavam definidos. A regularização dos valores em aberto vai depender do preço que vier a ser estabelecido.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 3 de maio de 2012.

Anexo

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	Gervais Gilles Pellissier
Ana Paula Garrido Pina Marques	Jean-François René Pontal
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	José Manuel Pinto Correia
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Manuel Antonio Neto Portugal Ramalho Eanes
António de Sampaio e Mello	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
David Charles Denholm Hobley	Miguel Nuno Santos Almeida
David Graham Shenton Bain	Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão
David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves	Paulo Joaquim dos Santos Plácido
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro
Franck Emmanuel Dangeard	Rui José Silva Goncalves Paiva

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Christine Cross
Álvaro Cuervo Garcia	José Manuel Neves Adelino
Belmiro de Azevedo	Michel Marie Bon
Bernd Hubert Joachim Bothe	

Empresas do Grupo Sonae/Efanor	
3DO Holding GmbH	Avenida M – 40, S.A.
3DO Shopping Centre GmbH	Azulino Imobiliária, S.A.
3shoppings – Holding,SGPS, S.A.	BA Business Angels, SGPS, SA
8ª Avenida Centro Comercial, SA	BA Capital, SGPS, SA
ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Pericias Ltda	BB Food Service, S.A.
ADDmakler Administração e Corretagem de Seguros Ltda	Beralands BV
ADDmakler Administradora, Corretora de Seguros Partic. Ltda	Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.
Adlands B.V.	BHW Beeskow Holzwerkstoffe
Agean Park, S.A.	Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Boavista Shopping Centre BV
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	BOM MOMENTO – Comércio Retalhista, SA
Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom., S.A.	Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Águas Furtadas Sociedade Agrícola, SA	Carnes do Continente – Ind.Distr.Carnes, S.A.
Airone – Shopping Center, Srl	Casa Agrícola de Ambrães, S.A.
ALBCC Albufeirashopping C.Comercial SA	Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A.
ALEXA Administration GmbH	Cascaishopping – Centro Comercial, S.A.
ALEXA Asset GmbH & Co KG	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
ALEXA Holding GmbH	CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial,SA
ALEXA Shopping Centre GmbH	Centro Colombo – Centro Comercial, S.A.
Algarveshopping – Centro Comercial, S.A.	Centro Residencial da Maia, Urban., S.A.
Alpêssego – Soc. Agrícola, S.A	Centro Vasco da Gama – Centro Comercial, S.A.
Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.	Change, SGPS, S.A.
Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda	Chão Verde – Soc.Gestora Imobiliária, S.A.
Arat inmebles, S.A.	Cinclus Imobiliária, S.A.
ARP Alverca Retail Park,SA	Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.
Arrábidasshopping – Centro Comercial, S.A.	Coimbrashopping – Centro Comercial, S.A.
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Colombo Towers Holding, BV
Atlantic Ferries – Tráf.Loc,Flu.e Marít, S.A.	Contacto Concessões, SGPS, S.A.
Avenida M – 40 B.V.	Contibomba – Comérc.Distr.Combustiveis, S.A.

<p> Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A. Continente Hipermercados, S.A. Contry Club da Maia-Imobiliária, S.A. Cooper Gay Swett & Crawford Lt Craiova Mall BV Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A. Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A. Darbo S.A.S Deutsche Industrieholz GmbH Discovery Sports, SA Dortmund Tower GmbH Dos Mares – Shopping Centre B.V. Dos Mares – Shopping Centre, S.A. Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A. Ecociclo II Edições Book.it, S.A. Edifícios Saudáveis Consultores, S.A. Efanor Investimentos, SGPS, S.A. Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A. El Rosal Shopping, S.A. Emfísico Boavista Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A. Equador & Mendes, Lda Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A. Estação Viana – Centro Comercial, S.A. Estêvão Neves – Hipermercados Madeira, S.A. Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A. Farmácia Seleção, S.A. Fashion Division Canárias, SL Fashion Division, S.A. Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A. Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A. Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l. Friengineering International Ltda Fundo de Invest. Imobiliário Imosede Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A. Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A. GHP GmbH Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl Glunz AG Glunz Service GmbH </p>	<p> Glunz UK Holdings Ltd Glunz Uka GmbH GMET, ACE Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A. Guimarãeshopping – Centro Comercial, S.A. Harvey Dos Iberica, S.L. Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda HighDome PCC Limited Iberian Assets, S.A. Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A. Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A. Imoareia – Invest. Turísticos, SGPS, S.A. Imobiliária da Cacela, S.A. Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A. Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A. Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A. Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A. Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A. Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A. Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A. Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A. Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A. Imoponte – Soc.Imobiliária, S.A. Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A. Imoresultado – Soc.Imobiliária, S.A. Imosedas – Imobiliária e Seviços, S.A. Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A. Imosona II Impaper Europe GmbH & Co. KG Implantação – Imobiliária, S.A. Infocfield – Informática, S.A. Infratroia, EM Inparsi – Gestão Galeria Comercial, S.A. Inparvi SGPS, S.A. Integrum - Energia, SA Integrum Colombo Energia, S.A. Interlog – SGPS, S.A. Invesaude - Gestão Hospitalar S.A. Investalentejo, SGPS, S.A. Ioannina Development of Shopping Centres, SA Isoroy SAS La Farga – Shopping Center, SL Laminate Park GmbH Co. KG </p>
---	--

<p>Larim Corretora de Resseguros Ltda Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A. Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A. LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl Libra Serviços, Lda. Lidergraf – Artes Gráficas, Lda. Loop5 Shopping Centre GmbH Loureshopping – Centro Comercial, S.A. Luz del Tajo – Centro Comercial S.A. Luz del Tajo B.V. Madeirashopping – Centro Comercial, S.A. Maiashopping – Centro Comercial, S.A. Maiequipa – Gestão Florestal, S.A. Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda Marcas MC, ZRT Marina de Tróia S.A. Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marit, Lda Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A. Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A. Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A. MDS Affinity - Sociedade de Mediação, Lda MDS Assoc. Corretora de Seguros Ltda MDS Consultores, S.A. MDS Corretor de Seguros, S.A. MDS Malta Holding Limited MDS SGPS, SA MDSAUTO - Mediação de Seguros, SA Megantic BV Miral Administração e Corretagem de Seguros Ltda MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A. Mlearning - Mds Knowledge Centre, Unip, Lda Modalfa – Comércio e Serviços, S.A. MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A. Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A. Modelo Continente Hipermercados, S.A. Modelo Continente Intenational Trade, SA Modelo Hiper Imobiliária, S.A. Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A. Modus Faciendi - Gestão e Serviços, S.A. Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A. Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda Mundo Vip – Operadores Turísticos, S.A. Munster Arkaden, BV Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.</p>	<p>Norteshopping – Centro Comercial, S.A. Norteshopping Retail and Leisure Centre, BV Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T, Ld Nova Equador P.C.O. e Eventos Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A. OSB Deustchland GmbH PantheonPlaza BV Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A. Pareuro, BV Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A. Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A. Parque D. Pedro 1 B.V. Parque D. Pedro 2 B.V. Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A. Parque Principado SL Pátio Boavista Shopping Ltda. Pátio Campinas Shopping Ltda Pátio Goiânia Shopping Ltda Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda Pátio Penha Shopping Ltda. Pátio São Bernardo Shopping Ltda Pátio Sertório Shopping Ltda Pátio Uberlândia Shopping Ltda Peixes do Continente – Ind.Dist.Peixes, S.A. Pharmaconcept – Atividades em Saúde, S.A. PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A. PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda Plaza Éboli B.V. Plaza Éboli – Centro Comercial S.A. Plaza Mayor Holding, SGPS, SA Plaza Mayor Parque de Ócio BV Plaza Mayor Parque de Ocio, SA Plaza Mayor Shopping BV Plaza Mayor Shopping, SA Ploi Mall BV Plysorol, BV Poliface North America POLINSUR – Mediação de seguros, LDA PORTCC - Portimãoshopping Centro Comercial, SA Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A. Praedium – Serviços, S.A. Praedium II – Imobiliária, S.A. Praedium SGPS, S.A. Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A. Prédios Privados Imobiliária, S.A.</p>
--	---

<p>Predisedas – Predial das Sedas, S.A. Pridelease Investments, Ltd Proj. Sierra Germany 4 (four) – Sh.C.GmbH Proj.Sierra Germany 2 (two) – Sh.C.GmbH Proj.Sierra Germany 3 (three) – Sh.C.GmbH Proj.Sierra Italy 1 – Shop.Centre Srl Proj.Sierra Italy 2 – Dev. Of Sh.C.Srl Proj.Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl Proj.Sierra Italy 5 – Dev. Of Sh.C.Srl Proj.Sierra Portugal VIII – C.Comerc., S.A. Project 4, Srl Project SC 1 BV Project SC 2 BV Project Sierra 2 B.V. Project Sierra 6 BV Project Sierra 7 BV Project Sierra 8 BV Project Sierra 9 BV Project Sierra Brazil 1 B.V. Project Sierra Charagionis 1 S.A. Project Sierra Four, SA Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV Project Sierra Spain 1 B.V. Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A. Project Sierra Spain 2 B.V. Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A. Project Sierra Spain 3 B.V. Project Sierra Spain 6 B.V. Project Sierra Spain 7 – Centro Comer. S.A. Project Sierra Spain 7 B.V. Project Sierra Three Srl Project Sierra Two Srl Promessa Sociedade Imobiliária, S.A. Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A. Puravida – Viagens e Turismo, S.A. Quorum Corretora de seguros LT Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A. RASO - Viagens e Turismo, S.A. RASO, SGPS, S.A. Rio Sul – Centro Comercial, S.A. River Plaza Mall, Srl River Plaza, BV</p>	<p>Rochester Real Estate, Limited RSI Corretora de Seguros Ltda S.C. Microcom Doi Srl Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A. SC – Consultadoria, S.A. SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A. SC Aegean B.V. SC Assets SGPS, S.A. SC Finance BV SC Mediterraneum Cosmos B.V. SC, SGPS, SA SCS Beheer, BV Selfrio,SGPS, S.A. Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A. Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A. Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda SERENITAS-SOC.MEDIAÇÃO SEG.LDA Serra Shopping – Centro Comercial, S.A. Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A. Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A. Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A. Shopping Centre Parque Principado B.V. Shopping Penha B.V. Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais - Energia, S.A. SIAL Participações Ltda Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A. Sierra Berlin Holding BV Sierra Central S.A.S Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A. Sierra Charagionis Propert.Management S.A. Sierra Corporate Services – Ap.Gestão, S.A. Sierra Corporate Services Holland, BV Sierra Develop.Iberia 1, Prom.Imob., S.A. Sierra Development of Shopping Centres Greece, S.A. Sierra Developments – Serv. Prom.Imob., S.A. Sierra Developments Germany GmbH Sierra Developments Holding B.V. Sierra Developments Italy S.r.l. Sierra Developments Romania, Srl Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL Sierra Developments, SGPS, S.A. Sierra Enplanta Ltda Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.</p>
---	--

Sierra GP Limited	Sonae Novobord (PTY) Ltd
Sierra Investimentos Brasil Ltda	Sonae RE, S.A.
Sierra Investments (Holland) 1 B.V.	Sonae Retalho Espana – Servicios Gen., S.A.
Sierra Investments (Holland) 2 B.V.	Sonae SGPS, S.A.
Sierra Investments Holding B.V.	Sonae Sierra Brasil S.A.
Sierra Investments SGPS, S.A.	Sonae Sierra Brazil B.V.
Sierra Italy Holding B.V.	Sonae Sierra, SGPS, S.A.
Sierra Management Germany GmbH	Sonae Tafibra Benelux, BV
Sierra Management Greece S.A.	Sonae Turismo – SGPS, S.A.
Sierra Management Italy S.r.l.	Sonae UK, Ltd.
Sierra Management Portugal – Gest. CC, S.A.	Sonaegest – Soc.Gest.Fundos Investimentos
Sierra Management Romania, Srl	SONAEMC - Modelo Continente, SGPS, S.A.
Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.	Sondis Imobiliária, S.A.
Sierra Management, SGPS, S.A.	Sontel BV
SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.	Sontur BV
SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	Sonvecap BV
SISTAVAC, S.A.	Sopair, S.A.
SKK – Central de Distr., S.A.	Sotáqua – Soc. de Empreendimentos Turist
SKK SRL	Spanboard Products, Ltd
SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos	SPF – Sierra Portugal Real Estate, Sarl
Sociedade de Construções do Chile, S.A.	Spinarq - Engenharia, Energia e Ambiente, SA
Société de Tranchage Isoroy S.A.S.	Spinveste – Gestão Imobiliária SGI, S.A.
Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.	Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.
Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.	Sport Retalho España – Servicios Gen., S.A.
Soconstrução BV	Sport Zone – Comércio Art.Desporto, S.A.
Sodesa, S.A.	Sport Zone – Turquia
Soflorin, BV	Sport Zone Canárias, SL
Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.	Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA
Solinca - Eventos e Catering, SA	Spred, SGPS, SA
Solinca - Health and Fitness, SA	Stinnes Holz GmbH
Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.	Tableros Tradema, S.L.
Solinfitness – Club Malaga, S.L.	Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, SL
Solingen Shopping Center GmbH	Tafibra Polska Sp.z.o.o.
Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.	Tafibra South Africa
Somit Imobiliária	Tafibra Suisse, SA
SONAE - Specialized Retail, SGPS, SA	Tafisa – Tableros de Fibras, S.A.
Sonae Capital Brasil, Lda	Tafisa Canadá Societé en Commandite
Sonae Capital,SGPS, S.A.	Tafisa France, S.A.
Sonae Center II S.A.	Tafisa UK, Ltd
Sonae Center Serviços, S.A.	Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, SL
Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.	Tarkett Agepan Laminate Flooring SCS
Sonae Indústria – SGPS, S.A.	Tecmasa Reciclados de Andalucia, SL
Sonae Industria de Revestimentos, S.A.	Terra Nossa Corretora de Seguros Ltda
Sonae Indústria Manag. Serv, SA	Têxtil do Marco, S.A.
Sonae Investimentos, SGPS, SA	Tlantic Portugal – Sist. de Informação, S.A.

<p>Tlantic Sistemas de Informação Ltdª Todos os Dias – Com.Ret.Expl.C.Comer., S.A. Tool GmbH Torre Ocidente Imobiliária, S.A. Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A. TP – Sociedade Térmica, S.A. Troia Market, S.A. Tróia Natura, S.A. Troiaresort – Investimentos Turísticos, S.A. Troiaverde – Expl.Hoteleira Imob., S.A. Tulipamar – Expl.Hoteleira Imob., S.A. Unishopping Administradora Ltda. Unishopping Consultoria Imob. Ltda. Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A. Valecenter Srl Valor N, S.A. Vastgoed One – Sociedade Imobiliária, S.A.</p>	<p>Vastgoed Sun – Sociedade Imobiliária, S.A. Via Catarina – Centro Comercial, S.A. Viajens y Turismo de Geotur España, S.L. Vistas do Freixo, SA Vuelta Omega, S.L. Weiterstadt Shopping BV World Trade Center Porto, S.A. Worten – Equipamento para o Lar, S.A. Worten Canárias, SL Worten España, S.A. ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A. Zippy Turquia Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, S.A. ZYEVOOLUTION-Invest.Desenv.,SA.</p>
---	---

Empresas do Grupo FT	
France Telecom, S.A.	Atlas Services Belgium, S.A.

10.3 Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

Balanços

Para períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011 e para o exercício findo em 31 dezembro de 2011

	Notas	março 2012	março 2011	dezembro 2011
Ativo				
Ativos não correntes				
Ativos fixos tangíveis	1.a), 1.e) e 2	344.541	411.008	361.047
Ativos intangíveis	1.b) e 3	1.898	6.942	2.285
Investimentos em empresas do grupo	1.c) e 5	1.097.528.929	987.197.029	1.097.478.929
Outros ativos não correntes	1.c), 1.m), 1.n), 4 e 6	544.399.752	768.415.652	542.879.752
Total de ativos não correntes		1.642.275.120	1.756.030.631	1.640.722.013
Ativos correntes				
Outras dívidas de terceiros	1.d), 1.f), 4 e 8	85.341.918	13.447.765	5.250.772
Outros ativos correntes	1.m) e 1.n)	7.393.032	4.080.295	1.249.804
Caixa e equivalentes de caixa	1.g), 4 e 9	31.553.676	11.581.737	61.289.703
Total de ativos correntes		124.288.626	29.109.797	67.790.279
Total activo		1.766.563.746	1.785.140.428	1.708.512.292
Capital próprio e passivo				
Capital próprio				
Capital social	10	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Ações próprias	1.p) e 11	(7.289.051)	(13.625.492)	(13.594.518)
Reservas	1.o)	894.968.976	921.671.151	904.095.590
Resultado líquido do período		76.677.097	(1.319.918)	(7.960.682)
Total do capital próprio		1.330.603.890	1.272.972.609	1.248.787.258
Passivo				
Passivo não corrente				
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo	1.h), 4 e 12.a)	288.831.843	362.592.644	319.485.865
Provisões para outros riscos e encargos	1.k), 1.n) e 13	70.934	68.654	68.654
Outros passivos não correntes	1.m), 1.n), 1.s)	113.280	269.380	271.207
Total de passivos não correntes		289.016.057	362.930.678	319.825.726
Passivo corrente				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.g), 1.h), 4, e 12.b)	145.288.907	104.991.773	137.109.904
Outras dívidas a terceiros	4 e 14	858.924	43.502.750	1.579.811
Outros passivos correntes	1.m), 1.n) e 1.s)	795.968	742.618	1.209.593
Total de passivos correntes		146.943.799	149.237.141	139.899.308
Total do passivo e capital próprio		1.766.563.746	1.785.140.428	1.708.512.292

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 e 2011.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações dos resultados por naturezas

Para os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011

	Notas	março 2012	março 2011	dezembro 2011
Prestações de serviços		964.421	867.789	3.879.652
Outros proveitos operacionais	1.f) e 18	-	4.688	896
		964.421	872.477	3.880.548
Fornecimentos e serviços externos	1.e) e 15	(505.478)	(708.011)	(1.986.852)
Custos com o pessoal	1.s) e 21	(636.782)	(610.431)	(2.655.517)
Amortizações e depreciações	1.a), 1.b), 1.q), 2 e 3	(17.253)	(19.344)	(75.411)
Provisões e perdas de imparidade	1.r) e 13	(15.387)	-	-
Outros custos operacionais		(16.774)	(18.622)	(100.022)
		(1.191.674)	(1.356.408)	(4.817.802)
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo	16	76.988.861	(3.236.000)	(9.880.000)
Outros custos financeiros	1c), 1h), 1q), 12, 16 e 18	(3.829.320)	(2.305.188)	(12.043.254)
Outros proveitos financeiros	1.c), 9, 16 e 18	3.653.390	5.446.820	15.312.037
Resultados correntes		76.585.678	(578.299)	(7.548.471)
Imposto sobre o rendimento	1.l), 7 e 17	91.419	(741.619)	(412.211)
Resultado líquido do período		76.677.097	(1.319.918)	(7.960.682)
Resultados por ação	20			
Incluindo operações em descontinuação:				
Básicos		0,21	(0,004)	(0,02)
Diluídos		0,21	(0,004)	(0,02)
Excluindo operações em descontinuação:				
Básicos		0,21	(0,004)	(0,02)
Diluídos		0,21	(0,004)	(0,02)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 e 2011.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações do rendimento integral

Para os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011

	Notas	março 2012	março 2011
Resultado líquido do período		76.677.097	(1.319.918)
Componentes de outro rendimento integral do período, líquido de imposto		-	-
Rendimento integral do período		76.677.097	(1.319.918)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 e 2011.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011

			Reservas							
	Capital social	Ações próprias (Nota 11)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 21)	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Total de reservas	Resultado líquido	Total
2012										
Saldo em 31 de dezembro 2011	366.246.868	(13.594.518)	775.290.377	7.991.192	742.525	13.594.518	106.476.978	904.095.591	(7.960.682)	1.248.787.258
Aplicação do resultado líquido de 2011	-	-	-	-	-	-	(7.960.682)	(7.960.682)	7.960.682	-
Rendimento integral do período findo em 31 de março de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	76.677.097	76.677.097
Entrega de ações próprias no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	7.189.021	-	-	(380.690)	(7.189.021)	6.286.482	(1.283.229)	-	5.905.792
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	-	-	-	117.297	-	-	117.297	-	117.297
Aquisição de ações próprias	-	(883.554)	-	-	-	883.554	(883.554)	-	-	(883.554)
Saldo em 31 de março 2012	366.246.868	(7.289.051)	775.290.377	7.991.192	479.133	7.289.051	103.919.224	894.968.976	76.677.097	1.330.603.890

Para os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011

			Reservas						Resultado líquido	Total
	Capital social	Ações próprias (Nota 11)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 21)	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Total de reservas		
2011										
Saldo em 31 de dezembro 2010	366.246.868	(15.030.834)	775.290.377	1.221.003	551.381	15.030.834	(3.849.290)	788.244.305	135.403.787	1.274.864.126
Aplicação do resultado líquido de 2010	-	-	-	6.770.189	-	-	128.633.598	135.403.787	(135.403.787)	-
Rendimento integral do período findo em 31 de março de 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.319.918)	(1.319.918)
Entrega de ações próprias no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	3.628.629	-	-	(186.538)	(3.628.629)	1.752.301	(2.062.866)	-	1.565.763
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	-	-	-	85.925	-	-	85.925	-	85.925
Aquisição de ações próprias	-	(2.223.287)	-	-	-	2.223.287	(2.223.287)	-	-	(2.223.287)
Saldo em 31 de março 2011	366.246.868	(13.625.492)	775.290.377	7.991.192	450.768	13.625.492	124.313.322	921.671.151	(1.319.918)	1.272.972.609

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 e 2011.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011

	março 2012		março 2011	
Atividades operacionais				
Pagamentos ao pessoal	(844.818)		(1.063.139)	
Fluxo gerado pelas operações	(844.818)		(1.063.139)	
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	(196.094)		(11.064)	
Outros recebimentos / pagamentos relativos a actividades operacionais	1.513.574		1.125.665	
Fluxo das atividades operacionais (1)	472.662	472.662	51.462	51.462
Atividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	-		17.840.000	
Juros e proveitos similares	1.030.378	1.030.378	688.915	18.528.915
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(50.000)		(21.850.290)	
Ativos fixos tangíveis	(2.446)		(1.969)	
Empréstimos concedidos	(3.409.000)	(3.461.446)	(165.995.000)	(187.847.259)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(2.431.068)		(169.318.344)
Atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	-	-	119.232.000	119.232.000
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e custos similares	(5.002.751)		(2.486.350)	
Aquisição de ações próprias	(738.425)		(2.223.287)	
Empréstimos obtidos	(22.075.000)	(27.816.176)	(9.305.000)	(14.014.637)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(27.816.176)		105.217.363
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(29.774.582)		(64.049.519)
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no princípio do período		61.289.703		75.631.256
Caixa e seus equivalentes no final do período		31.515.121		11.581.737

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 e 2011.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Anexo às Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011

	2012	2011
1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais		
a) Outras atividades empresariais		
Reembolso de prestações acessórias no Público - Comunicação Social, S.A.	-	17.840.000
	-	17.840.000
b) Outras atividades empresariais		
Constituição da Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.	50.000	-
Prestações acessórias na PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	-	12.990.000
Pagamento da Aquisição da Sontária- Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	8.860.290
	50.000	21.850.290
2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes		
Numerário	10.541	10.319
Depósitos à ordem	34.135	91.418
Aplicações de Tesouraria	31.509.000	11.480.000
Depósitos à ordem (saldos credores)	(38.555)	-
Caixa e seus equivalentes	31.515.121	11.581.737
Depósitos à ordem (saldos credores)	38.555	-
Disponibilidades constantes do balanço	31.553.676	11.581.737
3. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias		
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	111.000.000	80.000.000
b) Compra de empresas através da emissão de ações	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de março de 2012 e 2011.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

10.4. Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

A SONAECOM, S.G.P.S., S.A. (doravante designada “Empresa” ou “Sonaecom”) foi constituída em 6 de Junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal.

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras nas empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de Novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A.. Desde então, o objeto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para Euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a Empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada “Sonae”). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 ações a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos

acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, S.G.P.S., S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Telecom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondados à unidade.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) tal como adotadas pela União Europeia.

A adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas pela União Europeia ocorreu pela primeira vez em 2007, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo foi 1 de janeiro de 2006, tal como definido pela IFRS 1 – “Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*.

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras não existem normas, interpretações, emendas e revisões, aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia e cuja aplicação seja obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 1 - Alterações (Isenção para hiperinflação severa e remoção das datas fixas)	1-jul-11
As emendas relativas à isenção para hiperinflação severa e remoção das taxas fixas: 1) substituem as datas fixas estabelecidas na exceção para desconhecimento e na exceção relacionada com a mensuração inicial ao justo valor dos instrumentos financeiros; e 2) incluem uma isenção específica ao custo considerado na primeira adoção das IFRS para as entidades que operavam anteriormente em economias classificadas como hiper-inflacionárias.	
IFRS 1 - Alterações (Empréstimos do Governo)	1-jan-13
As emendas relativas aos empréstimos do Governo referem como se deve adotar pela primeira vez a norma relativamente aos empréstimos do Governo com uma taxa de juro abaixo da praticada pelo mercado e propõem a permissão da aplicação prospetiva da IAS 20.	
IFRS 7 - Alterações (Activos e Passivos Financeiros: Divulgações)	1-jan-13
A emenda requer divulgações com vista a um melhor entendimento das transações de ativos financeiros (por exemplo: securitização de ativos), incluindo a compreensão dos efeitos possíveis de eventuais riscos remanescentes após a transferência. São ainda requeridas divulgações adicionais se uma quantidade desproporcional de transações de ativos ocorrer perto do final do período de relato.	
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros e alterações posteriores)	1-jan-15
Esta norma é o primeiro passo no projeto de substituição da IAS 39, e introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	
IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas)	1-jan-13
A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o fator determinante para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo.	

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente)	1-jan-13
Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como é atualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas.	
IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades)	1-jan-13
Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço.	
IFRS 13 (Mensuração ao Justo Valor)	1-jan-13
Prevê melhorar a consistência e reduzir a complexidade, fornecendo, pela primeira vez, uma definição precisa do justo valor, uma única fonte de mensuração deste e requisitos de divulgação para o seu uso em IFRS.	
IAS 1 - Alterações (Apresentação de itens em Outros Resultados Integrais)	1-jul-12
Os itens de outros resultados integrais, que podem ser reclassificados para demonstração de resultados, serão apresentados de forma agrupada.	
IAS 12 - Alterações (Imposto diferido: Recuperação de activos subjacentes)	1-jan-12
Esta alteração estabelece que, no caso das propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, existe a presunção de que a sua recuperação será normalmente feita pela venda para efeitos de determinação do respetivo impacto fiscal. Como resultado, a SIC 21 - "Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de ativos não depreciáveis revalorizados" deixa de se aplicar a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor. As restantes orientações contidas na SIC 21 são também vertidas para a IAS 12, sendo a SIC 21 retirada.	
IAS 19 - Alterações (Benefícios dos Empregados)	1-jan-13
Eliminação da opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas, conhecida como o "método do corredor", melhoria na comparabilidade e fidelidade de apresentação, racionalização da apresentação de alterações nos ativos e passivos decorrentes de planos de benefícios definidos e melhoria dos requisitos de divulgação para os planos de benefício definidos.	
IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas)	1-jan-13
Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.	
IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures)	1-jan-13
O objetivo da IAS 28 (revista em 2011) é o de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.	

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 32- Alterações (Activos e Passivos Financeiros) A IAS 32 é alterada para passar a referir as divulgações obrigatórias no que respeita às compensações.	1-jan-14
IFRIC 20 Interpretação (Custos da remoção do terreno de cobertura na fase produtiva de uma mina de superfície) A interpretação clarifica quando estes tipos de custos deverão ser considerados como ativo e como esse ativo deverá ser mensurado (quer no reconhecimento inicial quer na mensuração subsequente).	1-jan-13

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis à Empresa, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras da Empresa.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados pela Empresa a 31 de março de 2012 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções - obras em edifícios alheios	10-20
Equipamento básico	5-8
Equipamento administrativo	3-10
Outros ativos fixos tangíveis	4

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentem o período de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa possuir o poder de os controlar e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, *software* e propriedade industrial.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica "Amortizações e depreciações".

c) Investimentos em empresas do grupo e outros ativos não correntes

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo (empresas nas quais a Empresa detenha direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais), são registados na rubrica "Investimentos em empresas do grupo", ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica "Outros ativos não correntes" são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam,

por contrapartida da rubrica “Outros custos financeiros” da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

d) Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: ‘Investimentos registados ao justo valor através de resultados’, ‘Empréstimos e contas a receber’, ‘Investimentos detidos até ao vencimento’ e ‘Investimentos disponíveis para venda’. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) ‘Investimentos registados ao justo valor através de resultados’

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: ‘ativos financeiros detidos para negociação’ e ‘investimentos registados ao justo valor através de resultados’. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) ‘Empréstimos e contas a receber’

‘Empréstimos e contas a receber’ são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/ líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os ‘Empréstimos e contas a receber’ são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os ‘Empréstimos e contas a receber’ são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de ‘Clientes’ e ‘Outras dívidas de terceiros’.

(iii) ‘Investimentos detidos até ao vencimento’

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de

Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

(iv) ‘Investimentos disponíveis para venda’

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que a Empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os ‘Investimentos registados ao justo valor através de resultados’. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os ‘Investimentos disponíveis para venda’ e os ‘Investimentos registados ao justo valor através de resultados’ são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os ‘Empréstimos e contas a receber’ e os ‘Investimentos detidos até ao vencimento’ são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos ‘Investimentos registados ao justo valor através de resultados’ são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados como ganhos/perdas em investimentos.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), a Empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, a Empresa valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A Empresa efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados. Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados relativas a instrumentos de capital não são revertidas através de resultados.

e) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ("ALD"), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

f) Outras dívidas de terceiros

As 'outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando a Empresa empresta dinheiro ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade, que são registados na Demonstração de Resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7- 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do método direto. A Empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'. A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

h) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

i) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

j) Instrumentos financeiros derivados

A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela Empresa.

Os instrumentos financeiros derivados (*cash flow hedges*) utilizados normalmente pela Empresa respeitam a:

(i) *swaps* de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos *swaps* de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos *swaps* de cobertura de *cash-flow* é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios "Reservas de cobertura".

(ii) *forward's* cambiais para cobertura do risco cambial. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados directamente na demonstração de resultados.

Em 31 de março de 2012, a Empresa não se encontra a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado, para além dos referidos na Nota 1.s).

k) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a Empresa possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

l) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento do exercício' inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12- 'Impostos sobre o Rendimento'.

A Sonaecom é abrangida, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 7).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

m) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas “Outros ativos correntes”, “Outros ativos não correntes”, “Outros passivos correntes” e “Outros passivos não correntes” são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em ‘Outros passivos correntes’ e ‘Outros passivos não correntes’, sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (Nota 1.k)).

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas ‘Outros custos financeiros’ e ‘Outros proveitos financeiros’.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

n) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados como não correntes (Notas 7 e 13).

o) Reservas

Reserva Legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da ‘reserva legal’ até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a ‘reserva legal’, isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de

esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo
De acordo com a IFRS 2- ‘Pagamentos com Base em ações’, a responsabilidade com os planos liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de ‘Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo’, sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de “cash flow” que se consideram eficazes (Nota 1. j)) sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou ser utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de ações próprias

As reservas de ações próprias refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS.

Assim, em 31 de março de 2012, a Sonaecom dispunha de reservas que, pela sua natureza, são consideradas distribuíveis no montante de cerca de 176,8 milhões de euros.

p) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica ‘Outras reservas’.

q) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

	2012		2011	
	31 março	Média	31 março	Média
Libra inglesa	1,19918	1,19840	1,13161	1,17144
Franco Suíço	0,83022	0,82783	0,76894	0,77703
Coroa Sueca	0,11305	0,11296	0,11195	0,11282
Dólar americano	0,74873	0,76304	0,70388	0,73141

r) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de "Amortizações e depreciações" nos casos de Ativos fixos tangíveis, na rubrica de 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Para os Investimentos financeiros, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Empresa.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte, e;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

s) Planos de Incentivo de Médio Prazo

O tratamento contabilístico dos Planos de Incentivo de Médio Prazo é baseado na IFRS 2 – 'Pagamentos com Base em Ações'.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela Empresa são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à Empresa, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros ativos não correntes' e 'Outros ativos correntes';
- O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;
- Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de

resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

A 31 de março de 2012, apenas um plano de ações Sonaecom em aberto estava totalmente coberto através da detenção de ações próprias. O impacto associado aos planos de ações dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a ações Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe, a Empresa efetuou, para dois planos, contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas ações, pelo que a responsabilidade com os mesmos se encontra registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

t) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

u) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011 incluem, essencialmente, as análises de imparidade dos ativos, nomeadamente dos investimentos financeiros em empresas do Grupo. As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8- 'Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações

financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

v) Gestão do Risco Financeiro

A atividade da Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rentabilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.j)).

Risco de mercado

a) Risco da taxa de câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

Sempre que possível, a Empresa tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível, a Empresa recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.j)).

Considerando os reduzidos valores de ativos e passivos em moeda estrangeira, o impacto da variação da taxa de câmbio não é significativo.

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade.

O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da Empresa é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*natural hedge*); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A Empresa apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de

taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/ transação que está a ser coberta;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da Empresa.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 12) encontra-se indexado a taxas variáveis, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Quando os *swaps* de taxa de juro são contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a Empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nacionais acordados

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da Empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento.

Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Empresa utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalecentes à data de Balanço.

Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39 – ‘Instrumentos Financeiros’), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a Empresa maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;

(ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;

(iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de rating previamente definidas pela Administração e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de

tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada na Nota 12.

Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto da Empresa apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da Empresa.

O montante relativo a outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, o qual se encontra líquido de imparidades, representa a máxima exposição da Empresa ao risco de crédito.

2. Ativos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

						2012
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto						
Saldo em 31 dezembro 2011	721.165	46.325	171	333.757	104	1.101.522
Aquisições	-	360	-	-	-	360
Saldo final em 31 março 2012	721.165	46.685	171	333.757	104	1.101.882
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas						
Saldo em 31 dezembro 2011	444.736	33.182	171	262.282	104	740.475
Amortizações do período	10.361	1.829	-	4.676	-	16.866
Saldo final em 31 março 2012	455.097	35.011	171	266.958	-	757.341
Valor líquido	266.068	11.674	-	66.799	-	344.541

						2011
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto						
Saldo em 31 dezembro 2010	721.165	46.325	171	332.060	619	1.100.340
Saldo final em 31 março 2011	721.165	46.325	171	332.060	619	1.100.340
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas						
Saldo em 31 dezembro 2010	403.292	25.891	170	241.851	318	671.522
Amortizações do período	10.361	1.824	-	5.593	32	17.810
Saldo final em 31 março 2011	413.653	27.715	170	247.444	350	689.332
Valor líquido	307.512	18.610	1	84.616	269	411.008

3. Ativos intangíveis

Nos períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2012
	Propriedade industrial	Software	Imobilizado em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2011	9.719	183.623	-	193.342
Saldo final em 31 março 2012	9.719	183.623	-	193.342
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2011	8.316	182.741	-	191.057
Amortizações do período	256	131	-	387
Saldo final em 31 março 2012	8.572	182.872	-	191.444
Valor líquido	1.147	751	-	1.898

				2011
	Propriedade industrial	Software	Imobilizado em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2010	9.719	183.247	376	193.342
Saldo final em 31 março 2011	9.719	183.247	376	193.342
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2010	7.281	177.585	-	184.866
Amortizações do período	265	1.269	-	1.534
Saldo final em 31 março 2011	7.546	178.854	-	186.400
Valor líquido	2.173	4.393	376	6.942

4. Classes de instrumentos financeiros

A 31 de março de 2012 e 2011, as classes de instrumentos financeiros eram como segue:

				2012
	Empréstimos e contas a receber	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes				
Outros ativos não correntes (Nota 6)	544.399.752	544.399.752	-	544.399.752
	544.399.752	544.399.752	-	544.399.752
Ativos correntes				
Outras dívidas de terceiros (Nota 8)	85.341.918	85.341.918	-	85.341.918
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	31.553.676	31.553.676	-	31.553.676
	116.895.594	116.895.594	-	116.895.594

				2011
	Empréstimos e contas a receber	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes				
Outros ativos não correntes (Nota 6)	768.415.652	768.415.652	-	768.415.652
	768.415.652	768.415.652	-	768.415.652
Ativos correntes				
Outras dívidas de terceiros (Nota 8)	10.426.310	10.426.310	3.021.455	13.447.765
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	11.581.737	11.581.737	-	11.581.737
	22.008.047	22.008.047	3.021.455	25.029.502

					2012
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 12)	288.831.843	-	288.831.843	-	288.831.843
	288.831.843	-	288.831.843	-	288.831.843
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 12)	145.288.907	-	145.288.907	-	145.288.907
Outras dívidas a terceiros (Nota 14)	-	338.644	338.644	520.280	858.924
	145.288.907	338.644	145.627.551	520.280	146.147.831

					2011
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 12)	362.592.644	-	362.592.644	-	362.592.644
	362.592.644	-	362.592.644	-	362.592.644
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 12)	104.991.773	-	104.991.773	-	104.991.773
Outras dívidas a terceiros (Nota 14)	-	41.782.301	41.782.301	1.720.449	43.502.750
	104.991.773	41.782.301	146.774.074	1.720.449	148.494.523

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros ativos/ passivos correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem constituídas por montantes não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

5. Investimentos em empresas do grupo

Em 31 de março de 2012 e 2011, esta rubrica incluía as partes de capital detidas em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	2012	2011
Optimus - Comunicações, S.A. ("Optimus")	898.576.231	785.076.231
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Telecom")	107.289.987	107.289.987
Sonaetelecom BV	75.009.902	75.009.902
Sonae com - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae com SI")	52.241.587	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	25.020.000
Be Artis - Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ("Be Artis")	8.230.885	8.230.885
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. ("Sontária")	6.120.239	6.120.239
Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ("Miauger")	4.568.100	4.568.100
Público - Comunicação Social, S.A. ("Público")	494.495	1.000.000
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ("PCJ")	50.000	50.000
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A. ("Sonaecom SP")	50.000	-
	1.177.651.426	1.064.606.931
Perdas de imparidade (Nota 13)	(80.122.497)	(77.409.902)
Total de investimentos em empresas do Grupo	1.097.528.929	987.197.029

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011, foram como segue:

Empresa	Saldo 31 dezembro 2011	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo 31 março 2012
Optimus	898.576.231	-	-	-	898.576.231
Sonae Telecom	107.289.987	-	-	-	107.289.987
Sonaetelecom BV	75.009.902	-	-	-	75.009.902
Sonae com SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	-	-	-	25.020.000
Be Artis	8.230.885	-	-	-	8.230.885
Sontária	6.120.239	-	-	-	6.120.239
Miauger	4.568.100	-	-	-	4.568.100
Público	494.495	-	-	-	494.495
PCJ	50.000	-	-	-	50.000
Sonaecom SP	-	50.000	-	-	50.000
	1.177.601.426	50.000	-	-	1.177.651.426
Imparidades (Nota 13)	(80.122.497)	-	-	-	(80.122.497)
	1.097.478.929	50.000	-	-	1.097.528.929

Empresa	Saldo 31 dezembro 2010	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo 31 março 2011
Optimus	764.876.231	20.200.000	-	-	785.076.231
Sonae Telecom	107.289.987	-	-	-	107.289.987
Sonaetelecom BV	75.009.902	-	-	-	75.009.902
Sonae com SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	-	-	-	25.020.000
Be Artis	8.230.885	-	-	-	8.230.885
Sontária	6.120.239	-	-	-	6.120.239
Miauger	4.568.100	-	-	-	4.568.100
Público	-	1.000.000	-	-	1.000.000
PCJ	50.000	-	-	-	50.000
	1.043.406.931	21.200.000	-	-	1.064.606.931
Imparidades (Nota 13)	(46.609.902)	(916.000)	-	(29.884.000)	(77.409.902)
	996.797.029	20.284.000	-	(29.884.000)	987.197.029

No período findo em 31 de março de 2012, o valor de 50.000 euros de aumentos na Sonaecom SP corresponde à participação de 100% na empresa Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A..

No período findo em 31 de março de 2011 o valor de 20.200.000 euros de aumentos na Optimus corresponde à aquisição de 1,6% do capital social desta subsidiária à Sonaecom BV.

O montante de 1.000.000 euros corresponde à aquisição, no período findo em 31 de março de 2011, da totalidade do capital social do Público – Comunicação Social, S.A. à Sonaetelecom BV.

A variação de perdas de imparidade acumuladas, no período findo em 31 de março de 2011, resulta do reforço efetuado no montante de 916.000 euros e da transferência no montante de 29.884.000 euros da rubrica de Outros ativos não correntes (Nota 6).

Em 31 de março de 2012 e 2011, a principal informação financeira (preparada de acordo com as normas IAS/IFRS) sobre as filiais detidas diretamente pela Empresa é como segue:

Empresa	Sede	2012			2011		
		% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Optimus	Maia	64,14%	468.206.109	14.065.305	55,14%	457.434.281	8.232.409
Sonae Telecom	Maia	100%	173.923.366	26.121.605	100%	165.249.616	(2.418)
Sonae com SI	Maia	100%	61.447.073	35.584.386	100%	40.014.030	463.447
Miauger	Maia	100%	10.621	(16.745)	100%	1.242.030	(18.008)
Sonaetelecom BV	Amesterdão	100%	1.616.582	3.954	100%	1.705.809	1.461.368
Sonaecom BV	Amesterdão	100%	14.517.233	(146.687)	100%	12.473.043	(1.023.205)
Be Artis	Maia	100%	250.314.607	(686.539)	100%	158.697.375	(8.564.273)
PCJ	Maia	100%	9.665.025	126.797	100%	13.286.276	246.276
Público (a)	Maia	100%	(534.412)	(916.182)	100%	785.005	(996.499)
Sontária	Maia	100%	106.097	44.528	100%	768.868	135.065
Sonaecom SP (b)	Maia	100%	49.766	(234)	-	-	-

(a) Empresa adquirida em janeiro de 2011.

(b) Empresa constituída em janeiro 2012.

Em 31 de março de 2012, a Sonaecom detinha indiretamente, através da Sonae Telecom SGPS, S.A., uma participação adicional na Optimus – Comunicações, S.A. de 35,86%, totalizando uma participação de 100%.

Em 31 de março de 2011, a Sonaecom detinha indiretamente, através da Sonae Telecom SGPS, S.A. e da Sonaecom BV, participações adicionais na Optimus – Comunicações, S.A. de 35,86% e 9,00%, respetivamente, totalizando uma participação de 100%.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais investimentos em empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas geralmente taxas de crescimento de cerca de 3% ou outras consideradas mais prudentes para casos específicos. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas.

	Taxa de desconto
Telecomunicações	9,50%
Multimédia	10,00%
Sistemas de informação	11,50%

6. Outros ativos não correntes

Em 31 de março de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Ativos financeiros		
Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do Grupo:		
Be Artis	194.179.000	346.185.000
Sonaecom BV	16.774.000	162.738.000
Sonae com SI	13.690.000	17.660.000
PCJ	5.145.000	5.000.000
Sontária	2.676.637	2.676.637
Sonaetelecom BV	200.000	18.141.000
Lugares Virtuais	-	1.170.000
	232.664.637	553.570.637
Prestações acessórias:		
Be Artis	265.889.115	165.889.115
Sonae Telecom SGPS	38.630.000	38.630.000
PCJ	12.990.000	12.990.000
Público	3.565.505	1.160.000
Miauger	1.105.000	800.000
	322.179.620	219.469.115
	554.844.257	773.039.752
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 13)	(10.444.505)	(4.624.100)
	544.399.752	768.415.652

Durante os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos em 'Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do Grupo' foram os seguintes:

	2012			
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Be Artis	179.734.000	14.445.000	-	194.179.000
Sonaecom BV	21.785.000	-	(5.011.000)	16.774.000
Sonae com SI	19.700.000	-	(6.010.000)	13.690.000
PCJ	5.160.000	-	(15.000)	5.145.000
Sontária	2.676.637	-	-	2.676.637
Sonaetelecom BV	200.000	-	-	200.000
	229.255.637	14.445.000	(11.036.000)	232.664.637

	2011			
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Be Artis	175.720.000	170.465.000	-	346.185.000
Sonaecom BV	168.158.000	-	(5.420.000)	162.738.000
Sonae com SI	21.190.000	-	(3.530.000)	17.660.000
Sonaetelecom BV	18.141.000	-	-	18.141.000
Sontária	2.676.637	-	-	2.676.637
Lugares Virtuais	1.170.000	-	-	1.170.000
Wedo Consulting	520.000	-	(520.000)	-
PCJ	-	5.000.000	-	5.000.000
	387.575.637	175.465.000	(9.470.000)	553.570.637

Durante os períodos findos em março de 2012 e 2011, os movimentos ocorridos em 'Prestações acessórias' foram os seguintes:

				2012
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Be Artis	265.889.115	-	-	265.889.115
Sonae Telecom SGPS	38.630.000	-	-	38.630.000
PCJ	12.990.000	-	-	12.990.000
Público	3.565.505	-	-	3.565.505
Miauger	1.105.000	-	-	1.105.000
	322.179.620	-	-	322.179.620

				2011
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Be Artis	165.889.115	-	-	165.889.115
Sonae Telecom SGPS	38.630.000	-	-	38.630.000
Miauger	800.000	-	-	800.000
PCJ	-	12.990.000	-	12.990.000
Público	-	19.000.000	(17.840.000)	1.160.000
	205.319.115	31.990.000	(17.840.000)	219.469.115

Durante os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011, os empréstimos a empresas do grupo venceram juros a uma taxa média de 4,75% e 3,86%, respetivamente. As prestações acessórias não vencem juros.

A variação de Perdas de imparidade acumuladas resulta do reforço efetuado durante o período no montante de 1.889.000 euros (Nota 13).

Os empréstimos concedidos e as prestações acessórias não têm um prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua maturidade.

A aferição da existência ou não de imparidade para os principais empréstimos concedidos a empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efectuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projectados para períodos de 5 anos, tendo por base as taxas de desconto e de crescimento em perpetuidade apresentadas na nota anterior (Nota 5).

7. Impostos diferidos

Em 31 de março de 2012, os valores de impostos diferidos não registrados por atualmente não ser provável a existência de lucros fiscais futuros para os absorver eram como se segue:

Ano em que foram gerados	Prejuízos reportáveis	Provisões não aceites e perdas por imparidade e outros	Total	Ativos por impostos diferidos
2001	-	3.463.000	3.463.000	917.695
2002	-	11.431.819	11.431.819	3.029.432
2003	-	31.154.781	31.154.781	8.256.017
2004	-	9.662.981	9.662.981	2.560.690
2005	-	(3.033.899)	(3.033.899)	(803.983)
2006	16.874.570	(149.858)	16.724.712	4.178.930
2007	54.563.604	(537.036)	54.026.568	13.498.586
2008	-	9.893.940	9.893.940	2.621.894
2009	-	9.903.475	9.903.475	2.624.421
2010	-	8.225.377	8.225.377	2.179.725
2011	-	10.005.010	10.005.010	2.651.328
2012	-	1.889.000	1.889.000	500.585
	71.438.174	91.908.590	163.346.764	42.215.320

Em 31 março de 2012, a taxa de imposto utilizada para cálculo dos ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis foi de 25%, e de 26,5% para os restantes ativos e passivos por impostos diferidos. Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registrado nos períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011 é como se segue:

	2012	2011
Resultado antes de imposto	76.585.678	(578.299)
Imposto 25%	(19.146.420)	144.575
Tributação autónoma, derrama e correção imposto do ano anterior	(4.941)	(77.194)
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente (Nota 13)	(472.250)	(809.000)
Ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente	19.715.030	-
Impostos registrados no período	91.419	(741.619)

Os ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente referentes a 2012 são relativos, essencialmente, a dividendos recebidos (Nota 16), os quais não concorrem para a formação do lucro tributável do período.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2008 (inclusivé), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da Empresa corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais classificadas como prováveis que não se encontrem provisionadas e que devam ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2012.

8. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de março de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Outros devedores	85.357.402	10.428.240
Estado e outros entes públicos	-	3.021.455
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 13)	(15.484)	(1.930)
	<u>85.341.918</u>	<u>13.447.765</u>

Em 31 de março de 2012, a rubrica 'Outros Devedores' incluía saldos a receber de diversas empresas do Grupo, relativos a dividendos, no montante de 78.877.861 euros, juros de suprimentos, juros de aplicações de tesouraria e de diversos serviços prestados (Nota 18).

O valor registado em Estado e outros entes públicos, em 31 de março de 2011, diz respeito a pagamentos especiais por conta, retenções efectuadas por terceiros e imposto a recuperar.

9. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de março de 2012 e 2011, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2012	2011
Numerário	14.148	10.319
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	30.528	91.418
Aplicações de tesouraria	31.509.000	11.480.000
	<u>31.553.676</u>	<u>11.581.737</u>
Descobertos bancários (Nota 12)	(38.555)	-
	<u>31.515.121</u>	<u>11.581.737</u>

Em 31 de março de 2012 e 2011, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2012	2011
Aplicações bancárias	10.625.000	4.230.000
Artis	8.040.000	-
Be Towering	6.870.000	-
We Do	3.090.000	2.500.000
Público	2.054.000	-
Lugares Virtuais	570.000	-
Sontária	165.000	-
Sonae com SI	95.000	-
PCJ	-	4.750.000
	<u>31.509.000</u>	<u>11.480.000</u>

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 31 de março de 2012, venceram juros a uma taxa média de 4,55% (3,99% em 2011).

10. Capital social

Em 31 de março de 2012 e 2011, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 ações ordinárias escriturais e nominativas, com o valor unitário de 1 euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	2012		2011	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	52,99%	183.374.470	50,07%
Ações dispersas em Bolsa	80.761.848	22,05%	72.990.796	19,93%
Atlas Service Belgium	73.249.374	20,00%	73.249.374	20,00%
Millenium BCP	12.500.998	3,41%	12.500.998	3,41%
Ações próprias (Nota 11)	5.020.529	1,37%	9.058.807	2,47%
Sonae SGPS	650.000	0,18%	838.649	0,23%
Efanor Investimentos, S.G.P.S., S.A.	1.000	0,00%	1.000	0,00%
Sonae Investments BV	-	-	10.500.000	2,87%
Santander Asset Management*	-	-	3.732.774	1,02%
	366.246.868	100,00%	366.246.868	100,00%

* Por já não corresponder a uma participação qualificada, o número de ações detidas pelo Santander Asset Management, com base na informação obtida em 16 de fevereiro de 2011, foi incluído nas ações dispersas em Bolsa.

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

11. Ações próprias

Durante o período findo em 31 de março de 2012, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 325.098 ações próprias, no âmbito do seu Plano de Incentivos de Médio Prazo.

Adicionalmente, a Sonaecom alienou às suas subsidiárias um total de 3.479.058 ações, ao preço médio de 1,171 euros, no âmbito do Plano de Incentivos de Médio Prazo de cada uma das empresas, e concedeu um empréstimo, em ações, a algumas subsidiárias, correspondente a 942.786 ações, tendo como referência um preço de 1,91 euros,

Durante o período findo em 31 de março de 2012, a Empresa adquiriu ainda 722.271 novas ações (a um preço médio de 1,223 euros), detendo no final do período 5.020.529 ações próprias, representativas de 1,37% do seu capital social, a um preço médio de 1,452 euros.

12. Empréstimos

Em 31 de março de 2012 e 2011, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2012	2011
'Obrigações Sonaecom SGPS 2005'	150.000.000	jun-13	Final	150.000.000	150.000.000
'Obrigações Sonaecom SGPS 2011'	100.000.000	mar-15	Final	100.000.000	-
'Obrigações Sonaecom SGPS 2010'	40.000.000	mar-15	Final	40.000.000	40.000.000
'Obrigações Sonaecom SGPS 2010'	30.000.000	fev-13	Final	-	30.000.000
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	-	-	-	(2.539.092)	(1.714.640)
Juros corridos não vencidos	-	-	-	1.370.935	1.072.845
				288.831.843	219.358.205
Papel comercial	150.000.000	jul-12	-	-	143.000.000
Juros corridos não vencidos	-	-	-	-	234.439
				-	143.234.439
				288.831.843	362.592.644

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2012	2011
'Obrigações Sonaecom SGPS 2010'	30.000.000	fev-13	Final	30.000.000	-
Papel comercial	150.000.000	jul-12	-	100.000.000	-
Papel comercial	25.000.000	abr-12	-	13.000.000	16.000.000
Papel comercial	40.000.000	mai-11	-	-	20.000.000
Papel comercial	15.000.000	jun-12	-	-	5.000.000
Juros corridos e não vencidos	-	-	-	258.143	67.217
Aplicações de tesouraria	-	-	-	1.992.209	63.924.556
Descobertos Bancários	-	-	-	38.555	-
				145.288.907	104.991.773

Empréstimos Obrigacionistas

Em junho de 2005, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 150 milhões de euros sem garantias e pelo prazo de 8 anos. As obrigações vencem juros variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Millenium BCP Investimento.

Em fevereiro e março de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de dois outros Empréstimos Obrigacionistas, ambos por subscrição particular, nos montantes de 30 e 40 milhões de euros, sem garantias, e pelos prazos de 3 e 5 anos, respetivamente. Ambos os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Estas emissões foram organizadas e montadas, respetivamente, pelo Banco Espírito Santo de Investimento e pelo Caixa – Banco de Investimento. Estas emissões obrigacionistas foram admitidas à negociação no mercado da Euronext Lisbon.

Em setembro de 2011, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 100 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 3,5 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo BNP Paribas, ING Belgium SA/NV e WestLB AG.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é, exclusivamente, garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no período, foi de 3,52% (2,46%, em 2011).

Programas de Papel Comercial

Em julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa – Banco de Investimento. De acordo com as condições iniciais de emissão, este Programa foi reduzido para 150 milhões de euros em julho de 2010.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Adicionalmente, a Sonaecom dispõe de três outros Programas de Emissões de Papel Comercial, com garantias de subscrição, com as seguintes características:

Montante	Data de contratação	Garantia de subscrição	Maturidade
25 milhões de euros	abril de 2010	Bankia (representação em Portugal)	23-abr-12
5 milhões de euros	abril de 2010	Banco BPI	1 ano, eventualmente renovável
15 milhões de euros	junho de 2010	Caixa Económica Montepio Geral	1 ano, eventualmente renovável
10 milhões de euros *	novembro de 2010	Banco Popular	1 ano, eventualmente renovável

* Pode também ser utilizado sob a forma de descoberto autorizado.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

Em 31 de março de 2012, os principais condicionalismos financeiros (*covenants*) incluídos em contratos de dívida estão relacionados com o empréstimo obrigacionista contraído pela Sonaecom em setembro de 2011, no montante total de 100 milhões de euros e que estabelecem: (i) a obrigatoriedade de a Sonaecom, a Optimus, a Artis e a Sonae Telecom, assim como as empresas cujos ativos e EBITDA sejam iguais ou superiores a 15% dos ativos e do EBITDA consolidado (*material subsidiaries*) representem, no seu conjunto, 80% ou mais do EBITDA do Grupo e dos Ativos Consolidados do Grupo; e (ii) a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3 vezes o EBITDA consolidado. Adicionalmente, este e outros empréstimos da Sonaecom estão abrangidos por cláusulas de Negative pledge, as quais impõem determinadas restrições à oneração ou constituição de garantias reais sobre os ativos tangíveis das *material subsidiaries* e obrigam à manutenção de controlo sobre a Optimus. As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado do financiamento obtido.

Em 31 de março de 2012, a Sonaecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados.

Linhas de Crédito Bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 19 milhões de euros. Estas linhas de crédito têm prazos de até um ano, automaticamente renováveis exceto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

Durante os períodos findos em 2012 e 2011, o detalhe das aplicações tesouraria recebidas de empresas filiais, foram os seguintes:

	2012	2011
Sonaetelecom BV	1.824.492	-
Optimus	72.818	47.190.072
Sonaecom SP	40.071	-
Digitmarket	38.283	4.898.872
Público	6.259	2.068.098
Mainroad	6.105	1.122.820
Sontária	2.254	246.116
Miauger	1.287	961.970
Sonae com SI	366	273
Wedo Consulting	178	30
Sonae Telecom	85	10.052
Be Towering	12	7.295.351
Lugares Virtuais	-	100.296
Saphety	-	15.405
Be Artis	-	15.201
	1.992.209	63.924.556

As aplicações de tesouraria de empresas do Grupo têm prazo de reembolso inferior a um ano e são remuneradas com base em taxas de juro de mercado. Durante os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011, as aplicações de tesouraria venceram juros a uma taxa média de 3,80% e 0,82%, respetivamente.

Em 31 de março de 2012 e 2011, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	março 2013	março 2014	março 2015	março 2016	março 2017
2012					
Empréstimo obrigacionista					
Amortização	-	150.000.000	140.000.000	-	-
Juros	9.439.500	6.471.505	5.503.397	-	-
Papel comercial					
Amortização	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	-	-
	9.439.500	156.471.505	145.503.397	-	-
2011					
Empréstimo obrigacionista					
Amortização	-	30.000.000	150.000.000	40.000.000	-
Juros	5.580.447	5.416.485	2.119.844	1.383.189	-
Papel comercial					
Amortização	-	143.000.000	-	-	-
Juros	1.887.627	624.052	-	-	-
	7.468.075	179.040.537	152.119.844	41.383.189	-

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de uma semana a seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de um a cinco anos, facto pelo qual se encontra classificado no passivo não corrente no período findo em 31 de março de 2011.

À data de 31 de março de 2012 e 2011, as linhas de crédito disponíveis pela Empresa eram como se segue:

Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
				Até 12 meses	Mais de 12 meses
2012					
Papel comercial	150.000.000	100.000.000	50.000.000	x	
Papel comercial	30.000.000	13.000.000	17.000.000	x	
Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Papel comercial	10.000.000	-	10.000.000	x	
Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	100.000.000	100.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-	x	
Contas caucionadas	16.500.000	-	16.500.000	x	
Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x	
	544.000.000	433.000.000	111.000.000		
2011					
Papel comercial	150.000.000	143.000.000	7.000.000		x
Papel comercial	40.000.000	20.000.000	20.000.000	x	
Papel comercial	30.000.000	16.000.000	14.000.000	x	
Papel comercial	15.000.000	5.000.000	10.000.000	x	
Papel comercial	10.000.000	-	10.000.000	x	
Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-		x
Contas caucionadas	16.500.000	-	16.500.000	x	
Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x	
	484.000.000	404.000.000	80.000.000		

Em 31 de março de 2012 e 2011, não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro.

13. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências	Utilizações	Saldo Final
2012					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 8)	1.930	15.387	-	(1.833)	15.484
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do Grupo (Notas 5 e 16)	80.122.497	-	-	-	80.122.497
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 6 e 16)	8.555.505	1.889.000	-	-	10.444.505
Provisões para outros riscos e encargos	68.654	2.280	-	-	70.934
	88.748.586	1.906.667	-	-	90.653.420
2011					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 8)	1.930	-	-	-	1.930
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do Grupo (Notas 5 e 16)	46.609.902	916.000	29.884.000	-	77.409.902
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 6 e 16)	32.188.100	2.320.000	(29.884.000)	-	4.624.100
Provisões para outros riscos e encargos	56.487	12.167	-	-	68.654
	78.856.419	3.248.167	-	-	82.104.586

Os incrementos em provisões e perdas de imparidade são registados por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas de imparidade" da demonstração de resultados, com exceção dos incrementos em perdas de imparidade em investimentos em empresas do Grupo e em outros ativos não correntes que, dada a sua natureza, são registados por contrapartida de custos financeiros na rubrica "Ganhos e perdas em investimentos em empresas do Grupo" (Nota 16).

Em 31 de março de 2012 e 2011, o reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos', inclui o montante de 2.280 euros e 12.167 euros, respetivamente, registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento do exercício', atendendo à natureza da mesma (Nota 17).

14. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de março de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Outros credores	338.644	41.782.301
Estado e outros entes públicos	520.280	1.720.449
	858.924	43.502.750

Em 31 de março de 2011, a rubrica 'Outros credores' incluía o montante de 20.200.000 euros, referentes à aquisição de 1,6% da participação da Optimus à Sonaecom BV e 20.000.000 euros relativos à aquisição do Público à Sonaetelecom BV.

15. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de março de 2012 e 2011, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2012	2011
Trabalhos especializados	432.715	555.382
Deslocações e estadas	22.456	22.207
Rendas e alugueres	20.391	27.390
Outros fornecimentos e serviços externos	29.916	103.032
	505.478	708.011

16. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011 têm a seguinte composição:

	2012	2011
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do Grupo		
Perdas relativas a empresas do Grupo (Notas 5, 6 e 13)	(1.889.000)	(3.236.000)
Ganhos relativos a empresas do Grupo	78.877.861	-
	76.988.861	(3.236.000)
Outros custos financeiros		
Juros suportados:		
Empréstimos bancários	(783.913)	(793.351)
Outros empréstimos	(2.966.264)	(1.509.434)
	(3.750.177)	(2.302.785)
Outros custos financeiros	(79.143)	(2.403)
	(79.143)	(2.403)
	(3.829.320)	(2.305.188)
Outros proveitos financeiros		
Juros obtidos	3.653.208	5.446.512
Diferenças de câmbio favoráveis	182	308
	3.653.390	5.446.820

Em 31 de março de 2012, os ganhos relativos a empresas do Grupo respeitam a dividendos recebidos das filiais Optimus (46.726.961 euros), Sonae Telecom (17.434.926 euros), Sonae com SI (14.132.501 euros) e Sontária (583.473 euros).

17. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2012	2011
Imposto Corrente	93.699	(729.452)
Provisão para impostos (Nota 13)	(2.280)	(12.167)
Saldo final	91.419	(741.619)

18. Entidades relacionadas

Durante os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011, os principais saldos e transações mantidos com entidades relacionadas (as quais se detalham em anexo) são como segue:

	Saldos a 31 de março de 2012				
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros ativos / (passivos)	Empréstimos concedidos / (obtidos)
Optimus	46.553.806	98.670	-	1.946.468	(72.818)
Artis	61.216	2.771	8.040.000	4.311.741	194.179.000
Sonae com SI	14.335.028	(3.163)	95.000	57.364	13.689.634
Sonaecom BV	442.613	-	-	85.136	16.774.000
Sonae Telecom SGPS	17.429.392	-	-	88	(85)
Be Towering	-	564.631	6.870.000	244.434	(12)
Público	-	1.099.822	2.054.000	22.507	(6.259)
Wedo	7.501.079	-	3.090.000	130.747	(178)
PCJ	165.586	-	-	21.361	5.145.000
Sonaetelecom BV	4.551	-	-	783	(1.624.492)
Outros	723.922	444.776	735.000	362.985	2.588.637
	87.217.194	2.207.506	20.884.000	7.183.614	230.672.428

	Saldos a 31 de março de 2011				
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros ativos / (passivos)	Empréstimos concedidos / (obtidos)
Optimus	365.286	449.112	-	970.228	(47.190.072)
Artis	2.413.322	1.365.559	-	1.930.165	346.169.799
Sonae com SI	175.252	29.325	-	80.528	17.659.727
Sonaecom BV	7.210.155	20.200.000	-	558.788	162.738.000
Sonae Telecom SGPS	-	18.665	-	-	(10.052)
Be Towering	9.181	-	-	16.563	(7.295.351)
Público	586	-	-	23.994	(2.068.098)
Wedo	4.853	(875.597)	2.500.000	11.101	(30)
PCJ	588	-	4.750.000	15.925	5.000.000
Sonaetelecom BV	77.004	20.000.000	-	60.789	18.141.000
Outros	127.435	392.557	-	172.607	(3.498.842)
	10.383.662	41.579.621	7.250.000	3.840.688	489.646.081

	Transações a 31 de março de 2012		
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos / (suportados)
Optimus	826.779	206.035	(71.264)
Artis	-	3.593	2.551.808
Be Towering	-	(11.210)	71.666
We Do	38.715	-	7.939
Sonaecom BV	-	-	461.651
Outros	98.927	118.830	370.209
	964.421	317.248	3.392.009

			Transações a 31 de março de 2011
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos / (suportados)
Optimus	864.933	270.196	128.500
Artis	-	(1.138)	3.049.882
Be Towering	-	(11.196)	(11.433)
We Do	-	-	15.763
Sonaecom BV	-	-	1.719.751
Outros	2.856	144.967	390.108
	867.789	402.829	5.292.571

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

19. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de março de 2012 e 2011, tinha a seguinte composição:

Beneficiário da garantia	Descrição	2012	2011
Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	7.360.875	7.360.875
Direção de Contribuições e Impostos	Fiscalização Geral 2005	754.368	754.368
		8.115.243	8.115.243

Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas duas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.844.270 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da Optimus até ao montante de 9.264.267 euros.

Em 31 de março de 2012 e 2011, é convicção do Conselho de Administração da Empresa que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras anexas.

20. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do período (76.677.097 euros em 2012 e 1.319.918 euros negativos em 2011) pelo número médio de ações existente durante os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011 deduzidas das ações próprias (358.543.225 euros em 2012 e 357.056.361 euros em 2011).

21. Planos de Incentivo de Médio Prazo

Em junho de 2000, a Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae SGPS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na Empresa durante esse período.

Durante o período findo em 31 de março de 2012, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Cotação na data de atribuição*	Período de Diferimento		31 março 2012	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de opções / ações
Ações Sonaecom					
Plano 2008	1,117	10 Mar 09	09 Mar 12	-	-
Plano 2009	1,685	10 Mar 10	08 Mar 13	4	232.349
Plano 2010	1,399	10 Mar 11	10 Mar 14	3	241.773
Plano 2011	1,256	09 Mar 12	10 Mar 15	3	264.188
Ações Sonae SGPS					
Plano 2008	0,526	10 Mar 09	09 Mar 12	-	-
Plano 2009	0,761	10 Mar 10	08 Mar 13	4	314.954
Plano 2010	0,813	10 Mar 11	10 Mar 14	3	260.365
Plano 2011	0,458	09 Mar 12	10 Mar 15	3	452.514

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição para as ações Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de Acionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as ações Sonae SGPS.

Durante o período findo em 31 de março de 2012, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonaecom		Ações Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações	Número agregado de participantes	Número de ações
Saldo a 31 dezembro 2011:				
Ainda diferidas	-	-	-	-
Total	11	799.220	11	981.095
Movimentos no ano:				
Atribuídas	3	264.188	3	452.514
Vencidas	(4)	(325.098)	(4)	(405.776)
Canceladas / extintas / corrigidas*	-	-	-	-
Saldo a 31 março 2012:				
Ainda diferidas	10	738.310	10	1.027.833
Total	10	738.310	10	1.027.833

* As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

Para os planos de ações Sonaecom, S.G.P.S., S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data da atribuição de cada plano. A responsabilidade de tais planos é de 479.133 euros e foi registada na rubrica "Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo". Para os planos de ações Sonae SGPS, com exceção de um dos planos, o Grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. A responsabilidade de tais planos é registada nas rubricas de "Outros passivos correntes", "Outros passivos não correntes".

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no período findo em 31 de março de 2012 são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	5.285.497
Custos reconhecidos no período	200.315
Custo de planos exercidos em exercícios anteriores	(4.062.646)
Custos de planos exercidos no período	(629.590)
	<u>793.576</u>
Registados em Outros passivos correntes	201.163
Registados em Outros passivos não correntes	113.280
Registados em Reservas	<u>479.133</u>

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 3 de maio de 2012.

Anexo

A 31 de março de 2012, as partes relacionadas da Sonaecom, S.G.P.S., são como segue:

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	Gervais Gilles Pellissier
Ana Paula Garrido Pina Marques	Jean-François René Pontal
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	José Manuel Pinto Correia
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Manuel Antonio Neto Portugal Ramalho Eanes
António de Sampaio e Mello	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
David Charles Denholm Hobley	Miguel Nuno Santos Almeida
David Graham Shenton Bain	Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão
David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves	Paulo Joaquim dos Santos Plácido
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro
Franck Emmanuel Dangeard	Rui José Silva Goncalves Paiva
Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Christine Cross
Álvaro Cuervo Garcia	José Manuel Neves Adelino
Belmiro de Azevedo	Michel Marie Bon
Bernd Hubert Joachim Bothe	
Empresas do Grupo Sonae/Efanor	
3DO Holding GmbH	Avenida M – 40, S.A.
3DO Shopping Centre GmbH	Azulino Imobiliária, S.A.
3shoppings – Holding,SGPS, S.A.	BA Business Angels, SGPS, SA
8ª Avenida Centro Comercial, SA	BA Capital, SGPS, SA
ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda	BB Food Service, S.A.
ADDmakler Administração e Corretagem de Seguros Ltda	Beralands BV
ADDmakler Administradora, Corretora de Seguros Partic. Ltda	Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.
Adlands B.V.	BHW Beeskow Holzwerkstoffe
Aegean Park, S.A.	Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Boavista Shopping Centre BV
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	BOM MOMENTO – Comércio Retalhista, SA
Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom., S.A.	Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Águas Furtadas Sociedade Agrícola, SA	Carnes do Continente – Ind.Distr.Carnes, S.A.
Airone – Shopping Center, Srl	Casa Agrícola de Ambrães, S.A.
ALBCC Albufeirashopping C.Comercial SA	Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A.
ALEXA Administration GmbH	Cascaishopping – Centro Comercial, S.A.
ALEXA Asset GmbH & Co KG	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
ALEXA Holding GmbH	CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial,SA
ALEXA Shopping Centre GmbH	Centro Colombo – Centro Comercial, S.A.
Algarveshopping – Centro Comercial, S.A.	Centro Residencial da Maia,Urban., S.A.
Alpêssego – Soc. Agrícola, S.A	Centro Vasco da Gama – Centro Comercial, S.A.
Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.	Change, SGPS, S.A.
Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda	Chão Verde – Soc.Gestora Imobiliária, S.A.
Arat inmebles, S.A.	Cinclus Imobiliária, S.A.
ARP Alverca Retail Park,SA	Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.
Arrábidashopping – Centro Comercial, S.A.	Coimbrashopping – Centro Comercial, S.A.
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Colombo Towers Holding, BV
Atlantic Ferries – Tráf.Loc,Flu.e Marít, S.A.	Contacto Concessões, SGPS, S.A.
Avenida M – 40 B.V.	Contibomba – Comérc.Distr.Combustiveis, S.A.

<p>Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A. Continente Hipermercados, S.A. Contry Club da Maia-Imobiliária, S.A. Cooper Gay Swett & Crawford Lt Craiova Mall BV Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A. Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A. Darbo S.A.S Deutsche Industrieholz GmbH Discovery Sports, SA Dortmund Tower GmbH Dos Mares – Shopping Centre B.V. Dos Mares – Shopping Centre, S.A. Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A. Ecociclo II Edições Book.it, S.A. Edifícios Saudáveis Consultores, S.A. Efanor Investimentos, SGPS, S.A. Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A. El Rosal Shopping, S.A. Emfísico Boavista Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A. Equador & Mendes, Lda Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A. Estação Viana – Centro Comercial, S.A. Estêvão Neves – Hipermercados Madeira, S.A. Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A. Farmácia Seleção, S.A. Fashion Division Canárias, SL Fashion Division, S.A. Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A. Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A. Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l. Frieengineering International Ltda Fundo de Invest. Imobiliário Imosede Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A. Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A. GHP GmbH Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl Glunz AG Glunz Service GmbH</p>	<p>Glunz UK Holdings Ltd Glunz Uka GmbH GMET, ACE Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A. Guimarãeshopping – Centro Comercial, S.A. Harvey Dos Iberica, S.L. Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda HighDome PCC Limited Iberian Assets, S.A. Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A. Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A. Imoareaia – Invest. Turísticos, SGPS, S.A. Imobiliária da Cacela, S.A. Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A. Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A. Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A. Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A. Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A. Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A. Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A. Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A. Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A. Imoponte – Soc.Imobiliaria, S.A. Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A. Imoresultado – Soc.Imobiliaria, S.A. Imosedas – Imobiliária e Seviços, S.A. Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A. Imosonae II Impaper Europe GmbH & Co. KG Implantação – Imobiliária, S.A. Infocfield – Informática, S.A. Infratroia, EM Inparsa – Gestão Galeria Comercial, S.A. Inparvi SGPS, S.A. Integrum - Energia, SA Integrum Colombo Energia, S.A. Interlog – SGPS, S.A. Invesaude - Gestão Hospitalar S.A. Investalentejo, SGPS, S.A. Ioannina Development of Shopping Centres, SA Isoroy SAS La Farga – Shopping Center, SL Laminate Park GmbH Co. KG</p>
---	---

<p>Larim Corretora de Resseguros Ltda Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A. Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A. LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl Libra Serviços, Lda. Lidergraf – Artes Gráficas, Lda. Loop5 Shopping Centre GmbH Loureshopping – Centro Comercial, S.A. Luz del Tajo – Centro Comercial S.A. Luz del Tajo B.V. Madeirashopping – Centro Comercial, S.A. Maiashopping – Centro Comercial, S.A. Maiequipa – Gestão Florestal, S.A. Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda Marcas MC, ZRT Marina de Tróia S.A. Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A. Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A. Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A. MDS Affinity - Sociedade de Mediação, Lda MDS Assoc. Corretora de Seguros Ltda MDS Consultores, S.A. MDS Corretor de Seguros, S.A. MDS Malta Holding Limited MDS SGPS, SA MDSAUTO - Mediação de Seguros, SA Megantic BV Miral Administração e Corretagem de Seguros Ltda MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A. Mlearning - Mds Knowledge Centre, Unip, Lda Modalfa – Comércio e Serviços, S.A. MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A. Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A. Modelo Continente Hipermercados, S.A. Modelo Continente Intenational Trade, SA Modelo Hiper Imobiliária, S.A. Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A. Modus Faciendi - Gestão e Serviços, S.A. Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A. Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda Mundo Vip – Operadores Turísticos, S.A. Munster Arkaden, BV Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.</p>	<p>Norteshopping – Centro Comercial, S.A. Norteshopping Retail and Leisure Centre, BV Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T, Ld Nova Equador P.C.O. e Eventos Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A. OSB Deustchland GmbH PantheonPlaza BV Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A. Pareuro, BV Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A. Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A. Parque D. Pedro 1 B.V. Parque D. Pedro 2 B.V. Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A. Parque Principado SL Pátio Boavista Shopping Ltda. Pátio Campinas Shopping Ltda Pátio Goiânia Shopping Ltda Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda Pátio Penha Shopping Ltda. Pátio São Bernardo Shopping Ltda Pátio Sertório Shopping Ltda Pátio Uberlândia Shopping Ltda Peixes do Continente – Ind.Dist.Peixes, S.A. Pharmaconcept – Actividades em Saúde, S.A. PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A. PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda Plaza Éboli B.V. Plaza Éboli – Centro Comercial S.A. Plaza Mayor Holding, SGPS, SA Plaza Mayor Parque de Ócio BV Plaza Mayor Parque de Ocio, SA Plaza Mayor Shopping BV Plaza Mayor Shopping, SA Ploi Mall BV Plysorol, BV Poliface North America POLINSUR – Mediação de seguros, LDA PORTCC - Portimãoshopping Centro Comercial, SA Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A. Praedium – Serviços, S.A. Praedium II – Imobiliária, S.A. Praedium SGPS, S.A. Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A. Prédios Privados Imobiliária, S.A.</p>
--	--

<p>Predisedas - Predial das Sedas, S.A. Pridelease Investments, Ltd Proj. Sierra Germany 4 (four) - Sh.C.GmbH Proj.Sierra Germany 2 (two) - Sh.C.GmbH Proj.Sierra Germany 3 (three) - Sh.C.GmbH Proj.Sierra Italy 1 - Shop.Centre Srl Proj.Sierra Italy 2 - Dev. Of Sh.C.Srl Proj.Sierra Italy 3 - Shop. Centre Srl Proj.Sierra Italy 5 - Dev. Of Sh.C.Srl Proj.Sierra Portugal VIII - C.Comerc., S.A. Project 4, Srl Project SC 1 BV Project SC 2 BV Project Sierra 2 B.V. Project Sierra 6 BV Project Sierra 7 BV Project Sierra 8 BV Project Sierra 9 BV Project Sierra Brazil 1 B.V. Project Sierra Charagionis 1 S.A. Project Sierra Four, SA Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV Project Sierra Spain 1 B.V. Project Sierra Spain 2 - Centro Comer. S.A. Project Sierra Spain 2 B.V. Project Sierra Spain 3 - Centro Comer. S.A. Project Sierra Spain 3 B.V. Project Sierra Spain 6 B.V. Project Sierra Spain 7 - Centro Comer. S.A. Project Sierra Spain 7 B.V. Project Sierra Three Srl Project Sierra Two Srl Promessa Sociedade Imobiliária, S.A. Prosa - Produtos e serviços agrícolas, S.A. Puravida - Viagens e Turismo, S.A. Quorum Corretora de seguros LT Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A. RASO - Viagens e Turismo, S.A. RASO, SGPS, S.A. Rio Sul - Centro Comercial, S.A. River Plaza Mall, Srl River Plaza, BV</p>	<p>Rochester Real Estate, Limited RSI Corretora de Seguros Ltda S.C. Microcom Doi Srl Saúde Atlântica - Gestão Hospitalar, S.A. SC - Consultadoria, S.A. SC - Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A. SC Aegean B.V. SC Assets SGPS, S.A. SC Finance BV SC Mediterraneo Cosmos B.V. SC, SGPS, SA SCS Beheer, BV Selfrio,SGPS, S.A. Selifa - Empreendimentos Imobiliários, S.A. Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A. Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda SERENITAS-SOC.MEDIAÇÃO SEG.LDA Serra Shopping - Centro Comercial, S.A. Sesagest - Proj.Gestão Imobiliária, S.A. Sete e Meio - Invest. Consultadoria, S.A. Sete e Meio Herdades - Inv. Agr. e Tur., S.A. Shopping Centre Parque Principado B.V. Shopping Penha B.V. Siaf - Soc.Iniciat.Aprov.Florestais - Energia, S.A. SIAL Participações Ltda Sierra Asset Management - Gest. Activos, S.A. Sierra Berlin Holding BV Sierra Central S.A.S Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A. Sierra Charagionis Propert.Management S.A. Sierra Corporate Services - Ap.Gestão, S.A. Sierra Corporate Services Holland, BV Sierra Develop.Iberia 1, Prom.Imob., S.A. Sierra Development of Shopping Centres Greece, S.A. Sierra Developments - Serv. Prom.Imob., S.A. Sierra Developments Germany GmbH Sierra Developments Holding B.V. Sierra Developments Italy S.r.l. Sierra Developments Romania, Srl Sierra Developments Spain - Prom.C.Com.SL Sierra Developments, SGPS, S.A. Sierra Enplanta Ltda Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.</p>
---	--

Sierra GP Limited	Sonae Novobord (PTY) Ltd
Sierra Investimentos Brasil Ltda	Sonae RE, S.A.
Sierra Investments (Holland) 1 B.V.	Sonae Retalho Espana – Servicios Gen., S.A.
Sierra Investments (Holland) 2 B.V.	Sonae SGPS, S.A.
Sierra Investments Holding B.V.	Sonae Sierra Brasil S.A.
Sierra Investments SGPS, S.A.	Sonae Sierra Brazil B.V.
Sierra Italy Holding B.V.	Sonae Sierra, SGPS, S.A.
Sierra Management Germany GmbH	Sonae Tafibra Benelux, BV
Sierra Management Greece S.A.	Sonae Turismo – SGPS, S.A.
Sierra Management Italy S.r.l.	Sonae UK, Ltd.
Sierra Management Portugal – Gest. CC, S.A.	Sonaegest – Soc.Gest.Fundos Investimentos
Sierra Management Romania, Srl	SONAEMC - Modelo Continente, SGPS, S.A.
Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.	Sondis Imobiliária, S.A.
Sierra Management, SGPS, S.A.	Sontel BV
SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.	Sontur BV
SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	Sonvecap BV
SISTAVAC, S.A.	Sopair, S.A.
SKK – Central de Distr., S.A.	Sotáqua – Soc. de Empreendimentos Turist
SKK SRL	Spanboard Products, Ltd
SKKFDR – Ser. For. e Desen. de Recursos	SPF – Sierra Portugal Real Estate, Sarl
Sociedade de Construções do Chile, S.A.	Spinarq - Engenharia, Energia e Ambiente, SA
Société de Tranchage Isoroy S.A.S.	Spinveste – Gestão Imobiliária SGII, S.A.
Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.	Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.
Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.	Sport Retalho Espanha – Servicios Gen., S.A.
Soconstrução BV	Sport Zone – Comércio Art.Desporto, S.A.
Sodesa, S.A.	Sport Zone – Turquia
Soflorin, BV	Sport Zone Canárias, SL
Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.	Sport Zone Espanha-Com.Art.de Deporte,SA
Solinca - Eventos e Catering, SA	Spred, SGPS, SA
Solinca - Health and Fitness, SA	Stinnes Holz GmbH
Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.	Tableros Tradema, S.L.
Solinfitness – Club Malaga, S.L.	Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, SL
Solingen Shopping Center GmbH	Tafibra Polska Sp.z.o.o.
Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.	Tafibra South Africa
Somit Imobiliária	Tafibra Suisse, SA
SONAE - Specialized Retail, SGPS, SA	Tafisa – Tableros de Fibras, S.A.
Sonae Capital Brasil, Lda	Tafisa Canadá Societé en Commandite
Sonae Capital,SGPS, S.A.	Tafisa France, S.A.
Sonae Center II S.A.	Tafisa UK, Ltd
Sonae Center Serviços, S.A.	Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, SL
Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.	Tarkett Agepan Laminare Flooring SCS
Sonae Indústria – SGPS, S.A.	Tecmasa Recicladados de Andalucía, SL
Sonae Indústria de Revestimentos, S.A.	Terra Nossa Corretora de Seguros Ltda
Sonae Indústria Manag. Serv, SA	Têxtil do Marco, S.A.
Sonae Investimentos, SGPS, SA	Tlantic Portugal – Sist. de Informação, S.A.

<p>Tlantic Sistemas de Informação Ltdª Todos os Dias – Com.Ret.Expl.C.Comer., S.A. Tool GmbH Torre Ocidente Imobiliária, S.A. Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A. TP – Sociedade Térmica, S.A. Troia Market, S.A. Tróia Natura, S.A. Troiareort – Investimentos Turísticos, S.A. Troiaverde – Expl.Hoteleira Imob., S.A. Tulipamar – Expl.Hoteleira Imob., S.A. Unishopping Administradora Ltda. Unishopping Consultoria Imob. Ltda. Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A. Valecenter Srl Valor N, S.A. Vastgoed One – Sociedade Imobiliária, S.A.</p>	<p>Vastgoed Sun – Sociedade Imobiliária, S.A. Via Catarina – Centro Comercial, S.A. Viajens y Turismo de Geotur España, S.L. Vistas do Freixo, SA Vuelta Omega, S.L. Weiterstadt Shopping BV World Trade Center Porto, S.A. Worten – Equipamento para o Lar, S.A. Worten Canárias, SL Worten España, S.A. ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A. Zippy Turquia Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, S.A. ZYEVLUTION-Invest.Desenv.,SA. 0</p>
--	--

Empresas do Grupo FT	
France Telecom, S.A.	Atlas Services Belgium, S.A.

ADVERTÊNCIAS

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas actuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de factores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação, do sector das telecomunicações, condições económicas e alterações da concorrência. Indicações futuras podem ser identificadas por palavras tais como “acredita”, “espera”, “antecipa”, “projecta”, “pretende”; “procura”, “estima”, “futuro” ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflectam as nossas expectativas actuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas e, em geral, todos os utilizadores deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projectados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Não assumimos nenhuma obrigação de actualizar qualquer informação ou indicação futura.

Relatório disponível no site institucional da Sonaecom
www.sonae.com

Contactos para os media e investidores:

Isabel Borgas
Responsável de Comunicação Institucional
isabel.borgas@sonae.com
Tel: +351 93 100 20 20

Carlos Alberto Silva
Responsável pelas Relações com Investidores
carlos.alberto.silva@sonae.com
Tel: +351 93 100 24 44

A Sonaecom SGPS está admitida à negociação na Euronext Stock Exchange.
Informação sobre a sociedade pode também ser consultada na Reuters através do símbolo “SNC.LS” e na Bloomberg através do símbolo “SNC:PL”.

Sonaecom SGPS, SA
Rua Henrique Pousão, 432 – 7º
4460-841 Senhora da Hora
Portugal